

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Programa de Pós-graduação em História – Mestrado – PPH/UEM

PAULO CESAR TOMAZ

**Cidade, memória e patrimônio: a experiência de tombamento do Edifício
Sede da CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
(Set. 2003 - Nov. 2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá - UEM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Professora Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais.

Maringá

2008

PAULO CESAR TOMAZ

**Cidade, memória e patrimônio: a experiência de tombamento do Edifício
Sede da CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
(Set. 2003 - Nov. 2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá - UEM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 07/08/2008

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.
Presidente da banca – orientadora - UEM

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Membro corpo docente - UEM

Prof^a. Dr^a. Zélia Lopes da Silva
Membro convidado – UNESP/Assis

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui registrados meus sentimentos de gratidão a todos que comigo se fizeram presentes e me apoiaram na realização deste trabalho, de modo particular:

- a Deus, que me deu forças e sempre me iluminou;
- à Prof.^a Dr.^a Sandra C. A. Pelegrini, minha orientadora, cujo profissionalismo e excelência em muito me auxiliaram na elaboração da dissertação;
- aos professores que participaram do Exame de Qualificação, Prof. Dr. Reginaldo B. Dias e Prof.^a Dr.^a Ivana G. Similli, pelas indicações de leitura e recomendações quanto ao aperfeiçoamento deste trabalho;
- aos que prestaram seu depoimento nas entrevistas;
- à Prof.^a Dr.^a Aline Montagna da Silveira, que disponibilizou fotos e documentos para a elaboração da pesquisa.
- ao corpo docente do DHI/UEM e, em particular, aos professores da Linha de Pesquisa Fronteiras, Populações e Bens Culturais, do PPH/UEM, que contribuíram para minha formação acadêmica.
- à minha esposa Eliane, pela paciência e apoio durante estes anos de dedicação aos estudos, como também aos meus filhos Kaléo e Kauã, presentes que Deus me deu nessa caminhada de vida.
- aos meus amigos e familiares, pelo apoio e incentivo a fim de que eu perseguisse meus planos e alvos.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo refletir sobre a preservação de bens culturais, tendo como estudo de caso o tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), em Maringá, edifício que foi de basilar importância para as atividades comerciais dessa empresa, sendo utilizado estrategicamente no processo de (re)ocupação de toda a área conhecida como Região Norte do Paraná. Também se analisa a preservação do patrimônio cultural no Estado do Paraná, buscando-se elucidar os principais acontecimentos que moldaram sua política de preservação no que tange à elaboração de estratégias que atenuassem as contradições e diferenças culturais ali existentes. O estudo perpassa a formação da cidade de Maringá, analisando o seu desenvolvimento a partir da influência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, visto que a compreensão da história e da memória da cidade está intimamente relacionada com a trajetória da Companhia e de seu espaço. Nesse contexto, o tombamento do edifício significou um ato de preservação da memória histórica da cidade e de seu patrimônio cultural que ao mesmo tempo desencadeou medidas voltadas a consolidar uma política de preservação do patrimônio cultural para todo o município. Na execução deste trabalho utilizou-se uma vasta gama de fontes documentais, como fotografias, entrevistas, matérias jornalísticas, resoluções do judiciário, leis municipais, entre outras, as quais vieram a enriquecer a pesquisa histórica nos seus mais variados aspectos.

Palavras-chave: patrimônio cultural; preservação; memória; cidade de Maringá.

ABSTRACT

The present lecture has as an achievement to reflect about the preservation of culture estate having this case studying about a falling over building headquarters from the Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), in Maringa, this building was very important for the commercial activities in this company that was utilized strategically in the process of reoccupation from all the known area like Parana North Region. Also they analyse the preservation of the cultural property in the state of Parana, looking forward to elucidate the mainly events that were moulded its policy of the preservation in the results for the elaboration of strategies that would reduce the contradictions and cultural differences existed in there. The study follows the formation of Maringa's city, analysing the development from the influence of the Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, seeing that the comprehension of the history and memory of the city is closely related with the trajectory of the company and its space. In this context, the falling over building meant an act of preservation in the historical memory of the city and of its cultural estate that in the same time triggered off measures geared towards to consolidate a policy of the preservation of the cultural estate for all the community. In the execution of this work was utilized a vast range of documentary sources like pictures, interviews, journalistic articles, judicial resolutions, community laws and so far. Those came to enrich the historical research in its more varied aspects.

Key Words: cultural estate, preservation, memory, Maringa's city.

LISTA DE IMAGENS

Fig. 01: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).	39
Fig. 02: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).	41
Fig. 03: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).	42
Fig. 04: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).	46
Fig. 05: Planta da cidade de Maringá - 1945	47
Foto 06: Fortaleza da Ilha do Mel.....	51
Foto 07: Matriz de Guaratuba.....	53
Foto 08: Casa do Coronel Lacerda, na Lapa.....	54
Foto 09: Igreja Matriz de Santo Antônio da Lapa.....	56
Foto 10: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas.....	58
Foto 11: Ilha do Mel.....	59
Foto 12: Vista dos escritórios da CMNP. Sala de venda dos lotes.....	69
Fotos 13-A e 13-B: Primeira edificação dos escritórios da CMNP em Maringá.....	70
Foto 14: Fotografia aérea do Conjunto de Edifícios da CMNP.....	71
Fig. 15: Planta do Conjunto de Edifícios da CMNP.....	72
Foto 16: Edifício Sede da CMNP, após ser alvo de roubo e vandalismo...	83
Fotos 17-A e 17-B: Fotografias aéreas da área onde se encontra o Edifício Sede da CMNP.....	89
Fotos 18-A e 18-B: Fotografias da reforma do ambiente interno do Edifício Sede da CMNP.....	90
Fotos 19-A e 19 -B: Fotografias da reforma do Edifício Sede da CMNP...	91
Fotos 20-A e 20-B: Fotografias da fachada do Edifício Sede da CMNP tiradas antes e após a reforma.....	92
Fotos 21-A e 21-B: Fotografias comparativas do pátio interno do Edifício Sede da CMNP.....	93
Fotos 22-A e 22-B: Fotografias comparativas do ambiente interno do Edifício Sede da CMNP.....	94
Fotos 23-A e 23-B: Fotografias comparativas das janelas externas, voltadas para a avenida, do Edifício Sede da CMNP.....	95

LISTA DE TABELAS

Bens tombados no Estado do Paraná pela Coordenadoria
do Patrimônio Cultural (CPC)
(1962- 2005)

Tabela 1: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico..	61
Tabela 2: Livro do Tombo Histórico.....	62
Tabela 3: Livro do Tombo das Belas Artes.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPPHAC	Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá.
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CPC	Coordenadoria do Patrimônio Cultural
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DEAP	Departamento de Arquivos Público
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPAC/Londrina	Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MÊS	Ministério da Educação e Saúde
PROGE	Procuradoria Geral do Município
SDP	Secretaria de Defesa Pública
SINTEEMAR	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
UNIDADE I	
1. A Região Norte do Paraná e a cidade de Maringá.....	29
1.1 O loteamento das terras do Norte do Paraná.....	31
1.2 A ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na formação da cidade de Maringá.....	35
UNIDADE II	
2. A unificação das diferenças e a “invenção” do patrimônio paranaense.....	49
2.1 O processo de tombamento do edifício sede da CMNP: seu valor histórico para a cidade de Maringá.....	68
2.2 A consolidação de uma política de preservação do patrimônio histórico em Maringá.....	96
3. Considerações Finais.....	102
Referências.....	104
Fontes.....	108
Anexos	
Lei Municipal nº 2.297/87.....	114
Projeto de Lei n. 5471.....	117
Projeto de Lei nº 6252.....	118
Certidão de Tombamento de Imóvel para Registro Imobiliário.....	119
Parecer nº 001/2004 – Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá - CEPHAC.....	121
Livro Tombo das Obras Históricas de Maringá. Inscrição número 001.....	129

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo discorrer sobre a preservação de bens culturais, tendo como estudo de caso o recente tombamento do edifício sede da CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em Maringá. Esse edifício foi de fundamental valor para as atividades comerciais dessa empresa no processo de (re)ocupação de vasta área do Noroeste do Paraná, com mapeamento e venda de lotes rurais e urbanos na planejada cidade de Maringá e de muitas outras fundadas pela mesma Companhia. Era a esse edifício que as pessoas se dirigiam quando vinham de várias partes do país comprar seus lotes de terra, e foi esse o local onde os primeiros moradores tiveram contato com o planejamento inicial da cidade de Maringá.

Procura-se neste trabalho discorrer sobre os conflitos gerados no processo de tombamento do edifício, pois a notícia, divulgada na imprensa local em 2003, de que a empresa então proprietária do imóvel iria demoli-lo para em seu lugar construir um *shopping Center* desencadeou uma série de acontecimentos que culminaram com o tombamento do edifício no ano que se seguiu. A dissertação também discorre sobre a formação da cidade de Maringá e analisa seu desenvolvimento a partir da influência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Entendendo-se que a compreensão da história e da memória da cidade está intimamente relacionada com a trajetória da citada Companhia e de seu espaço de atuação na região, o tombamento do edifício que ela construiu e que lhe serviu de sede se traduziu em um ato de preservação da memória histórica e do patrimônio cultural de Maringá..

Para uma abordagem mais acurada sobre a importância do edifício sede da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná torna-se necessário compreender conceitos relativos ao uso dos espaços e sua relevância como *lugares de memória*, expressão utilizada por Pierre Nora para descrever certos espaços e certas temporalidades que acabam por ser sacralizados em determinados grupos nas sociedades urbanas¹. Esses *lugares de memória* assumem

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço*. Uberlândia: ArtCultura, v.4, n.4, 2002. p 29.

relevante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos. Segundo Sandra J. Pesavento, memória, nesse sentido, é a “presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento - capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”².

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados.

A memória comum a um grupo, entendida como memória coletiva, contribui, como sugere Michael Pollak, para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade”³. Nessa busca pela coesão, pelo passado comum e pelo sentimento de pertença, com vista a traçar uma trajetória comum, a cidade pode até escrever e reescrever seu passado, juntando fragmentos e reorganizando-os. Desse modo, “cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em uma narrativa”, como bem salienta Sandra Pesavento:

[...] uma cidade **inventa seu passado**, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a *urbs* sonha a si mesma (Grifo do autor).⁴

² PESAVENTO, op. cit. p 26.

³ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

⁴ PESAVENTO, op. cit. p 25.

Essa história comum passa a pertencer a cada geração que se segue. As memórias de cada indivíduo estão fortemente ligadas às construções que sinalizam um passado comum a todos. Ecléa Bosi ressalta: “[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história”⁵; e acrescenta: “As lembranças se apóiam nas pedras da cidade”⁶. É esse espaço urbano de ruas e edificações de aspecto familiar a todos os cidadãos, aparentemente estável, que lhes dá a impressão de que tudo está tranqüilo, embora a agitação humana do dia-a-dia continue ininterruptamente.

Nessa direção, vale destacar que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar os elementos da natureza, adequando-os ao seu bem-estar. Françoise Choay, referindo-se ao patrimônio histórico, salienta:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos⁷.

Para a autora, a noção de patrimônio deve ir além da mera concepção de ser apenas uma coleção estática de objetos, documentos e edificações, visto estar embasada em processos sociais mais amplos, envolvendo até mesmo a concepção de história e a antropologia. Nessa linha de abordagem,

⁵ Bosi, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças paulistanas*. USP. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 1, nº 1. São Paulo: IEA, 1987. p.199-200

⁶ *Ibid.*, 1987. p. 200.

⁷ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.11.

Márcia Scholz de Andrade Kersten afirma que a antropologia auxilia na percepção do outro e a história permite várias e diferentes leituras de fatos e documentos. Como explica a socióloga, o patrimônio, dentro dos processos sociais, pode ser definido “como dinâmicas da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja como perene e eterno”.⁸

A tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolidos e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Esse tipo de pensamento impacta frontalmente a idéia de preservação, de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada. O cuidado com os bens patrimoniais visa resguardar a memória, dando importância ao contexto e às relações sociais existentes em qualquer ambiente. Não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver.

A noção de patrimônio histórico, como salienta Maria Célia Paoli,⁹ deveria evocar as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser mantidos na memória e preservados porque são coletivamente significativos em sua diversidade; porém o que ocorre, como observa a mesma autora, não é exatamente isso, pois quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado, em algo como um museu repleto de objetos antigos, que estão ali apenas para atestar uma herança coletiva. Esse preservar da memória não está ligado apenas à conservação de relíquias antigas ou edificações, mas também à preservação de toda uma história, todo um caminho percorrido pela sociedade, desde seus tempos mais remotos até aos dias de hoje, interligando-os pela sua importância nesse processo de contínuo movimento e constante transformação.

É possível observar que muitas vezes, por motivos meramente comerciais, prefere-se demolir o velho, por considerá-lo impróprio, e substituí-lo pelo novo, mais contemporânea e funcional, mais adequado às necessidades

⁸ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000, p.15.

⁹ CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.) *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p.25.

da vida moderna, sempre exigente em suas demandas. Ao historiador cabe a tarefa de recuperar essa memória. A história oficial lembra-se de preservar e cultuar apenas a memória do vencedor, produzindo documentos e construindo monumentos relacionados apenas a personalidades políticas de grande vulto cujos nomes são dados a ruas e praças, e desta forma a memória do país se torna a memória do dominador e de seus feitos. É ofício do historiador dar voz aos vencidos, não admitindo que essa rica herança da diversidade humana seja relegada ao esquecimento e silenciada pelo poder do vencedor.

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, quotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. A conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história.

Uma política de preservação não pode ter como objeto apenas a preservação dos bens patrimoniais em si, embora as situações em que essa política muitas vezes é estabelecida a forcem a isso. É necessário resistir às pressões do momento, oriundas dos proprietários dos imóveis e até mesmo do poder constituído, bem como prevenir e/ou corrigir a deterioração do bem tombado provocada por agentes naturais ou humanos. Uma política de preservação deve ir além; conforme argumenta Maria C. L. Fonseca, deve objetivar não apenas a proteção de bens, mas abarcar todo o universo que constitui a preservação patrimonial, incluindo-se os critérios de seleção de bens, as razões que justifiquem a proteção e os diversos atores envolvidos, tais como a sociedade e os representantes do Estado:

[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu

trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa.¹⁰

Ao se tratar da preservação do patrimônio histórico, tem-se em mente o produto elaborado por dada sociedade, para a qual determinado monumento tem significações relevantes, por ser parte de sua construção histórica. No tocante ao termo monumento, Cristina Freire destaca que é um substantivo originado do verbo latino *monere*, que significa fazer lembrar, e que remete ainda a mausoléu¹¹, termo designativo de sepulcro suntuoso. Jacques Le Goff, ao referir-se ao termo monumento em latim, explica que:

[...] o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.¹²

Destarte a definição dos monumentos se aproxima do conceito de documentos: testemunhos de uma época, mas testemunhos que pretendem perpetuar uma visão, uma interpretação, uma memória.¹³ A preservação do patrimônio histórico deve-se ao fato de que a vida de uma comunidade, de um povo, está relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história. A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia.

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1997, p.36.

¹¹ Do latim mausoleun, derivado do grego – Mausolos, rei de Caria, cuja viúva, Artemísia, mandou erigir-lhe um túmulo em Alicarnasso, em 353 a.C., o qual, mais tarde foi considerado uma das sete maravilhas do mundo. Cf.: FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Annablume/FAPESP/SESC. 1997, p. 94.

¹² LÉ GOFF. J. Documento/monumento. IN: *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.p. 95.

¹³ ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. IN: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. 1 ed. Londrina: Eduel, 2005, p. 5.

Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas.

O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. Seus significados variam também de acordo com os diferentes grupos econômicos, sociais e culturais, embora em muitos aspectos o contexto possa ser o mesmo, pois, conforme assevera Roger Chartier, todo receptor é, na verdade, um produtor de sentido, e toda leitura é um ato de apropriação¹⁴.

Uma questão importante a ser considerada no que se refere à conceituação de patrimônio é que, segundo Choay, nos séculos XIX e XX o patrimônio compreendia os monumentos nacionais assim considerados por critérios estéticos ou históricos¹⁵. Essa conceituação de patrimônio privilegiava os monumentos, as edificações, dando ênfase à sua materialidade, destacando-os por seu valor histórico e artístico.

No Mundo Ocidental, o termo *patrimônio histórico*, cujo conceito focava o monumento, a materialidade, aos poucos vem sendo substituído por um termo mais amplo, mais abrangente, o chamado *patrimônio cultural*, entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Essa nova forma de abordar o assunto enriqueceu a noção de patrimônio, englobando sob a mesma perspectiva as múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, os quais passaram, a partir daí, a ser valorizados pelas comunidades e organismos governamentais nas esferas local, estadual, nacional e até mesmo internacional.

No Brasil, a preocupação com os bens culturais tem suas raízes no período da Revolução Francesa. Esse período marca o momento em que o Estado francês se propôs a conservar os bens potencialmente capazes de firmá-lo enquanto instância suprema:

¹⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 24.

¹⁵ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p.128-142.

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a idéia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela *autonomização* das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação.¹⁶

Ao voltar-se a atenção para questões referentes à preservação de determinados bens de reconhecido valor nacional, é possível perceber que, no caso brasileiro, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem o mesmo sentido enraizado nos valores da Revolução Francesa, isto é, conferir identidade ao país.

A preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, principalmente dos bens imóveis fora do âmbito dos museus, começa a ter um significado mais relevante a partir da década de 1920, visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação do que seria um “tesouro” Nacional. Eles Perceberam que a imobilidade das elites nacionais e do Estado diante dessa questão poderia acabar por comprometer o próprio país diante das nações tidas como civilizadas, assunto esse que se tornou foco de preocupação no Governo, no Congresso Nacional, nas instituições culturais e na imprensa¹⁷

Na Constituição de 1934, artigo 10, observa-se pela primeira vez no Brasil a noção jurídica de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse artigo tinha como objetivo responsabilizar o poder público pela preservação dos monumentos de valor histórico ou artístico de importância nacional:

Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.¹⁸

Com o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, do então presidente Getúlio Vargas, tem-se a criação do SPHAN – Serviço do

¹⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1997, p. 37.

¹⁷ Ibid., p. 81.

¹⁸ Constituição de 1934: Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: mai. 2007.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O SPHAN foi estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época. A partir deste momento definiu-se Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.¹⁹

Somente a partir daí se tem uma regulamentação adequada de proteção dos bens culturais no Brasil. As constituições brasileiras posteriores a esse decreto têm apenas ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres envolvendo tanto o Estado como os cidadãos.²⁰

A possibilidade de perda irreparável de monumentos no Brasil, principalmente os relacionados à arte colonial, já era objeto de alerta desde a segunda década do século XX por parte de intelectuais que posteriormente se integraram ao modernismo. Como resposta a essas reivindicações dos intelectuais, inicialmente no nível dos estados detentores de significativos acervos de monumentos históricos e artísticos, foram tomadas as primeiras medidas para sua preservação.²¹

A efetiva entrada do Governo Federal na questão da preservação do patrimônio ocorreu quando o ministro Gustavo Capanema, do governo de Getúlio Vargas, solicitou ao poeta Mário de Andrade que redigisse um anteprojeto para criação de um órgão especificamente voltado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Essa iniciativa resultou na criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que começou a funcionar experimentalmente a partir de 1936, mas só foi consolidado em 30 de novembro de 1937, por força do Decreto-Lei n.º 25. Nesse período o SPHAN passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES).²²

¹⁹ Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937. Artigo 1º. Disponível em: <<http://www.antt.gov.br>>. Acesso em: mai. 2007.

²⁰ FONSECA, op. cit., p.52.

²¹ Ibid., p. 95.

²² Ibid., p. 97.

O anteprojeto de Mário de Andrade mostrou-se inovador, dando atenção às manifestações tanto eruditas como populares, algo incomum naquela época, que normalmente privilegiava o erudito em detrimento do popular. Outra característica importante era o fato de que, semelhante às experiências européias, esse anteprojeto se diferenciava de muitos outros países, onde iniciativas voltadas à preservação de bens culturais tinham por prática contemplar, isoladamente, apenas alguns bens, como monumentos, museus, etc. Na perspectiva de Mário de Andrade, propunha-se uma única instituição para proteger todo o universo de bens culturais.

As primeiras tentativas reais de intervenção do poder público no sentido de preservar os bens de importância para a história e as artes nacionais tiveram início em 1934, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, que era resultado da ampliação do Museu Histórico Nacional. Cabia à Inspetoria fazer um catálogo dos edifícios de valor e interesse artístico e histórico e propor ao Governo Federal torná-los monumentos nacionais através de decreto. Igualmente se procurava uniformizar as legislações estaduais de proteção e conservação de monumentos nacionais, guardar e fiscalizar os objetos histórico-artísticos²³.

É pertinente salientar que nos anos seguintes à organização SPHAN as políticas de preservação do patrimônio no Brasil adotaram uma perspectiva predominantemente estética em detrimento do aspecto histórico, deixando assim de incorporar conceitos da historiografia nacional e internacional tão relevantes para um alcance mais profundo no que diz respeito à preservação do patrimônio, como salienta Fonseca:

[...] se houve uma preocupação de elaborar critérios para a avaliação do valor artístico dos bens, o mesmo não pode ser dito em relação ao valor histórico. [...] a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominante estética. Inclusive, praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários do Sphan, tendo ficado a Seção de História entregue a pessoas, como Carlos Drummond de

²³ RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática. IN: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL. A Construção da cidade de Brasília. Brasília, 1998.p.88.

Andrade, que, apesar de seu inegável valor intelectual, não era um especialista na matéria.²⁴

O conceito de patrimônio nacional, até o final da década de 1970, estava firmemente voltado à preservação de bens imóveis. A essas unidades, consideradas a princípio isoladamente, juntaram-se os conceitos de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes para a sociedade, sendo estes utilizados como relíquias do passado histórico e empregados pedagogicamente no ensino dos valores nacionais a fim de se firmar um sentimento de nacionalidade comum a todo brasileiro:

Consagrados pelo poder público, estes bens ganhavam uma espécie de aura que os situava acima do presente, dos conflitos e diferenças manifestos no cotidiano. Estavam ali preservados, apropriados, a informar o passado como uma das instâncias do conhecimento social, como jóias culturais, para serem vistos com a reverência própria que merecem os lugares fundadores; para serem estudados em sua forma e técnica construtiva; para ensinarem o que era brasileiro.²⁵

Posteriormente, esse conceito voltado apenas à preservação de bens imóveis foi repensado, sendo então adotadas medidas de preservação referentes a outras áreas da dinâmica cultural brasileira. Surgia assim a possibilidade de tombamento não só de bens de natureza material, mas igualmente de bens de natureza imaterial, conforme dispõe o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que salienta:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios

²⁴ FONSECA, op. cit., p.114.

²⁵ RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática. IN: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL. *A Construção da cidade de Brasília*. Brasília, 1998.p.90.

de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²⁶

Conforme atestam Funari e Pelegrini, adiciona-se a isso o fato de que a Carta Constitucional promulgada em 1988 acabou por retomar alguns pressupostos preservacionistas que já haviam sido sugeridos por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, os quais reafirmavam que a ação em defesa do patrimônio devia se desenvolver de forma independente da ação do tombamento, baseando-se na referencialidade dos bens²⁷. E acrescentam:

[...] as disposições contidas no artigo 215 reiteram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses. A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida nos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas nos anos que se seguiram.²⁸

Assim, como bem observam Funari e Pelegrini, a preocupação com a preservação do patrimônio deixa de ser uma questão voltada apenas aos bens imóveis - ligados, quase sempre, à valorização da cultura dominante - e passa a valorizar outras esferas da sociedade, como a defesa do meio ambiente e a pluralidade cultural do povo brasileiro, tanto de origem material como imaterial.

Quando se fala em preservação de bens reconhecidos como de valor histórico e cultural, é necessário estar ciente de que tal não acontece sem que nesse transcurso ocorram conflitos entre os diversos agentes envolvidos na questão (poder público, detentores do bem, comunidade, intelectuais preservacionistas, etc.), os quais podem vir a chocar-se devido às relações de poder envolvidas no embate.

Para uma melhor compreensão da preservação do patrimônio, em se tratando da experiência de tombamento do edifício sede da CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em Maringá - PR, alguns aspectos metodológicos presentes na historiografia são ferramentas úteis na

²⁶Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

²⁷ Funari, Pedro Paulo; Pelegrini, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. p. 51.

²⁸ Ibid., p. 51.

investigação do objeto proposto. É oportuno, por exemplo, o uso da perspectiva da microanálise, que, conforme explica Jacques Revel, tem como método a “mudança da escala de análise”²⁹ no estudo de determinada pesquisa histórica. Para esse autor, “variá-la não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”³⁰. Tal abordagem destina-se a “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”³¹. O estudo acerca da preservação do patrimônio histórico no âmbito regional tende a enriquecer o assunto, visto que é possível, a partir daí, compreender como tal processo se dá em nível estadual ou nacional, e mesmo sua relação com organismos internacionais.

De igual importância para o ofício do historiador é a noção de que todos os processos históricos estão interconectados, compondo-se de processos múltiplos, os quais não podem ser considerados isoladamente, e de que os empenhos por decompor essa totalidade em partes, buscando depois rearmá-la, podem “falsear a realidade”, conforme bem expõe Eric R. Wolf³². Em outras palavras, os processos históricos estão de tal forma entrelaçados que não devem ser examinados isoladamente, para que não se perca a compreensão do conjunto. Não se pode desconsiderar que existe uma rede de interconexões sejam políticas, econômicas ou sociais a serem ponderadas no seu conjunto, e não separadamente, a fim de que a análise seja mais profunda, principalmente ao se considerar a realidade de hoje sob o prisma da globalização. O exame de determinado assunto no que se refere à preservação patrimonial em âmbito regional deve levar em conta a vinculação do bem com a história nacional, e mesmo sua relação internacional, a fim de que ocorra uma compreensão maior do seu todo.

Como embasamento teórico que permeia o estudo proposto nesta dissertação, utiliza-se o conceito de poder sob a ótica de Pierre Bourdieu, que, ao referir-se a cultura, desenvolveu uma sofisticada teoria dos campos de produção simbólica, procurando mostrar que as relações de força entre os

²⁹ REVEL, JACQUES. *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 19.

³⁰ *Ibid.*, p. 21.

³¹ *Ibid.*, p.23.

³² Wolf, Eric R. *Europa Y La Gente Sin Historia*, México: Fondo de Cultura Económica, p.15.

agentes sociais se apresentam sempre na forma de relações de sentido. Sendo assim, os símbolos ou sistemas simbólicos são “denunciadores” de relações de poder, ou seja, do poder simbólico:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, [...] para a ‘domesticação dos dominados’.³³

Nesse sentido, os sistemas simbólicos citados por Bourdieu podem ser vistos como uma representação coletiva. Por isso mesmo, sua manifestação se dá de uma maneira que não pode ser percebida conscientemente. O dominador exerce sua supremacia sobre o dominado sem que este possa percebê-la, e o dominado, ao mesmo tempo, possibilita-lhe exercer seu domínio, pois a ele se sujeita, reconhecendo sua legitimidade:

O poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” [...] mas se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.³⁴

Para Bourdieu, os instrumentos de poder simbólico são essencialmente instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, que se manifestam através dos mais diversos meios de comunicação (língua, cultura, discurso, conduta, etc.), garantindo àqueles que os possuem a manutenção e o exercício do poder³⁵.

A análise dessa relação de poder é necessária para compreender o desenvolvimento do processo de tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá e todas as suas implicações, visto que as relações de poder estão presentes entre as diversas vozes de

³³ BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, DIFEL, 1989, p 11.

³⁴ Ibid., p. 14,15.

³⁵ Ibid., p. 7, 8.

interesses pertinentes à preservação ou não de determinado edifício, sejam estas vozes provindas dos órgãos públicos, da população em geral, dos especialistas e intelectuais ligados a questões de preservação do patrimônio histórico ou de agentes do interesse privado, como, por exemplo, os proprietários do imóvel objeto do tombamento.

Para a execução do trabalho são utilizados diversos tipos de fontes, havendo a preocupação com a metodologia a ser empregada no trato com as especificidades de cada uma delas.

Foram utilizados como fontes escritas publicações de órgãos da imprensa local, a saber, O Diário do Norte do Paraná, O Diário On-line, o Jornal Hoje, o Jornal do Povo e o Maringánews. Essas publicações se encontram em exemplares comercializados em bancas e na Internet, e foram veiculadas entre 2003 e 2007.

Quanto ao uso do jornal como fonte de pesquisa histórica, é necessário estar ciente de que:

O jornal não é de fato um veículo que informa ou narra os fatos de forma plenamente imparcial. Não é uma fonte privilegiada de veiculação da verdade total ou absoluta. O jornal tem uma forma de olhar e de registrar as coisas do cotidiano na sociedade. Todo jornal tem uma perspectiva que orienta o modo de produzir a notícia, a informação, as idéias e os valores da cultura nas suas diversidades e contradições.³⁶

A notícia de cunho jornalístico deve ser analisada criticamente, visto que as informações contidas nas reportagens possuem implicações ideológicas que não podem passar despercebidas à observação criteriosa do historiador. Buscando relatar o cotidiano das pessoas e da cidade, o jornal trabalha o conceito de verdade em termos de *senso comum*. Trata-se de uma construção do discurso que pretende ser verdadeira.

Como fontes orais foram utilizadas entrevistas, algumas delas feitas sem o uso de gravador ou objeto eletrônico, mas apenas de caneta e papel para anotação de pontos relevantes para a pesquisa. Foram alvos desse tipo de

³⁶ ALVES. Paulo. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. IN: DI CREDDO, Maria C. Sampaio. *Fontes históricas: abordagens e métodos*. UNESP: Assis, 1996, p. 34.

entrevista o historiador João Laércio Lopes Leal, do Departamento de Cultura, e a Secretária de Cultura do Município de Maringá, Flor Duarte.

Foi também efetuada entrevista (dessa feita com gravador e posterior digitação) com a arquiteta Aline Montagna da Silveira, do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá, a qual em 2003 fez parte da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico de Maringá, comissão que tomou as primeiras medidas relacionadas ao tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá. O último a ser entrevistado foi o professor Reginaldo Benedito Dias, professor do Departamento de História da UEM, que quando se travou o debate sobre o tombamento do referido edifício era Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal³⁷.

Quanto ao uso de fontes orais é necessário tomar alguns cuidados, pois uma prática histórica sem preparação prévia, sem interpretação dos resultados e sem um arsenal teórico e metodológico carece de relevância acadêmica. Segundo Andreas L. Doeswijk³⁸, o território onde se desenvolve a prática dos historiadores que trabalham com fontes orais está sujeito a uma série de problemas, conflitos e incongruências. Deve-se tomar cuidado com o “memorialismo”, que trata as narrações históricas como uma mera coleção de contos ou anedotas, sem uma visão crítica ou interpretativa dos acontecimentos. Também se deve cuidar com atenção dos discursos cristalizados, ou seja, discursos sobre o passado sedimentados e contaminados por experiências posteriores ao período narrado. Deve-se também tomar cuidado também com armadilhas do passado, percebendo-se que os discursos não são apenas a narrativa do passado, mas a soma das experiências vividas até o momento presente. Outra preocupação importante é estar ciente do que se convencionou chamar de “construção das fontes”; ou

³⁷ A diferença nas formas como foram realizadas as entrevistas - algumas apenas com anotação usando-se papel e caneta e outras com aparelho eletrônico de gravação e posterior transcrição - deveu-se ao fato de que os dois primeiros entrevistados estavam diretamente ligados à prefeitura municipal (Secretaria de Cultura de Maringá), portanto, comprometidos com a instituição a que pertenciam, enquanto as pessoas entrevistadas posteriormente permitiram, sem maiores dificuldades, uma entrevista mais aberta e detalhada, devido a não estarem na ocasião da entrevista vinculadas ao poder político municipal, mas devotadas à docência e à pesquisa acadêmica.

³⁸ DOESWIJK, Andreas L. *Algunas reflexiones sobre la construcción y el uso de las fuentes orales en historia*. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. 2001, p. 123-139.

seja, toda gravação de uma entrevista oral não representa o passado propriamente dito, mas apenas fragmentos do passado que passam a integrar uma reconstrução, sendo esta última a obra conjunta dos entrevistados e dos entrevistadores. O produto final desse trabalho revela uma nova narrativa histórica.

Ademais, na entrevista oral também é importante se estar ciente de que toda narrativa é uma versão construída por cada personagem tendo como objetivo reafirmar pontos de vista conforme os lugares que cada um deles ocupa na vida social e de acordo com os interesses colocados em jogo ou por eles defendidos. Cabe justamente ao pesquisador analisar o material coletado em cada entrevista, buscando assim interpretar cada discurso de acordo com a realidade de sua origem e seu contexto sociocultural e histórico.³⁹

Quanto ao uso da fotografia como fonte na pesquisa histórica vale retomar as palavras de Ulpiano Meneses quando afirma:

Recentemente, muitos historiadores têm-se preocupado com examinar as relações entre sua disciplina e as imagens. Muitos apontam a importância das fontes visuais a partir dos anos 1960, e mesmo antes, fundamentando-se na ampliação da noção já agora consolidada de documento, em História e, portanto, na abertura de novos horizontes documentais.⁴⁰

Dessa maneira, a inclusão das fotografias da imprensa maringaense, bem como dos registros fotográficos realizados pelos alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo (sob a orientação da professora e arquiteta Aline Montagna da Silveira) e ainda das fotos armazenadas no arquivo digital da Secretaria da Cultura – Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá, foi fundamental para os rumos do presente estudo. Ademais, algumas fotografias disponíveis em *sites* da internet ligados à preservação do patrimônio histórico e registros visuais efetuados por mim, pós-graduando do Curso de Mestrado em História da Universidade Estadual de Maringá, constituem o *corpus* documental capital desta pesquisa.

³⁹ Sobre o assunto consultar também, Paul Thompson; Janaína Amado; Alessandro Portelli, Eclea Bosi, entre outros estudiosos do uso de entrevistas e coleta de depoimentos em pesquisas científicas.

⁴⁰ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *O Ofício do Historiador*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.23, nº 45, 2003, p.19.

O uso da fotografia como fonte, segundo Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad, também requer metodologias apropriadas. Do ponto de vista dos autores, a noção de documento se ampliou, tornando matéria-prima para o historiador todos os vestígios do passado, como pinturas, produções cinematográficas, fotografias e outros inúmeros registros visuais. Essas produções passaram a “fazer parte da história” e tornaram-se “passíveis de leitura por parte do historiador”⁴¹. Nessa interpretação da imagem fotográfica são utilizados procedimentos metodológicos adequados, pois, como salienta Jacques Aumont,

Não há imagem puramente denotada que se contente em representar desinteressadamente uma realidade desinteressada; ao contrário, toda imagem veicula numerosas conotações provenientes do mecanismo de certos códigos (eles mesmos submetidos a uma ideologia)⁴².

Fontes documentais foram também empregadas, a saber: Alvará de Subdivisão n.º 363/2004, expedido pela Prefeitura do Município de Maringá, Gerência de Uso do Solo; Auto n.º 617/04 da 3ª Vara Cível da Comarca de Maringá – PR; Abaixo-assinado protocolado pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente; Ata da Reunião organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, ocorrida em outubro de 2003; Boletim de Ocorrência n.º 00900/2004013355 da 9ª SDP/ Delegacia de Maringá; Lei Orgânica do Município de Maringá; Livro 2- Matrícula e Registro Geral, de 05.11.79, folha n.º 01, Matrícula n.º 11.819 do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Maringá; Livro Tombo das Obras Históricas de Maringá, da Gerência de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura; Plano Diretor de Maringá; Relatório da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico de Maringá, o conjunto de edifícios da CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá – PR: estudos e diretrizes de preservação. Maringá - PR: 2004; Ofício n.º 601/2004 – PROGE enviado ao Senhor Promotor de Justiça solicitando providências urgentes no sentido de manutenção do edifício em

⁴¹ CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

⁴² AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papyrus, 1993, p.204.

questão; Ofício n.º 631/2003-j.da Promotoria de Justiça de Proteção do Meio Ambiente, de Reparação de Dano Resultante de Crime e das Fundações e do Patrimônio público da comarca de Maringá; Constituição Federal de 1934; Constituição Federal de 1988; Relação dos Bens Tombados por Município, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná; Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, artigo 1º; Histórico da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná; Livro Tombo Histórico do Estado do Paraná, entre outros.

Quanto ao uso da legislação como fonte histórica, deve-se salientar que seu emprego não é uma tarefa fácil para o historiador, devido à sua linguagem rigorosamente formal, com termos técnicos e filosóficos muito objetivos, sendo textos com informações residuais e fragmentadas que se propõem a controlar os fatos cotidianos sob a insígnia da ordem⁴³. Não obstante, uma análise cuidadosa e crítica desse tipo de fonte certamente em muito enriquecerá o trabalho do pesquisador.

Quanto ao conteúdo desta dissertação, na Unidade I busca-se analisar a (re)ocupação das terras na Região Norte do Paraná e a ação da Companhia Melhoramentos na formação da cidade de Maringá, tendo-se em vista que, como já foi colocado anteriormente, a compreensão da história e da memória da cidade de Maringá está intimamente relacionada com a trajetória da CMNP e seu espaço. Nesta abordagem logo se percebem as relações de poder existentes entre os diversos atores sociais ali mencionados. Conceitos como os de ocupação de terras e pioneirismo são analisados criticamente. Busca-se também traçar as linhas gerais de desenvolvimento e construção de discursos sobre a formação da cidade.

Na seqüência (Unidade II), faz-se inicialmente uma análise sobre a preservação do Patrimônio Cultural no Estado do Paraná, buscando-se elucidar os principais acontecimentos que moldaram sua política de preservação. Salienta-se também como essa política de preservação se ampliou ao longo dos anos. Em seguida analisa-se o processo de tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), entendendo-se que

⁴³ ALVES. Paulo. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. IN: DI CREDDO, Maria C. Sampaio. *Fontes históricas: abordagens e métodos*. UNESP: Assis, 1996, p.37.

as medidas tomadas para a preservação do referido edifício constituíram-se como um marco inicial a partir do qual se traçou uma efetiva política de preservação do Patrimônio Histórico para toda a cidade de Maringá, o que resultou na salvaguarda de outras edificações reconhecidamente portadoras de significado para a memória da sociedade maringaense.

Unidade I

[...] construir uma cidade pela memória é, sobretudo, uma experiência de vida, onde o trabalho de lembrar pode ser mais importante que a própria lembrança.⁴⁴

1. A Região Norte do Paraná e a cidade de Maringá

A região onde hoje se encontra a cidade de Maringá foi habitada por populações humanas desde uma época bastante remota, podendo-se citar como exemplos as etnias Guarani, Xokleng ou Kaingang, cuja presença nessa região remonta a pelo menos 2.000 anos. Recuando no tempo em cerca de 7.000 anos, defrontamo-nos com a “Tradição Humaitá”, cujos vestígios materiais foram encontrados por arqueólogos⁴⁵. Toda essa área, antes de ser ocupada pelo homem branco de descendência européia, já havia sido habitada por distintos povos.

Desde a chegada dos brancos europeus iniciou-se a guerra de conquista contra as populações indígenas que viviam na região e ocupavam todo o território hoje denominado de Norte e Noroeste do Paraná, localizado entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. A guerra de conquista iniciou-se nas primeiras décadas do século XVI, com as expedições portuguesas e espanholas que cruzavam a região em busca de metais, de escravos e de uma rota para o Paraguai e o Peru. Essa conquista da terra acentuou-se com a implantação das Reduções Jesuíticas no Guairá e com as bandeiras paulistas, que invadiram a região capturando índios. Ganhou ainda maior impulso com a descoberta de ouro e diamante no rio Tibagi e com construções militares que cruzavam o território paranaense rumo ao Mato Grosso.

A partir da segunda metade do século XIX ocorreram as invasões dos campos pertencentes aos índios Kaingang por grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaenses na expansão de seus domínios. No século XX a

⁴⁴ PESAVENTO, op. cit. p 27.

⁴⁵ MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). *Maringá e o norte do Paraná. Estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999, p. 6.

conquista continuou, então de forma pseudopacífica, sendo levada a cabo pelas companhias de terras, que lotearam e venderam os territórios até então pertencentes aos índios. Para esse tipo de ocupação, estas companhias contavam com o aval institucional do Estado do Paraná.⁴⁶

O conceito de fronteira ajuda a entender esse processo de ocupação em nome do Estado paranaense, visto que os povos indígenas que povoavam esta vasta região não eram reconhecidos como tais pelo governo brasileiro, tratando-se assim de uma *fronteira interior*⁴⁷ a ser conquistada. Isso ocorre quando em determinada região precisa haver uma ocupação que integre o território ainda não totalmente dominado pelo poder institucionalizado, o que ocorreu neste caso, pois havia terras ocupadas por povos nativos ainda não sujeitos ao governo do Estado.

Como se percebe, até o século XVIII a conquista e ocupação da Região Norte do Paraná, antes pertencente aos grupos indígenas nativos, era justificada em nome de um rei soberano, ou ainda por questões religiosas, como as reduções jesuíticas. A partir do século XIX a conquista continuou a ocorrer, só que dessa vez pelo Estado Nacional, sob a justificativa da ocupação territorial, e posteriormente em nome do progresso, com o desmatamento de extensas áreas e sua transformação em campos agrícolas. Toda essa região denominada Norte e Noroeste do Paraná, antes pertencente aos índios, deu lugar às modernas cidades que hoje se conhecem: Londrina, Maringá, Umuarama, e tantas outras de menor porte.⁴⁸

Esse longo processo de conquista parece ter culminado naquilo que se poderia denominar de “fim da fronteira”, quando o embate entre o índio e o branco teoricamente deixa de existir, pois o grupo dominado torna-se subjugado pelo dominador. Em sua maioria, os índios foram expulsos destas terras e posteriormente reduzidos a pequenas reservas indígenas, enquanto outros foram assimilados à cultura dominante:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece,
quando os tempos se fundem, [...] quando o *outro* se torna a parte

⁴⁶ MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva, op. cit., 1999, p 23.

⁴⁷ CARBONARI, Maria Rosa. De quien es ese espacio?: La construcción de la frontera sur. IN: Revista de Investigación Histórica y Sociológica. *Procesos conflictos y visiones*. Argentina: Universidad Nacional de Rio Cuarto, 1998, p. 34.

⁴⁸ MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva, op. cit., p.50.

antagônica do *nós*. Quando a história passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropologicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou.⁴⁹

Embora estas mesmas terras já tenham sido habitadas continuamente por populações humanas desde um período bastante remoto, para o cidadão comum Maringá é uma cidade nova, que veio a ser fundada em uma vasta região de mata nativa e inabitada. Para esse recente habitante não existe marca alguma de população indígena. Até parte da historiografia ignorou a presença contínua de povos nativos que ocuparam essa região desde tempos imemoriais, povos que foram exterminados num longo processo de ocupação das terras, primeiro pelo império português e depois pela Nação brasileira, por meio de ação das companhias de terras com o aval do governo paranaense.

Essa ocupação do Norte do Paraná não deve ser vista como uma fronteira de ocupação estática e imóvel nos limites do Estado, mas como fronteira móvel, como espaço de conquista do outro (o indígena), como luta de controle do território, como uso da terra em nome do progresso capitalista e pelas leis de mercado, cujo resultado foi a transformação radical da paisagem e o desenvolvimento econômico capitalista da região. Esse processo de ocupação ocorreu de forma sistemática, desde o período do descobrimento, até a ocupação pelas companhias de terras que lotearam e venderam os territórios até então pertencentes aos nativos que habitavam a região. A cidade de Maringá formou-se a partir desse processo, sendo o resultado último de um cuidadoso planejamento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que promoveu uma atividade de ocupação através do planejamento, loteamento e venda das terras.

1.1 O loteamento das terras do Norte do Paraná

O processo de loteamento levado a efeito pelas companhias de terras no Norte Paranaense é distinto do processo de conquista ocorrido anteriormente, e pode ser descrito como frente pioneira, expressão que, segundo José de

⁴⁹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. SP: Ed. HUCITEC, 1997, p.151.

Souza Martins, traz a concepção de ocupação do espaço que não leva em conta os nativos da região, tendo como referencial o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor:

[...] quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital.⁵⁰

No tocante à formação de Maringá e de outras cidades da região, percebe-se que elas têm uma história muito recente, se comparada com os tempos remotos de ocupação destas mesmas terras pelos povos indígenas. Assim, a formação da cidade de Maringá partiu de um projeto de ocupação de terras tidas como “desocupadas” ou “espaço vazio”⁵¹, onde predominava a mata virgem. Mediante esse projeto interveio a ação humana, que deu impulso à (re)ocupação⁵² sistemática da região, trazendo rápida transformação da paisagem, que, da condição anterior de floresta nativa, veio a transformar-se numa paisagem urbana e de agricultura tecnificada.

Muitos memorialistas que discorreram sobre a (re)ocupação mais recente destas terras com a formação das cidades hoje aqui presentes fizeram questão de dar grande valor à beleza da vegetação e aos chamados “pioneiros” que desbravaram as densas matas e aqui se fixaram. Gonçalves, ao falar sobre o “pioneirismo”, demonstra que este já estava presente na fala

⁵⁰ MARTINS, op. cit., p.156.

⁵¹ “uma área de terras livres em contínuo recesso”, conforme descrito por CARBONARI, Maria Rosa. Mitos fundantes: Las fronteras sin límites y el modelo civilizador IN: CIMADEVILLA, Gustavo; CARNIGLIA, Edgardo. *Comunicacion, ruralidad y desarrollo*. Mitos, paradigmas y dispositivos del cambio. Buenos Aires: Ediciones INTA,2004. p.31.

⁵² Nelson D. Tomazi faz distinção entre ocupação e (re)ocupação das terras pertencentes à região conhecida como Norte do Paraná da seguinte forma: “OCUPAÇÃO - o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo este território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades” e “ (RE)OCUPAÇÃO – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras,consideradas ‘vazias’, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.” Conforme: TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”: *História e Fantasmagorias*. Dissertação de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1997, p. 10.

de Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-governador paranaense e ex-ministro da agricultura nos anos de 1950, fala que de certa forma reproduzia os enunciados dos dirigentes da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ao se referirem ao tipo de ocupação de terras que estava ocorrendo na região do Norte Paranaense naquele período. Assevera o autor que o discurso sobre “pioneirismo” servia como um antídoto ao pensamento socialista vigente:

A entronização política do Norte do Paraná significou [...] o manuseio tático de uma forma regional de categorização coletiva, a identidade pioneira, que, conduzida ao estatuto de tipo humano, veio reforçar a idéia de que uma colonização liberal seria o melhor antídoto contra as propostas de reforma agrária advindas dos socialistas e comunistas.⁵³

Gonçalves também afirma que Bento Munhoz da Rocha Neto, buscando valorizar o desenvolvimento regional do Paraná em comparação com outras regiões do país, teceu pesadas críticas ao desnivelamento socioeconômico nacional ao comparar o Norte-Nordeste, segundo ele, “atrasado, latifundiário e extremamente hierárquico”, e o Sul, a seu ver, “mais aberto, mais democrático, marcado pela presença dos pequenos proprietários imigrantes europeus, em pleno vigor desenvolvimentista”.⁵⁴

Os chamados “pioneiros” ainda hoje são lembrados como parte da tradição histórica de (re)ocupação dessas terras. Um desses memorialistas, José Hilário, assim narra as experiências dos chamados “pioneiros”:

O Norte do Paraná, principalmente local onde hoje se encontra Maringá, era uma região de difícil acesso, recoberta pelas matas exuberantes peculiares às áreas de terra roxa. Em determinados trechos se abriam grandes clareiras, onde os pioneiros, vindos para cá bem antes da CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), plantavam café em suas posses que haviam adquirido legalmente junto ao governo paranaense, principalmente durante o governo do interventor Manoel Ribas.⁵⁵

⁵³ GONÇALVES, José Henrique Rollo. *A "mística do pioneirismo", antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná dos anos 50 e 60*. Revista de História Regional. Vol. 2. - nº 1, 1997. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v2n1/rollo.htm>>. Acesso em: set. 2007).

⁵⁴ GONÇALVES, op. cit. 1997.

⁵⁵ HILÁRIO, José. *Maringá Jubileu de Ouro*. TecMídia: Maringá-Pr. 1997.p.53.

Esses discursos, que exaltam a “bravura” dos primeiros habitantes ao “desbravarem” as densas matas, constituem-se construções narrativas cujo propósito é engrandecer o passado dessa região. Podem também ser analisados como resultantes da busca pela legitimação de determinado espaço através de uma memória comum ao grupo. Essa alocação mostra-se como um “mito fundador” da cidade, legitimando-se assim a construção do “sentimento regionalista” e o enaltecimento dos que primeiro ocuparam as terras vendidas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na região de Maringá. Trata-se de um discurso regional que legitima e unifica as identidades:

[...] Estes fatos apropriados pelo discurso regional tornam-se “mitos fundadores” do discurso que sustenta a região, usados pelos discursos políticos para a construção de uma soberania sobre o território e suas populações, ou seja, o exercício do poder.⁵⁶

Ainda hoje o repertório político regional procura unificar essa identidade do cidadão maringaense a fim de demonstrar a bravura do trabalhador dessas terras, que segundo o citado discurso, foi forjado na luta feroz contra as intempéries de uma natureza bravia e saiu vencedor. Esse é o “pioneiro”, homenageado como exemplo de bravura e intrepidez a ser imitado por cada cidadão do município.

Para Nelson D. Tomazi, até mesmo a expressão “Norte do Paraná” constitui-se em um discurso que “explicita a idéia de que há uma comunidade imaginária de interesses econômicos e políticos” que visa “constituir uma solidariedade que tem vínculos com a própria terra roxa, que é tida como a base física para o sustento de uma visão triunfalista da (re)ocupação.” Segundo o autor, a expressão “pés-vermelhos”, recentemente utilizada para identificar os habitantes do Norte do Paraná talvez seja um bom exemplo de explicação desse processo.⁵⁷

É ainda relevante lembrar que a região conhecida como “Região Norte do Paraná teve sua paisagem natural profundamente alterada pelo labor

⁵⁶ARRUDA, Gilmar. *História, historiadores, regiões e fronteiras*. História Debates e Tendências. Revista do Programa de Pós Graduação Em História, Passo Fundo-RS, 2002. p.09.

⁵⁷TOMAZI, Nelson Dacio. *“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias*. Dissertação de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1997, p. 11 e 12.

humano”, e que neste “embate homem *versus* natureza”, os fatores econômicos contribuíram intensa e incessantemente para que essa “mudança da paisagem” viesse a ocorrer por meio da ação humana, podendo-se citar como exemplo a derrubada da mata nativa, o cultivo agrícola, a ocupação do solo e a edificação de cidades. Quanto à “alteração da paisagem natural na Região Norte do Paraná”, ocorrida como resultado do engenhoso empreendimento de ocupação realizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, com a busca do progresso e da modernidade na construção daquela que seria a cidade de Maringá, Sandra C. A. Pelegrini faz a seguinte colocação:

[...] faz-se necessário lembrar que a ocupação promovida pela citada Companhia, embora empreendedora, não vislumbrava na época cuidados expressivos com o ecossistema existente na região. Alheia a exuberância natural da localidade, a empresa buscava “limpar” e “esquadrinhar” topograficamente o terreno e ali erguer um grande centro gerador de progresso e modernidade.⁵⁸

Assim, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná atuou no planejamento e na formação da cidade de Maringá, levando adiante seu projeto comercial de loteamento e venda de terras, um investimento altamente lucrativo.

Na seqüência analisar-se-á mais detalhadamente o processo de formação da cidade de Maringá a partir dos investimentos comerciais da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

1.2 A ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na formação da cidade de Maringá

Maringá tem sido vista como uma cidade moderna, considerada exemplo de desenvolvimento para outros municípios do Paraná e do Brasil; uma cidade que cresce vertiginosamente e é admirada pela propalada qualidade de vida que oferece a seus moradores.

⁵⁸ PELEGRINI, Sandra C. A. A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade. IN: PELEGRINI, Sandra, e ZANIRATO, Silvia. *Narrativas da Pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005. p.127.

Maringá é fruto de um planejamento urbanístico que a faz diferente de tantas outras cidades brasileiras. Sua planta foi encomendada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ao urbanista Jorge de Macedo Vieira⁵⁹. Seu acurado planejamento, com um traçado moderno e funcional, tinha como objetivo lançar Maringá rumo a um futuro próspero.

O nome Maringá foi tomado de uma canção de Joubert de Carvalho, composta em 1931, que retratava o drama das secas do Nordeste e a história de uma migrante, a cabocla Maringá (contração de Maria do Ingá). Essa canção era muito conhecida na época em que se desbravava o Norte de Paraná. O nome teve grande aceitação e posteriormente Maringá passou a ser cognominada de “Cidade Canção”, por causa da origem de seu nome⁶⁰.

A cidade tem sua origem ligada à presença da Companhia de Terras Norte do Paraná, que era subsidiária da empresa inglesa Paraná Plantation Ltda., instalada no Brasil a partir de um convite do presidente Artur Bernardes, que buscava negociar a dívida brasileira com aquela nação. Em resposta e este convite veio uma equipe inglesa a fim de analisar a possibilidade de investir na plantação de algodão para abastecer a indústria têxtil inglesa. A fertilidade da terra paranaense e os baixos preços das glebas oferecidas à venda pelo governo do Estado do Paraná atraíram o interesse inglês em investir na região.

Por volta de 1939, com o advento da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra, submersa no conflito de dimensões continentais, viu-se obrigada a dispor de muitos de seus bens no exterior. O governo britânico então determinou o retorno automático dos capitais ingleses em aplicação fora do país, o que resultou na venda da até então chamada Companhia de Terras Norte do Paraná a um grupo de empresários paulistas, tendo à frente Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo, e Gastão de Mesquita Filho⁶¹. A Companhia de Terras Norte do Paraná, agora sob controle de investimentos nacionais, passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

⁵⁹ PELEGRINI, op. cit., p. 128.

⁶⁰ LUZ, France. Maringá: A fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). *Maringá e o norte do Paraná*. Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999, p. 125.

⁶¹ LUZ, France, *O Fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá. Maringá: a Prefeitura, 1997, p. 37.

Essa Companhia promoveu a ocupação da grande gleba através do planejamento, loteamento e venda das terras, como também a construção de estradas e a implantação de núcleos urbanos para a formação de cidades e patrimônios.

Em conformidade com o plano geral de ocupação do Norte do Paraná a Companhia fundou uma grande rede de cidades, que se estendia desde Londrina até Umuarama. A fundação dessas cidades era parte do plano da Companhia de lotear e vender glebas destinadas, principalmente, ao cultivo do café, tido como produto agrícola muito promissor naquele tempo. Foram implantados pela Companhia 62 núcleos urbanos, os quais hoje constituem nove patrimônios, dezoito distritos e vinte e três sedes de município, das quais doze são também sedes de comarca. Além destes, outros 48 núcleos urbanos foram instalados por iniciativa de particulares nas terras da Companhia⁶². Os critérios utilizados para o posicionamento dessas cidades na vasta extensão territorial estavam relacionados com o traçado da ferrovia, pois sua implantação acompanhava o caminho da estrada de ferro, que por causa do relevo se situava ao longo do espigão.

Essa ocupação planejada, voltada à criação de um conjunto de cidades e patrimônios, efetivou-se no decorrer de poucos anos. A primeira cidade fundada foi Londrina, sede do escritório da CMNP, seguida das cidades menores - Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul e Mandaguari. Maringá foi fundada em 1947, e o plano da CMNP era transformá-la na segunda capital regional.⁶³

Um importante aspecto desse planejamento na formação das cidades e patrimônios no Norte do Paraná mostra-se na preocupação, por parte da Companhia, em estabelecer a distância média de 100 quilômetros entre os núcleos básicos de colonização, destinados a serem centros econômicos regionais de maior importância (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama), e 15 quilômetros entre as cidades menores, fundadas como centros intermediários de abastecimento para a população rural. A Companhia realizou

⁶² REGO, R. L; MENEGUETTI, Karin Schwabe; ANGELIS NETO, Generoso de; JABUR, Rodrigo Sartori ; RISSI, Queila . *Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Acta Scientiarum, Maringá, v. 26, n. 2, p. 141-150, 2004.

⁶³ LUZ, op. cit., 1997, p. 46.

também trabalhos de demarcação e loteamento das glebas localizadas nas vastas regiões, construindo estradas principais e secundárias a fim de permitir aos sítiantes se fixarem nos seus respectivos lotes.

Para promover a venda das terras nas áreas loteadas a Companhia procurou realizar intensa propaganda, principalmente no Estado de São Paulo, exaltando a fertilidade das terras oferecidas e incentivando os pequenos agricultores a investir em sua aquisição com promessas de alta produtividade na plantação de café, algodão e cereais. As estratégias publicitárias consistiam na distribuição de folhetos com explicações sobre as condições de aquisição das propriedades para exploração agrícola e na divulgação das vendas em jornais do Paraná e de São Paulo⁶⁴.

No período de 1948 a 1952 a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná passou a investir em propaganda na revista *A Pioneira*, periódico publicado em Londrina, com o intuito de realizar a divulgação das terras e assim promover sua comercialização. Essa propaganda, distribuída em todo o país, tinha por objetivo projetar a Região Norte do Paraná como o novo “Eldorado”⁶⁵, espaço de riquezas e oportunidades aos que aceitassem o desafio de desbravar as terras férteis ainda a serem cultivadas no Norte paranaense. Esse tipo de propaganda surtiu um efeito razoável, levando um grande contingente de pessoas a adquirirem lotes na região com o sonho de se tornarem prósperos numa terra que, segundo a propaganda da Companhia, propiciava grandes oportunidades aos novos proprietários que estivessem dispostos a tirar proveito dos baixos custos da terra, investindo na produção do café:

⁶⁴ LUZ, op. cit., 1997, p. 40.

⁶⁵ O Eldorado é uma antiga lenda narrada pelos nativos aos espanhóis na época de conquista das Américas. Os nativos falavam de uma cidade cujas construções seriam todas feitas de ouro maciço e cujos tesouros existiriam em quantidades inimagináveis.



Figura 01: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).
 Fonte: Revista *A Pioneira*, n.2. Contracapa. (julho-agosto de 1948).

Na foto⁶⁶ da contracapa da revista *A Pioneira* (figura 01) observa-se a imagem panorâmica da cidade de Maringá em formação. No centro da contracapa estão os dizeres:

⁶⁶ Durante a exposição desse trabalho são examinadas algumas fotografias entendidas como documento para a pesquisa histórica. Deve-se, todavia, estar atento a certas questões relativas a esse tipo de abordagem, pois como salientam Pelegrini e Teixeira "... o conceito de 'realidade fotográfica' (...) não constitui um 'espelho' fiel do 'real', mas por meio dela podemos captar

O rápido e crescente desenvolvimento da zona agrícola que tem como centro a nova cidade de Maringá justifica plenamente o progresso fantástico desta futura metrópole. A fotografia mostra a importância do núcleo com que a cidade começou e nos fundos dá uma idéia da extensão surpreendente da cidade nova, em fevereiro deste ano. Hoje é duas vezes maior.⁶⁷

A Companhia fazia questão de enfatizar o rápido desenvolvimento da cidade de Maringá, cuja população crescia vertiginosamente, como sendo resultado direto da expansão agrícola da região. Em letras grandes, no centro, se lê: “Terras roxas de alta qualidade”. Logo abaixo, no lado esquerdo encontra-se outra frase: “Vantajosa produção de café, cereais, fumo, algodão, cana de açúcar, mandioca, trigo, etc”. O aspecto da terra era aproveitado como meio de propaganda para enfatizar a qualidade do solo, que era indicado para o plantio dos produtos agrícolas citados na contracapa da revista. Essas foram estratégias utilizadas pela empresa para convencer seu público-alvo da grande vantagem em se plantar naquela região - região de terras roxas, intensamente férteis e produtivas, segundo seus divulgadores.

Em outra edição da revista *A Pioneira* (figura 02) encontra-se o mesmo destaque dado à fecundidade da terra, agora, porém, enfatizando-se o cultivo do café, que a propaganda chamava de “ouro verde”, sinal de riqueza e prosperidade para o agricultor que comprasse as terras da Companhia e cultivasse esse produto tão valioso. A revista expõe na parte superior da contracapa uma foto onde é possível observar agricultores trabalhando no processo de secagem dos grãos de café, e logo abaixo coloca um texto explicativo:

Maringá, apesar de o desbravamento de suas terras, ter se iniciado há pouco, já esta entrando para o rol dos distritos produtores de café. Aqui está uma foto, em que o ouro verde se espalha pelo terreiro para secagem. Dentro de poucos anos,

aspectos da cultura na qual ela foi concebida. Cada ângulo ou foco de interesse, enfim, cada flagrante de luz e sombra, apresentam-se como pistas a serem decifradas pelo investigador”. Desse modo, busca-se através de pistas interpretar as imagens utilizadas, a fim de se descrever de forma mais fiel possível os objetos estudados. Conf. PELEGRINI, Sandra C.A.; TEIXEIRA, Joubert Paulo. *Os conceitos de imagem e realismo fotográfico na pesquisa histórica*. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores &id=38>>. Acesso em: out. 2007.

⁶⁷ Revista *A Pioneira*, n.2. Contra-capa. (julho-agosto de 1948).

milhões de cafeeiros de Maringá estarão concorrendo para o aumento da riqueza do Brasil.⁶⁸

Observe a figura:



Figura 02: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).
Fonte: Revista *A Pioneira*, n.8. Contracapa. (maio-junho de 1951).

Nas edições da revista *A Pioneira*, na contracapa sempre se encontravam os seguintes dizeres, relativos à Companhia: “Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. A maior empresa colonizadora da América do Sul”. É importante perceber que através de declarações desse tipo a empresa

⁶⁸ Revista *A Pioneira*, n.8. Contra-capa. (maio-junho de 1951).

fazia questão de deixar claro aos compradores que se tratava de uma empresa sólida e confiável no mercado imobiliário, na qual os investidores teriam todas as garantias de um bom negócio.



MARINGÁ CONQUISTA A MATA — A cidade que em apenas 5 anos apresentou o impressionante número de 3.000 prédios e 20.000 habitantes, não para de crescer. A foto tirada a Oeste de Maringá mostra uma derrubada recente para dar espaço à cidade, da qual se vê parte.

Terras de Alta Qualidade

VENDAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES

Cia. Melhoramentos Norte do Paraná

ANTERIORMENTE CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL

SEDE
São Paulo, Rua São Bento, 329 — 3.º andar — Telefones: Vendas 33-4561 — Gerência: 32-2435 — Caixa Postal, 2771 — End. Telegr.: "CIANORTE"

Centro de Administração e Agência Principal:
Londrina — R.V.P.S.C. — Paraná

Informações com os escritórios de São Paulo, Londrina, Apucaranas e Maringá, onde está centralizada a Seção de Vendas de Terras da Companhia

Gráfico São José — Rua Galvão Bueno, 230 — Telefone 30-4311 — São Paulo

Figura 03: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).
Fonte: Revista *A Pioneira*, n.13. Contracapa. (dezembro de 1952).

A contracapa da edição n.13 da revista *A Pioneira* (figura 03), que exhibe a propaganda da empresa, apresenta uma foto em que a natureza é assolada pela ação humana através do desmatamento. Nela, uma grande área

desmatada exibe frondosos troncos de árvores caídos ao chão. Na época, a Cia. Melhoramentos se mostrava destituída de qualquer preocupação com a preservação do meio ambiente. Aliás, naquele tempo, desmatamento e edificação de cidades eram sinônimos de progresso e prosperidade. Veja-se o que diz o texto exposto logo abaixo na contracapa da revista:

MARINGÁ CONQUISTA A MATA – A cidade que em apenas 5 anos apresentou o impressionante número de 3.000 prédios e 20.000 habitantes, não pára de crescer. A foto tirada a Oeste de Maringá mostra uma derrubada recente para dar expansão à cidade, da qual se vê parte.⁶⁹

Segundo France LUZ, o município de Maringá abrangia, até 1960, uma grande área, que hoje pertence aos municípios de Ivatuba, Doutor Camargo, Paiçandu e Floresta. Essa grande extensão foi dividida em glebas de tamanhos variados, acompanhando a topografia e os cursos de d'água. Essas glebas receberam os nomes de Atlantic, Caxias, Centenário, Chapecó, Colombo, Maringá, Morangueiro, Paiçandu, Patrimônio Água Boa, Patrimônio Doutor Camargo, Patrimônio Paiçandu, Pingüim e Sarandi. Os nomes citados correspondem aos córregos e ribeirões das localidades. As glebas que eram designadas como "Patrimônio" estavam ao redor de cidades e vilas, sendo lotes de menor extensão, formando assim o "cinturão verde" dos respectivos núcleos urbanos.⁷⁰ Essas glebas foram então divididas em lotes de diversos tamanhos, os quais eram vendidos por meio de contratos de compra e venda assinados entre a empresa e os novos proprietários.

Na maioria das vezes os novos proprietários dos lotes eram brasileiros provindos de outras localidades do Norte do Paraná e também de outras regiões do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais ou outros Estados do país. Havia também pessoas vindas de outras nações, pois a propaganda da Companhia atingiu países diferentes. Predominavam entre os estrangeiros pessoas vindas da Espanha, Itália, Portugal, Japão, Alemanha e Rússia.

⁶⁹ Revista *A Pioneira*, n.13. Contra-capa. (dezembro de 1952).

⁷⁰ LUZ, France, op. cit., 1997, p. 48 e 49.

O planejamento do perímetro urbano da cidade de Maringá só foi efetivado após a demarcação da estação da estrada de ferro, realizada pelo então Departamento Nacional de Estradas de Ferro. A parte urbana de Maringá tinha como plano inicial uma área de 600 alqueires, com cinco quilômetros de comprimento e três de largura. Desse total, 44 alqueires seriam reservados para abrigar dois bosques com 22 alqueires cada um. A planta da cidade também previa a apropriada localização dos bairros com suas respectivas funções: residencial, industrial e de armazéns (com desvios ferroviários). Todo o traçado das ruas e avenidas foi cuidadosamente planejado, prevendo arborização e ajardinamento:

A Companhia trouxe a Maringá em 1949 um engenheiro florestal, especialista em botânica para providenciar a rápida arborização da cidade, que então oferecia uma paisagem desoladora marcada pelas queimadas. O sucesso do empreendimento comercial da Companhia dependia de uma imagem sedutora e a vegetação nativa e exótica que se fez plantar satisfizes aquela condição. A paisagem urbana ganhou 'variedade e encanto' [...] com a instalação de um canteiro central com uma terceira fileira de árvores nas vias principais, mais largas que as ruas menos importantes apenas arborizadas nas calçadas laterais. [...] cada via recebeu um tratamento diferente, plantando-se em cada uma um determinado tipo de árvore, distinto do das vizinhas, conferindo a cada via a própria individualidade, rebatendo a uniformização da cidade e, conseqüentemente, seu empobrecimento estético e qualitativo.⁷¹

Além dessa preocupação estética que diz respeito ao paisagismo citadino, foram também reservadas áreas específicas para a construção de escolas, igrejas, hospitais, parques infantis, logradouros públicos e do estádio municipal. Ao redor da cidade foram reservados, em disposição quase anelar, espaços destinados à localização de chácaras para abastecer a cidade. Quanto à planta da cidade e seu idealizador, Rego assevera:

A Companhia encarregou os projetos de Maringá e de Cianorte ao engenheiro Jorge de Macedo Vieira. Como se sabe, Macedo Vieira estagiara e trabalhara na Companhia City de loteamentos, em São Paulo, no período em que Barry Parker desenvolveu os

⁷¹ REGO, R. L. *O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade jardim*. Acta Scientiarum, Maringá, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

projetos dessa empresa para os bairros paulistanos Jardim América, Alto da Lapa e Pacaembu. Parker era sócio de Raymond Unwin e juntos haviam desenhado as primeiras cidades-jardins inglesas. Deste modo, Macedo Vieira foi influenciado pela ‘arte inglesa de projetar cidades’ e muitas das soluções formais por ele aplicadas no anteprojeto de Maringá são recomendadas pelo tratado de desenho urbano de Unwin, publicado em 1909.⁷²

Maringá, como cidade planejada, foi projetada como já mencionado, segundo o modelo inglês de “cidade-jardim” idealizado por Unwin e Parker, baseados na proposta de Ebenezer Howard publicada em 1902 sob o título *Garden Cities of Tomorrow*. Tais afirmações quanto à influência desse modelo nas características estéticas da cidade se sustentam por suas formas peculiares, como, por exemplo, o traçado irregular respeitando as características naturais do terreno, a presença preponderante do verde como elemento que compõe o espaço urbano, a forma artística do traçado da malha urbana, o formato das praças, a estrutura de bairros e centros, separados segundo suas características e funcionamento no espaço urbano.⁷³

Essas características arquitetônicas empregadas na elaboração da planta da cidade foram também aproveitadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná como meio de divulgar a venda de lotes a quem se interessasse. Isso pode ser observado na contracapa da revista *A Pioneira*, n.10 (figura 04), onde se vê a foto da cidade com suas largas avenidas, e logo abaixo a seguinte informação:

MARINGÁ: UMA OBRA PRIMA DE URBANISMO: Planificada com todos os requisitos da técnica urbanística, para dar conforto e bem estar aos seus habitantes, Maringá surpreende a todos com suas ruas largas e amplas avenidas de 46, 35 e 30 metros, como esta no clichê.⁷⁴

Veja a figura abaixo:

⁷² REGO, R. L; MENEGUETTI, Karin Schwabe; ANGELIS NETO, Generoso de; JABUR, Rodrigo Sartori ; RISSI, Queila . op. cit., p. 141-150, 2004.

⁷³ REGO, op. cit., p. 1569-1577, 2001.

⁷⁴ Revista *A Pioneira*, n.10. Contra-capa. (dezembro de 1951).



Figura 04: Propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).
Fonte: Revista *A Pioneira*, n.10. Contracapa. (dezembro de 1951).

Após a composição da planta, com a venda dos lotes urbanos a cidade de Maringá passou a ter uma intensa movimentação populacional em toda a sua extensão. Uma das primeiras edificações de alvenaria desse núcleo nascente foi o prédio onde se instalou o escritório da Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná, a ser utilizado para sediar a venda das terras nos limites do município. A pedra fundamental da cidade foi oficialmente lançada no dia 10 de maio de 1947. Aos poucos se foi derrubando a mata na área central da cidade planejada e os lotes foram sendo vendidos e ocupados⁷⁵. As construções iniciais eram de madeira. Casas comerciais, residências e hotéis passaram a ocupar o espaço antes dominado pela mata nativa.

Na seqüência observa-se o desenho do anteprojeto da Cidade de Maringá, elaborado em 1945 (figura 05). A planta da cidade exibe as características mencionadas do modelo inglês de “cidades-jardim”. Nela observa-se o traçado irregular respeitando as características naturais do relevo, a forma artística da malha urbana com traços curvilíneos contornando as praças, e dois grandes bosques em meio ao ambiente citadino.



Figura 05: Planta da cidade de Maringá – 1945.

Fonte: Projeto Memória - Secretaria de Cultura e Patrimônio - PM de Maringá.

Na próxima unidade buscar-se-á discorrer sobre a preservação do Patrimônio Histórico no Estado do Paraná, e depois será analisado o processo

⁷⁵ Luz, France, op. cit., 1997, p. 137.

de tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Esse prédio foi tombado devido à sua importância no contexto de (re)ocupação da região do Norte do Paraná, e em especial devido à sua importância como memória que guarda os primeiros anos de formação da cidade de Maringá.

Unidade II

*As lembranças se apóiam nas pedras da cidade. Se espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira a sua seiva.*⁷⁶

2 A unificação das diferenças e a “invenção” do patrimônio paranaense

A complexa formação da sociedade paranaense resultou das diferenças e desigualdades sociais presentes desde a formação da Província do Paraná, em 1853. Essa sociedade, em seus primórdios, era destituída de referencial cultural e territorial comum, fato em razão do qual, segundo Kersten, o discurso e a ação do patrimônio no Paraná se fixaram em elaborar estratégias que atenuassem tais contradições. Como, ademais, o Paraná era espaço de passagem de um rico comércio de gado bovino e muar dos campos do Rio Grande do Sul para os mercados de Sorocaba, o mesmo veio a reconhecer como patrimônio “escassas edificações amarradas à colonização luso-brasileira e representações de arquitetura eclética”,⁷⁷ característica do final do século XIX e início do seguinte. Trata-se aqui de uma “invenção” do conjunto patrimonial tombado no Paraná, que buscou unificar as diferenças presentes entre a cultura luso-brasileira e outras etnias, sendo estas de imigrantes chegados ao Estado paranaense no final do século XIX, como destaca Kersten: “Imigrantes de diferentes universos tingiam a sociedade com cores fortemente heterogêneas, principalmente o preto vermelho amarelo alemão; o verde, vermelho e branco italiano; o vermelho e branco polonês”⁷⁸.

Marca-se então uma prática patrimonial que privilegiou sobretudo a classe dominante, somando-se a isso um discurso de formação do Estado em torno de um ideal de unificação e abrandamento das diferenças presentes nas variadas etnias de imigrantes estrangeiros. Percebe-se também uma incansável busca de indicação dos ciclos econômicos na arquitetura

⁷⁶ BOSI, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças paulistanas*. USP. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 1, n° 1. São Paulo: IEA, 1987, p. 200.

⁷⁷ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p. 19.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 18.

preservada, “inventando”, como escreve a autora, uma “memória histórica”. desenhou-se assim um mapa desigual do Estado paranaense, privilegiando determinados municípios ou regiões em detrimento de outros:

[...] as unidades preservadas, na maioria bens arquitetônicos, foram construídas desde o século XVII mas, sobretudo, nos séculos XIX e XX. Enfatizam a colonização pelo litoral, os diferentes ciclos econômicos, a ocupação do território, o movimento migratório e o fortalecimento do Estado.⁷⁹

É possível observar que a preocupação com a preservação no Paraná estava atrelada, ainda no período provincial, a questões relacionadas a valores simbólicos de enaltecimento do poder político, sendo que a cidade de Curitiba exercia o importante papel de irradiar esses valores ao restante do Estado:

A cidade de Curitiba foi estruturada para que traduzisse os valores simbólicos de capital e sede do Poder, amalgamados à nova unidade político-administrativa. O governo provincial mapeou a cidade edificando sedes de órgãos públicos e criou diversas instituições para a preservação de acervos e documentos. Surgiram, então, instituições voltadas às artes e à educação: Arquivo Público, em 1855, a Biblioteca Pública, em 1857; e, em 1886, a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, segunda escola regular de arte no Brasil, mais tarde transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica.⁸⁰

Apegado às suas raízes históricas, o Paraná foi uma das primeiras províncias a se preocupar com a proteção de sua documentação oficial; seu Arquivo Público (atual Departamento de Arquivos Público - DEAP) é uma dos mais antigos do país, tendo sido criado pela Lei n.º 33 de 07 de abril de 1855.⁸¹

As iniciativas de proteção do acervo cultural do Paraná remontam ao período que antecedeu o Estado Novo. Em outubro de 1935 o Governo do Estado criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, mediante a Lei de n.º 38:

⁷⁹ KERSTEN, op. cit., p.20

⁸⁰ Ibid., p. 112.

⁸¹ LUPORINI, Teresa Jussara. *Lugares da memória no estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural*. Dissertação de Doutorado. Campinas: Biblioteca Digital da Unicamp, 1997. p. 114. Disponível em: <dhttp://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000120860>. Acesso em: Set. 2007.

No Paraná o patrimônio cultural recebeu desde os anos de 1930 um cuidado especial por parte do Estado e, em conjunto com a sociedade organizada promoveram diversas ações preservacionistas. Pela Lei Estadual N.º 38 de 31 de outubro de 1935 foi instituído o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná destinado a colaborar, como órgão consultivo do Governo, na defesa do patrimônio cultural do Paraná e no estímulo de toda a atividade intelectual e artística do Estado, com o objetivo de elevar a sua cultura sob todos os pontos de vista.⁸²

Em 1938 efetivou-se o tombamento nacional de inúmeros bens, entre eles edifícios e acervos museológicos, tais como a Fortaleza da Ilha do Mel, a Matriz de Guaratuba e a Casa Coronel Lacerda na Lapa.

A Fortaleza da Ilha do Mel (foto 06), também conhecida como Fortaleza N. S. dos Prazeres ou Fortaleza da Barra, já tombada em âmbito nacional em 1938, foi tombada na esfera estadual com a inscrição de n.º 38-II, processo número 39/72, em março de 1.972, sendo registrada no Livro Tombo Histórico. A Ilha localiza-se no Município de Paranaguá e pertence ao Patrimônio da União.



Foto 06: Fortaleza da Ilha do Mel.

Fonte: Disponível em: <<http://www.ilhadomelonline.com.br/fortaleza.htm>> .
Acesso em: nov. 2007.

⁸² Conforme informação no Site da Coordenadoria do Patrimônio Cultural: Patrimônio Cultural no Paraná. Uma conceituação. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: jul. 2007.

A fortaleza foi construída para garantir a defesa de Paranaguá, sede de sucessivos comandos militares responsáveis pela guarda do litoral contra eventuais ataques de espanhóis e piratas que, à época, assolavam as costas e saqueavam as povoações. Em dezembro de 1765 a Câmara do município aprovou a construção da fortaleza, a ser erguida com o auxílio do governo e a contribuição do povo. Ficou pronta em abril de 1769.

Quanto aos detalhes da edificação, o histórico de tombamento descreve:

A fortaleza, erguida em uma aba do morro que é chamado de Baleia – nome que antigamente também era dado à ilha -, e fronteira à Ilha das Peças, domina o canal da barra do norte, o qual dá acesso à Baía de Paranaguá. Originalmente compunha-se de edificações para o corpo da guarda, capela, quartéis da tropa e do comandante, casa da pólvora e casa do comandante. Além dessas edificações – todas hoje inexistentes -, construídas sobre um terrapleno, ergueu-se outra, destinada à cadeia, com enxovias abobadadas e cujas ruínas ainda subsistem. A capela e as demais edificações, inclusive a erguida em 1905, como novo alojamento da tropa, foram demolidas. O terrapleno é contido por muralha de cantaria admiravelmente lavrada, com cerca de 2m de espessura e quase 10 de altura. Nos vértices da linha poligonal, formada pela muralha, guaritas (seis) em alvenaria de pedra apoiadas sobre bacias de pedra lavrada e encimadas por pináculos, também em cantaria lavrada [...].⁸³

A fortaleza sofreu várias reformas no decorrer dos anos. No ano de 1969 foram realizadas algumas obras de conservação pelo IPHAN, de acordo com projetos do arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra.

A Igreja Matriz de Guaratuba (foto 07), também tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1938, é chamada de Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, ou ainda de Igreja de São Luís de França. Quando de seu tombamento estadual, em fevereiro de 1972, foi inscrita no Livro Tombo Histórico sob o n.º 34-II, do Processo número 35/72. Sua localização é a Praça da Matriz, no Município de Guaratuba, sendo de propriedade do bispado de Paranaguá.

⁸³ Fortaleza N. S. dos Prazeres. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/moduleconteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.



Foto 07: Matriz de Guaratuba.

Fonte: Disponível em: <[http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content &task=view&id=259&Itemid=110](http://www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=259&Itemid=110)> . Acesso em: nov. 2007.

No que se refere às características arquitetônicas, o Histórico de tombamento especifica:

De linhas coloniais muito simples, foi edificada em alvenaria de pedra argamassada e atualmente dividi-se em quatro corpos: nave, capela-mor, sineira, e sacristia. Enquadrada por cunhais, arrematados por coruchéus, ambos em cantaria, a fachada principal é rasgada por portada e das janelas à altura do coro. Todos os requadros da fachada são também em cantaria, vergas e sobrevergas arqueadas. O frontão é movimentado por graciosas curvas e contracurvas e vazado por óculos polilobulado. Encima a cruz também lavrada em cantaria. Diferente do partido quase sempre adotado na região, a torre sineira, obra do século XIX, se fixa recuada, diante da sacristia, à qual dá aceso através de porta emoldurada por requadro em cantaria com verga e sobreverga arqueadas [...]. O interior da igreja é bastante simples, com o piso de tabuado e a nave, em abóbada de berço, tem forro de tábuas corridas, arrematado por cimalha. A igreja, coberta por telhado em duas águas, telha capa-canal, apresenta beiral em beira-seveira [...].⁸⁴

A época exata de fundação da igreja de Guaratuba não se é conhecida, pois sua origem perde-se nos meados do século dezoito. Sabe-se apenas que

⁸⁴ Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso - Matriz. Disp. em site: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em nov. 2007.

no ano da instalação da Vila, em 1771, já existia ali uma igreja, pois o Auto de Criação da vila faz essa menção: “... visto contar a dita povoação com bastante casas, Igreja e edifícios públicos...”⁸⁵. Essa igreja era um dos melhores templos do litoral. Acredita-se que essa mencionada igreja seja a atual matriz.

A Casa do Coronel Lacerda (foto 08), cujo tombamento nacional deu-se também em 1938, é parte integrante do Setor Histórico da cidade da Lapa, notável por sua importância no contexto nacional, conforme atesta Alisson Bertão Machado em sua dissertação sobre o processo de tombamento do setor histórico da Lapa como estudo de caso. Segundo afirma Bertão Machado, no contexto nacional, logo que passou “a haver considerações acerca da preservação de lugares que marcavam uma data histórica e a memória do país” começaram-se “a propor medidas para proteger os monumentos da cidade da Lapa”⁸⁶.



Foto 08: Casa do Coronel Lacerda, na Lapa:

Fonte: Disp. em:

<<http://www.caminhosdoparana.com.br/imprensa/Index.php?id=lapa>>.

Acesso em nov. 2007.

⁸⁵ Livro do Tombo de Guaratuba, Auto de 27-04-1771.

⁸⁶ MACHADO, Alisson Bertão. *Políticas e Patrimônio Histórico: O processo de tombamento do setor histórico da Lapa como estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

A residência foi construída pelo casal Manoel Corrêa de Lacerda e Leocádia Cassiana Rezende Corrêa de Lacerda entre os anos de 1842 e 1845. Durante a Revolução Federalista serviu de quartel-general da 2ª Brigada. Nela foi assinada a ata de rendição da cidade. A casa é conhecida popularmente como “Casa dos Lacerdas” é o primeiro imóvel particular doado à Fundação Pró-Memória.

A Casa, em seu tombamento estadual, possui inscrição no Tombo n.º 36-II, processo número 37/72. Foi inscrita em março de 1.972 no Livro Tombo Histórico do Paraná, e pertence à Fundação Nacional Pró-Memória. Em 1982, foi restaurada pelo SPHAN/Pró-Memória. Atualmente o imóvel abriga um museu de época, demonstrativo do *modus vivendi* de uma família representativa da elite campeira paranaense.⁸⁷

Na década de 1940 desenvolveram-se no Estado do Paraná ações de preservação dirigidas pelo Governo Federal. Uma das primeiras parcerias entre os governos federal, estadual e municipal foi a recuperação da Igreja Matriz de Santo Antônio da Lapa, em 1944, sendo esta restauração realizada por estarem próximas as comemorações de Cerco da Lapa.⁸⁸

No âmbito estadual, as primeiras medidas de proteção aos bens patrimoniais ocorreram com a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico, em 1948, juntamente com a Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, através da Lei Estadual N.º 112 de outubro de 1948.⁸⁹:

A Divisão, pioneira no país, surgiu também com o objetivo de cooperar com os trabalhos desenvolvidos pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. Até mesmo para adequar-se à legislação, recriou um Conselho assessor na área de patrimônio. Este fórum fortaleceria as decisões colegiadas e as discussões democráticas, difundindo responsabilidades.⁹⁰

⁸⁷ Casa do Coronel Lacerda. Disponível em: <site:<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.

⁸⁸ KERSTEN, op. cit., p.131.

⁸⁹ Histórico da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

⁹⁰ KERSTEN, op. cit., p.132.

Em 16 de setembro de 1953 foi sancionada a Lei n.º1.211, cujo teor dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná, formulando assim diretrizes específicas para o Estado Paranaense sobre a questão do Patrimônio, definição e orientações quanto ao processo de tombamento, abertura dos Livros-Tombo e demais aspectos que envolvem o tema no Paraná.

Os primeiros tombamentos a serem arrolados com a legislação do Estado recaíram sobre os mesmos bens já tombados, desde 1938, pelo Patrimônio Nacional. Durante toda a década de 1950 não ocorreram processos de tombamento no Estado. Ocorreram nesse período restaurações parciais, como a da igreja matriz da cidade da Lapa e a do antigo Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, com o apoio do serviço de patrimônio federal e das prefeituras locais, sendo também retomadas discussões anteriores sobre a preservação dos sambaquis no litoral paranaense.⁹¹

A igreja matriz da cidade da Lapa (foto 09) tem inscrição estadual n.º 35-II, processo número 36/72, e foi inscrita em março de 1.972 no Livro Tombo Histórico do Paraná. Sua localização é a Praça da Matriz da cidade da Lapa. A edificação é de propriedade do Arcebispado Metropolitano. É também designada de Igreja Matriz de Santo Antônio.



Foto 09: Igreja Matriz de Santo Antônio da Lapa.

Fonte: Disp. em: <<http://www.caminhosdoparana.com.br>>. Acesso em nov. 2007.

⁹¹ KERSTEN, op. cit., p.139.

Conforme salienta o histórico de tombamento, nela foram sepultados os coronéis Gomes Carneiro e Cândido Dulcídio, heróis do Cerco da Lapa, durante a Revolução Federalista de 1894. A descrição arquitetônica da edificação assim é descrita:

A edificação constitui bom exemplo da arquitetura luso-brasileira da segunda metade do século XVIII, pelo emprego da técnica em pedra, pela torre-sineira e pelo desenho barroco do frontão. De grande interesse ornamental, os elementos da fachada feitos em grés (arenito local), portada e requadros de ensilharia. À altura do coro, na fachada principal, três janelas em guilhotina, divididas em quadrículos. Encimando o frontão, que é vazado por óculo polilobulado, o cruzeiro e, lateralmente, coruchéus como arremate dos cunhais. A igreja, de planta retangular, se divide em nave, capela-mor e sacristia, aos fundos. É coberta por telhado em duas águas na nave e capelamor. Do lado esquerdo da fachada, a torre-sineira é recoberta por telhado em quatro águas. Encontra-se em bom estado de conservação e é mantida pela paróquia local. Em 1827 Debret documentou-a em aquarela, com panorama da então Vila Nova do Príncipe.⁹²

O primeiro tombamento realizado efetivamente sob legislação do Estado do Paraná foi o da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas (foto 10), em Paranaguá, ocorrido no ano de 1962. Seguiram-se a partir daí alguns procedimentos de execução de obras de conservação e de restauro daquele templo.

⁹² Igreja de Santo Antônio - Matriz da Lapa. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.



Foto 10: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas.
Fonte: Disponível em: <www.patrimoniocultural.pr.gov.br> . Acesso em: nov. 2007.

A Igreja possui a inscrição no Tombo de n.º 01-II, processo número 222-01/62. Ela está inscrita no Livro Tombo Histórico e localiza-se na Rua XV de Novembro, esquina com Rua Presciliano Correa Paranaguá, na cidade de Paranaguá, sendo de propriedade da Mitra Diocesana. Sua estrutura arquitetônica é assim descrita:

Sua construção em alvenaria de pedra é em estilo barroco. Originalmente era composta pela nave, capela-mor, sacristia localizada nos fundos, um cemitério ao lado, possuindo locais para o claustro, para o noviciado e para a oficina. A fachada é enquadrada por cunhais e cimbalha em cantaria tendo na altura do coro duas janelas em guilhotina que tem entre elas as insígnias da Ordem Terceira. Destacam-se a portada em pedra, o frontão curvilíneo com um óculo central, pináculos laterais e um cruzeiro encimando-o. A torre localizada à esquerda da fachada, data do primeiro quartel do séc. XIX, é enquadrada por cunhais em massa e base em cantaria, possui sineiras em arco pleno [...].⁹³

Sendo a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas o primeiro bem tombado no Livro do Tombo Histórico do Paraná, tornaram-se necessárias obras de restauro entre 1965 e 1968 e novamente entre 1983 e 1984. A igreja faz parte do Centro Histórico de Paranaguá.

⁹³ Livro Tombo Histórico do Estado do Paraná. Inscrição Tombo 01-II, Processo Número 222-01/62. Data da Inscrição: 04 de novembro de 1.962 Conf. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2007.

A Unesco, em Conferência organizada em Paris em 1972, aprovou recomendação para que os países-partes protegessem os bens nacionais imóveis, de relevância cultural ou natural. Em resposta a essa recomendação o Paraná implantou no rol dos tombamentos estaduais, pelo menos 59 iniciativas no sentido de preservação de áreas naturais e urbanas, como a Ilha do Mel, em 1975, e a Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro, em Curitiba, no ano de 1974.⁹⁴

A Ilha do Mel (foto 11) tem inscrição no Tombo Estadual sob o n.º 11-I, processo número 56/75. Foi inscrita em maio de 1.975 no Livro Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico. Localiza-se na Baía de Paranaguá, no Município de Paranaguá, e é de propriedade da União.



Foto 11: Ilha do Mel.

Fonte: <http://www.pr.gov.br/turismo/turismo_mun_ilhadomel.shtml?turistas>. Acesso em: nov. 2007.

Conforme atesta o histórico de tombamento, a Ilha do Mel está situada na entrada da Baía de Paranaguá, a 25 graus de latitude. Possui uma superfície de 2.762ha e seu perímetro mede aproximadamente 35 km. Quanto aos detalhes de sua composição e demais características, observa-se que a Ilha

É constituída por duas áreas nitidamente definidas, unidas por um istmo de 150m de largura no seu ponto mais estreito. A área menor, ao Sul, é caracterizada pela presença de seis elevações,

⁹⁴ Histórico da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

a mais alta das quais o morro Bento Alves mede 160m de altura. [...] A área Norte, mais extensa, é denominada por uma planície de restinga, com mangues, riachos e lagoas, e é contornada por praias voltadas para o mar interior da Baía de Paranaguá. Acidente geográfico mapeado na Sexta Carta da Costa do Brasil, ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde a Ponta de Araçatuba até a Barra do Guaratuba, pelo padre M. Diogo Soares, S.J., geógrafo régio no estado do Brasil, antes de meados do século XVIII, referido por inúmeros viajantes estrangeiros que ao Brasil vieram entre os séculos XVI e o XIX, foi registrado iconograficamente através de xilogravura no livro de Hans Staden (1555), por aquarelas de Debret (1827) e tema de inúmeros quadros a óleo de Alfred Andersen (1930), Theodoro de Bona (1946) e outros [...].⁹⁵

A Ilha do Mel é nacionalmente conhecida por sua beleza, sendo ponto turístico obrigatório para quem quiser conhecer as maravilhas naturais do Paraná. A Ilha é freqüentada por inúmeros banhistas que se dirigem para o litoral do Estado todos os anos na estação do verão.

Em 1979, no início do governo estadual de Ney Braga (gestão 1979/1982), foi criada a Secretaria de Cultura e do Esporte pelo desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura. Suas ações no que diz respeito à preservação da memória cultural e artística voltavam-se para a paisagem urbana, para os sítios ecológicos e panorâmicos do Paraná.

Nos anos de 1980 continuou-se a dar ênfase à preservação do Patrimônio Natural no Estado paranaense, e grandes conquistas foram alcançadas devido à ação conjunta da administração estadual e das municipais:

Para a ação conjunta da administração estadual com as municipais incentivou-se a criação de Associações de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural nos municípios. A resposta imediata veio de municípios como Antonina, Palmeira, Castro, São Mateus do Sul, Morretes e Jacarezinho. Nesse contexto foi criado o IPAC-Londrina, abrindo-se com ele o estudo do patrimônio e a preservação na região norte do Paraná, até então considerada nova e supostamente “sem passado, sem história”.⁹⁶

⁹⁵ Ilha do Mel Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.

⁹⁶Histórico da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Em 1986, mais um passo importante na preservação do Patrimônio Natural foi dado com o tombamento da Serra do Mar, possibilitando assim que houvesse uma melhor normatização de uso de toda a área tombada.

Em continuidade a estas iniciativas, em 1987 a Secretaria de Estado da Cultura criou a Curadoria do Patrimônio Natural, voltada ao cadastramento, pesquisa e ação técnica na arqueologia e nas áreas naturais de forma geral. Desde então a Secretaria tem sistematicamente voltado seus interesses à preservação dos sítios e paisagens naturais em todo o Estado do Paraná.⁹⁷

Abaixo são mostradas três tabelas onde é possível encontrar a relação completa dos bens tombados no Estado do Paraná pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC) desde o primeiro tombamento registrado em 1962, ao último registrado em 2005. As três tabelas correspondem aos três Livros-Tombo abertos para os registros efetuados no Paraná, sendo eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; e Livro do Tombo das Belas Artes. Ao todo somam-se 165 tombamentos efetivados no Estado. No Livro do Tombo Histórico foi realizado o maior número de registros, com 136 tombamentos:

Tabela 1:

Fonte: Site <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/livro.php?livro=1>>. Acesso em dez. 2007.

Tombo I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	
Praça Doutor João Cândido	(Curitiba) - 1966
Parque Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada	(Ponta Grossa) - 1966
Paisagem da Orla marítima de Matinhos	(Matinhos) - 1970
Árvore Angico Branco	(Curitiba) - 1974
Árvore Corticeira	(Curitiba) - 1974
Árvore Paineira	(Curitiba) - 1974
Árvore Tipuana	(Curitiba) - 1974
Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro	(Curitiba) - 1974
Praça Rocha Pombo	(Londrina) - 1975
Ilha do Mel	(Paranaguá) - 1975

⁹⁷ Histórico da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Árvores 4 Tipuanal	(Curitiba) – 1977
Sambaqui	(Pontal do Paraná) - 1982
Capão da Imbuia	(Curitiba) - 1983
Ilha do Superagüi	(Guarapeçava) - 1985
Praça Eufrásio Correia	(Curitiba) - 1986
Serra do Mar	(Mun. da porção oriental do Paraná) - 1986
Gruta de Lancinha	(Rio Branco do Sul) - 1988
Árvore Cebileira	(Curitiba) - 1990
Parque Estadual João Paulo II	(Curitiba) - 1990
Árvore Carvalho do Unbenau	(São Mateus do Sul) - 1990
Passeio Público	(Curitiba) - 1999

Tabela 2:

Fonte: Disponível em:

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/livro.php?livro=2>>. Acesso em: dez. 2007

Tombo II: Livro do Tombo Histórico	
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas	(Paranaguá) – 1962
Igreja da Irmandade de São Benedito	(Paranaguá) – 1962
Igreja de São Sebastião de Porto de Cima	(Morretes) – 1963
Fonte Velha. Localizada junto ao Rio Itiberê	(Paranaguá) – 1964
Crucifixo Processional	(Paranaguá) – 1966
Prefeitura Municipal	(Curitiba) – 1966
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	(Curitiba) - 1966
Prédio Av. Afonso Botelho, esq. com Rua Prof. Gratulino	(Guaratuba) - 1966
Imagem - Nossa Senhora da Candelária	(Paranaguá) - 1966
Imagem - Nossa Senhora do Rosário	(Paranaguá) - 1966
Imagem - Santa Efigênia	(Paranaguá) - 1966
Imagem - Santa Luzia	(Paranaguá) - 1966
Imagem - São Benedito	(Paranaguá) – 1966
Prédio da Pref. Municipal - Antigo Palácio Visc. de Nácar	(P. Grossa) – 1966
Igreja N. Sra. do Santíssimo - (Matriz De Paranaguá)	(Paranaguá)- 1967
Moinho do Mate	(Campo Largo) - 1968
Instituto Neo Pitagórico	(Curitiba) - 1968

Fonte da Carioca	(Antonina) - 1969
Teatro São João	(Lapa) - 1969
Igreja do Bom Jesus do Saivá	(Antonina) - 1970
Capela da Nossa Senhora da Conceição	(Matinhos) - 1970
Igreja da N ^a Sr ^a da Conceição do Pilar de Tamanduá	(Balsa Nova) - 1970
Solar Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	(Palmeira) - 1970
Imóvel Situado no Largo Cel. Enéias, N ^o 30	(Curitiba) - 1971
Museu Escola Alfredo Andersen	(Curitiba) - 1971
Imóvel Sito à R. B.do Rio Branco com R. B. dos Campos Gerais	(Lapa) - 1971
Coleção do Museu Cel. David Carneiro	(Curitiba) - 1972
Coleção Etnográficas, Arqueol. e Artíst do Museu Paranaense	(Curitiba) - 1972
Portão do Passeio Público	(Curitiba) - 1972
Igreja N. S. do Bom Sucesso (Matriz de Guaratuba)	(Guaratuba) -1972
Casa na Praça Coronel Lacerda	(Lapa) - 1972
Igreja Santo Antônio - Matriz da Lapa	(Lapa) - 1972
Antigo Colégio dos Jesuítas	(Paranaguá) – 1972
Casa onde moraram Brasília Timberê e Monsenhor Celso	(Paranaguá) –1972
Casa sita à Praça Monsenhor Celso, 106	(Paranaguá) – 1972
Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres	(Paranaguá) – 1972
Oratório de São Carlos Borromeo	(Almirante Tamandaré) – 1973
Ponte do Rio dos Papagaios (Entre os Munic. Balsa Nova e Palmeiras)	-1973
Casa Rocha Pombo	(Morretes) - 1973
Casa do Visconde de Guarapuava	(Guarapuava) - 1974
Estação Rodoviária de Londrina	(Londrina) - 1974
Praça Rocha Pombo	(Londrina) - 1974
Casa sita à Rua Comendador Araujo, 268	(Curitiba) - 1975
Estação da Estr. de Ferro de Curitiba e Viaduto João Negrão	(Curitiba) - 1976
Gimnásio Paranaense	(Curitiba) - 1977
Panteon do Cemitério de Sta. Felicidade	(Curitiba) - 1977
Prédio do Palácio da Liberdade (Atual Mis)	(Curitiba) - 1977
Museu do Tropeiro	(Castro) - 1978
Casa Barão do Serro Azul	(Curitiba) - 1978
Casa Emílio Romani	(Curitiba) - 1978

Museu de Arte Contemporânea	(Curitiba) - 1978
Secretaria das Finanças do Estado do Paraná (Antiga Sede)	(Curitiba) – 1978
Sede da Câmara Municipal de Curitiba	(Curitiba) - 1978
Edif. Sede da Fund. Cultural de Curitiba, antigo Palácio Wolff	(Curitiba) 1981
Imóvel Situado à Rua Embaixador Hipólito Alves de Araújo	(Lapa) - 1981
Casa Situada à Praça Getúlio Vargas 10	(Castro) - 1982
Casa Situada à Praça Getúlio Vargas 6	(Castro) - 1982
Casa Situada à Praça Manoel Ribas 152	(Castro) - 1982
Casa Situada à R. Dr.Jorge Xavier da Silva	(Castro)-1982
Igreja do Arcanjo Miguel	(Mallet) - 1982
Fazenda Capão Alto	(Castro) - 1983
Sobrado Sito à Rua Barão do Rio Branco, 763	(Curitiba) - 1985
Sobrado Sito à Rua Barão do Rio Branco, 773	(Curitiba) – 1985
Sobrado Sito à Rua Barão do Rio Branco, 805	(Curitiba) – 1985
Sobrado Sito à Rua Barão do Rio Branco, 823	(Curitiba) - 1985
Igreja de São Benedito	(Morretes) - 1985
Casa Situada à Praça Manoel Ribas 120	(Castro) - 1986
Palácio São Francisco	(Curitiba) - 1986
Palácio Garibaldi	(Curitiba) - 1988
Teatro 13 de Maio	(Curitiba) - 1988
Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria	(Jaguariaiva)-1988
Fórum Wilson Balão	(Toledo) - 1988
Escola Estadual Professor Serapião	(União da Vitória) - 1988
Residência na Rodovia da Uva	(Colombo) - 1989
Setor Histórico da Lapa	(Lapa) - 1989
Residência do Vice-Governador do Território do Iguazu	(Laranj. do Sul)-1989
Casa Sede da antiga Fazenda Cancela	(Palmeira) - 1989
Arquivo Municipal de Antonina	(Antonina) - 1990
Reservatório Do Alto São Francisco	(Curitiba) - 1990
Sede do Centro Acadêmico Hugo Simas	(Curitiba) - 1990
Casa Sede da Fazenda Florestal	(Fernandes Pinheiro) - 1990
Residência em Alvenaria - Porto de Cima	(Morretes) - 1990
Arquibancada do Estádio do Ypiranga Football Club	(Palmeira) - 1990

Estação Ferroviária de Paranaguá	(Paranaguá) - 1990
Setor Histórico de Paranaguá	(Paranaguá) - 1990
Antigo Edifício Fórum da Comarca de Ponta Grossa	(Ponta Grossa) - 1990
Colégio Estadual Regente Feijó	(Ponta Grossa) - 1990
Edifício Situado à Praça Marechal Floriano	(Ponta Grossa) - 1990
Estações de Passag. da Estr. de Ferro de P. Grossa	(Ponta Grossa) - 1990
Vila Hilda	(Ponta Grossa) - 1990
Casa Kirchgassner	(Curitiba) - 1991
Casarão dos Parolin	(Curitiba) - 1991
Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos	(Ipiranga) - 1991
Capela Nossa Senhora das Pedras ou Das Neves	(Palmeira) - 1991
Instituto Educacional Dr. Caetano Munhoz da Rocha	(Paranaguá) - 1991
Jazigo da Família Correia	(Paranaguá) - 1991
Imóvel denominado 'Burro Brabo'	(Curitiba) - 1992
Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva	(Jaguariava) - 1992
Antiga Prefeitura de Almirante Tamandaré	(Almirante Tamandaré) - 1994
Colégio Estadual do Paraná	(Curitiba) - 1994
Igreja da Imaculada Conceição de Nossa Senhora	(Antonio Olinto) - 1999
Edifício D.Pedro I e D. Pedro II da UFPR.	(Curitiba) - 1999
Cine Teatro Ouro Verde	(Londrina) - 1999
Antiga Alfândega de Paranaguá	(Paranaguá) - 1999
Casa Elfrida Lobo	(Paranaguá) - 1999
Antiga Sede da Prefeitura Municipal de São João do Triunfo	(Triunfo) - 1999
Estação Ferroviária de Castro	(Castro) - 2000
Estação Ferroviária de Jacarezinho	(Jacarezinho) - 2000
Estação Ferroviária Marques dos Reis	(Jacarezinho) - 2000
Estação Ferroviária de Jaguariaíva	(Jaguariava) - 2000
Estação Ferroviária de Joaquim Távora	(Joaquim Távora) - 2000
Capela Santa Bárbara Do Pitangui	(Ponta Grossa) - 2000
Ponte Metálica Rio Negro-Mafra	(Rio Negro) - 2000
Estação Ferroviária Platina	(Santo Antonio da Platina) - 2000
Estação União	(União da Vitória) - 2000
Estação Ferroviária de Ibiporã	(Ibiporã) - 2001

Grupo Escolar Izabel Branco	(Jaguariava) - 2001
Estação Ferroviária da Lapa	(Lapa) - 2001
Ponte Pênsil Alves Lima	(Ribeirão Claro) – 2001
Igreja Imaculada Conceição	(Teixeira Soares) – 2001
Edifício da Biblioteca Pública do Paraná	(Curitiba) - 2001
Edifício do Minist. Público Sub-Sede da Av. Marechal Floriano	(Curitiba) - 2003
Residência João Luís Bettega	(Curitiba) - 2003
Palacete Leão júnior	(Curitiba) – 2003
Teatro Guaíra	(Curitiba) - 2003
Originais da Obra Memória Histórica da Cidade	(Paranaguá) - 2003
Imóvel Situado à Avenida Brasil 487	(Santo Antônio do Sudoeste) - 2003
Cine Luz	(União da Vitória) - 2003
Conjunto Urbano da Rua Comendador Araujo	(Curitiba) – 2004
Instituto de Educação do Paraná	(Curitiba) - 2004
Imóvel em Madeira e Alvenaria Situado à Rua Max Wolff	(Palmeira) - 2004
Prédio da Antiga Coletoria	(Palmeira) - 2004
Solar Mandaçaia	(Palmeira) – 2004
Antigo Hospital 26 de Outubro	(Ponta Grossa) - 2004
Joquei Clube do Paraná	(Curitiba) - 2005
Edifício do Hotel Bandeirantes Maringá	(Maringá) - 2005

Tabela 3:

Fonte: Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/livro.php?livro=3>. Acesso em: dez. 2007.

Tombo III: Livro do Tombo das Belas Artes	
Casa Colonial de Piraquara	(Piraquara) – 1973
Casa situada na Av. Batel 1323 - Palácio do Batel	(Curitiba) – 1975
Casa do Cavalo Baio	(Araucária) - 1978
Casa onde Morou Cristiano Osternack - Casa Das Mercês	(Curitiba) – 1979
Igreja De São Josafat	(Prudentópolis) - 1979
Residência E Bosque Na Av. Batel - Casa Gomm	(Curitiba) – 1989
Painel em Azulejos - Arthur Nísio - Matern. N ^a S ^a de Fátima	(Curitiba) – 1990
Pinturas Murais Eugênio de Proença Sigaud	(Jacarezinho) – 1990

Ao analisarem-se os tombamentos realizados no Estado do Paraná, conforme as tabelas de número 1, 2 e 3, observa-se que 32% dos registros envolvem os bens tombados na cidade de Curitiba. Tal constatação deixa claro o destaque da capital paranaense como centro de influência política e econômica para todo o restante do Estado.

Os tombamentos realizados na década de 1960 ressaltam a importância dada ao litoral paranaense como detentor de valor referencial, devido à história de ocupação da região pelo conquistador lusitano. Dos tombamentos realizados nesse período, aproximadamente 50% foram feitos na região litorânea do Estado. Percebe-se também o predomínio da religião católica pela quantidade de bens religiosos tombados, o que lembra o caráter catequizador do europeu ao conquistar os povos nativos, fazendo desse modo prevalecer a religião do mais forte como imposição ao dominado.

Notável também é observar que, em sua maioria, os tombamentos alocados no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico são do período que encerra as décadas de 1970 e 1980, quando o Estado passa a preocupar-se com a salvaguarda dos chamados bens naturais, efetivando-se assim o tombamento de espécies arbóreas bem como de paisagens e áreas da orla marítima, numa tentativa de preservar o patrimônio ambiental da região.

Das décadas de 1990 em diante tem-se o tombamento de uma multiplicidade de bens culturais, constituindo-se em esforço para consolidar uma política governamental cujo objetivo era unificar as diferenças presentes entre a cultura luso-brasileira e outras etnias que representam a diversidade cultural do Estado Paranaense.

Na esfera estadual, o único edifício tombado pelo Patrimônio Histórico Cultural pertencente à cidade de Maringá é o edifício do Hotel Bandeirantes, tombado em 2005, estando o mesmo devidamente registrado no Livro de Tombo Histórico do Estado (observe o último item da tabela nº 2). Esse fato se explica pela razão de que até naquele momento não havia mecanismos eficientes que provocassem o tombamento de bens históricos e culturais de relevância para a cidade de Maringá, em nível estadual ou mesmo municipal. O processo de tombamento do edifício sede da CMNP, além de ser importante por sua relevância histórica para a cidade, veio também a constituir o marco

inicial dessa nova etapa de conscientização no tocante a preservar o patrimônio cultural no município.

Na seqüência é analisado o processo de tombamento do citado edifício, o qual denota sua importância histórica, bem como as conseqüências desse primeiro marco que viria a consolidar a política de preservação do patrimônio cultural para todo o município.

2.1 O processo de tombamento do edifício sede da CMNP: Seu valor histórico para a cidade de Maringá

O significativo valor histórico do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), em Maringá – PR evidencia-se no seguinte relatório realizado pela Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico de Maringá, responsável pelo parecer que acabou por concretizar o processo de tombamento de parte do edifício:

A preservação somente desse bloco tem como justificativa o fato deste ter sido o centro vivo de toda a atividade da CMNP na região. Este era o local ao qual as pessoas se dirigiam quando vinham comprar seus lotes de terra e onde tiveram contato com o planejamento inicial da cidade. Este edifício certamente representa a história do início da ocupação da cidade e registrará em nossas memórias, tanto por sua simplicidade como por suas dimensões, a forma de pensar e construir característicos de Maringá no final dos anos 40.⁹⁸

O parecer da Comissão traz, implícita, a necessidade de preservar a memória desta sociedade, e neste sentido, o edifício da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná pode ser considerado parte integrante da materialização dessa memória⁹⁹ e da história da formação da cidade. As atividades relativas à ocupação da região, os projetos de construção, e o processo de loteamento e venda das terras foram realizadas nos balcões desse edifício.

⁹⁸ Relatório da COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MARINGÁ. *O conjunto de edifícios da CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá – PR: estudos e diretrizes de preservação.* Maringá-PR: 2004.

⁹⁹ PELEGRINI, Sandra. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. IN: *Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 1, 2007 (CEDAP-Unesp).

Na foto que segue (foto 12) estampada na contracapa da revista *A Pioneira* percebe-se a preocupação em apontar a movimentação que estava ocorrendo nos balcões do escritório da CMNP, evidenciando-se assim o grande interesse das pessoas em adquirir um lote de terras na região. A foto, ainda em preto e branco, datada de 1951, destaca os vendedores da empresa negociando com os novos proprietários os lotes a serem adquiridos, cena rotineira nos balcões da empresa naquela época, pois a propaganda realizada atraía todos os tipos de investidores, quer agricultores quer comerciantes, interessados em investir seu capital e mão-de-obra nas novas terras e no mercado que se abria com grande perspectiva de crescimento.



Foto 12: Vista dos escritórios da CMNP. Sala de venda dos lotes.
Fonte: Revista *A Pioneira*, nº 9 Contra-capa. Data: outubro de 1951.

Nota-se, a partir do ângulo escolhido pelo fotógrafo, a valorização das figuras humanas dispostas em torno do balcão do escritório. A linha em diagonal, que praticamente divide a imagem em duas partes, tende a criar a “ilusão” de intensa movimentação no escritório da empresa.

O efetivo tombamento do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ocorreu no dia 22 de novembro de 2004, sendo ele inscrito no Livro Tombo das Obras Históricas de Maringá, da Gerência de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura.

A princípio, quando teve início a polêmica sobre o tombamento ou não do referido edifício, tinha-se a possibilidade de tomar toda a área onde foi construída a sede da Companhia, no centro da cidade de Maringá, uma construção com a área total de 6.205 metros quadrados, erguida sobre as

datas de números 2 a 13 da quadra de n.º03, situada na Zona 1, esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho¹⁰⁰. Era um conjunto de edifícios de alvenaria, edificado no final da década de 1940 em substituição ao antigo edifício, erigido anos antes, na esquina da Avenida Brasil com a Praça Raposo Tavares.

Abaixo têm-se duas fotografias (fotos 13-A e 13-B) da primeira sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, construída de madeira, no Maringá Novo. Essa sede funcionou por poucos anos no local, pois logo após sua ocupação a Cia. Melhoramentos deu início à construção de sede definitiva, de alvenaria, no local já descrito. Nas fotos abaixo observa-se a movimentação de pessoas que iam negociar os lotes postos à venda nessa primeira sede da Companhia, edificação que veio a ser demolida após a construção da sede definitiva.



Foto 13-A



Foto 13-B

Fotos 13-A e 13-B: Primeira edificação dos escritórios da CMNP em Maringá.
Fonte; Arquivo fotográfico do Museu da Bacia do Paraná- UEM. Data 1948.

¹⁰⁰ Conforme Livro 2- Matrícula e Registro Geral , de 05.11.79. Folhas n.01, Matrícula nº 11.819. do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Maringá.

A fotografia aérea (foto 14) constante do laudo anexado ao Processo de Tombamento do Edifício mostra parcialmente a área onde foi construído, em alvenaria, o edifício sede da CMNP, local de venda das terras. A referida foto exibida abaixo foi tirada antes do tombamento, com construções ainda não demolidas, nela se vê o bloco administrativo, formato em E, o pátio de estacionamento e parte do bloco de garagens utilizado pela empresa.



Foto 14: Fotografia aérea do conjunto de edifícios CMNP.

Fonte: Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003.

O Relatório da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico de Maringá, que examinou a possibilidade de tombamento do edifício, assim descreve a propriedade:

O terreno da sede da empresa ocupa quase um quarteirão. O programa da CMNP é vasto e inclui, desde a área administrativa, até as instalações destinadas à manutenção do empreendimento. Esses usos são organizados em cinco edifícios, sendo que somente um comunica-se com a via pública: o bloco administrativo, que se localiza na Avenida Duque de Caxias esquina Rua Joubert de Carvalho. Os outros edifícios articulam-

se através de um pátio interno que concentra as atividades voltadas à manutenção da empresa.¹⁰¹

A planta da área construída, conforme segue (figura 15), mostra a disposição das construções na propriedade. Trata-se de uma área de tamanho considerável, destinada a múltiplos usos, que a Companhia utilizava para realizar suas atividades de planejamento e venda das terras em toda a região.

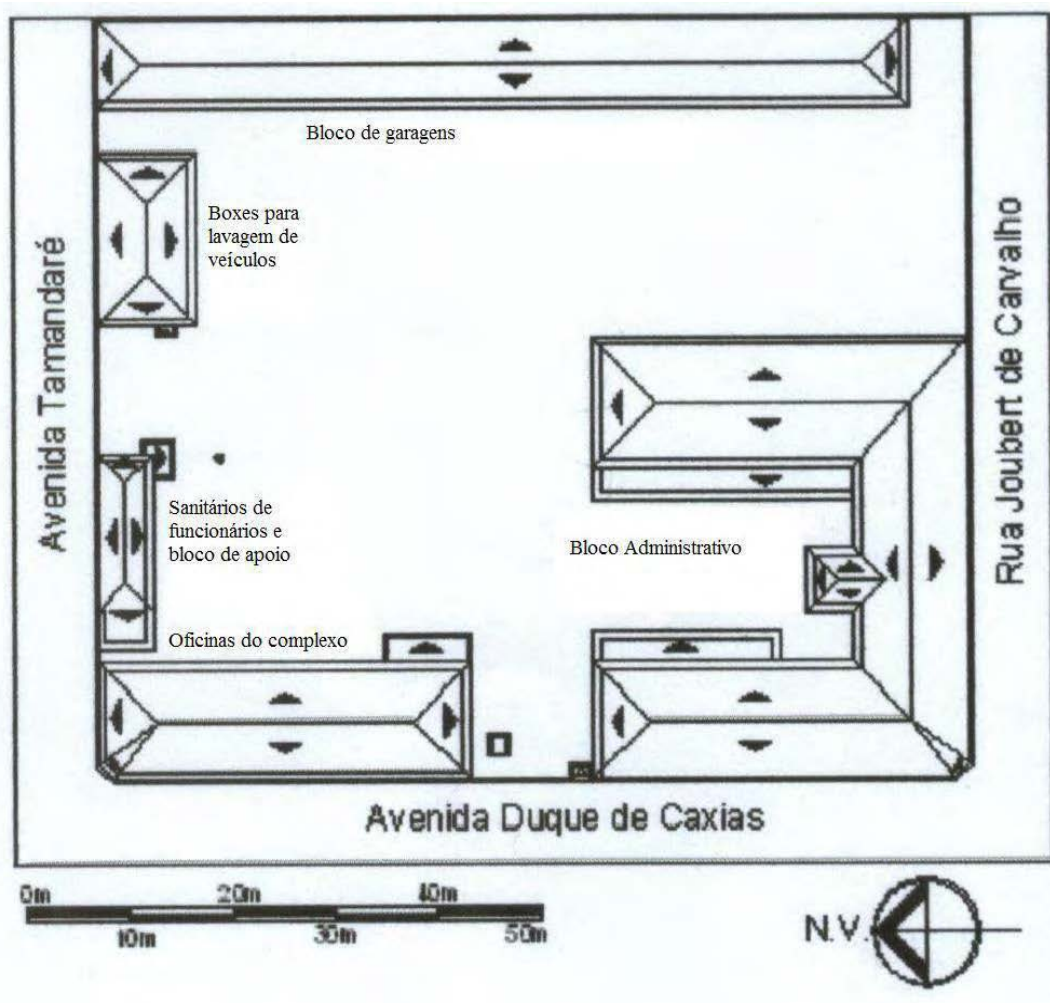


Figura 15: Planta do Conjunto de Edifícios da CMNP.

Fonte: Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira. U.E.M. Outubro /2003.

A Comissão fez uma descrição mais pormenorizada das várias construções existentes no terreno, como segue:

¹⁰¹ Relatório da COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MARINGÁ. O conjunto de edifícios da CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá – PR: estudos e diretrizes de preservação. Maringá-PR: 2004, p. 7.

A obra em estudo é formada por um conjunto de edifícios, articulados em torno de um pátio central. As construções localizam-se nas divisas do terreno. Na lateral leste, um bloco de garagens ocupa quase a totalidade do lote, que faz divisa com as construções vizinhas. O edifício é de alvenaria de tijolos, com estrutura da cobertura em madeira aparente e cobertura em telha cerâmica francesa. Uma parte do bloco possui fechamento dos vãos em madeira. A fachada norte, voltada para a Avenida Tamandaré, possui dois blocos voltados para o pátio interno. Um deles destina-se a lavagem de veículos (boxes) e o outro a sanitários de funcionários e apoio. Entre eles localiza-se o reservatório superior e próximo ao bloco de apoio está a bomba de gasolina. Os edifícios são construídos em alvenaria de tijolos, com cobertura em telha francesa e madeiramento do telhado aparente.¹⁰²

Continuando, a Comissão também destaca detalhes arquitetônicos relativos aos blocos da Administração e das oficinas:

Os blocos da Avenida Duque de Caxias são destinados à Administração e a Oficinas do complexo. Ambos possuem paredes em alvenaria de tijolos, cobertura em telha francesa, platibandas externas, esquadrias metálicas e piso em ladrilho. No bloco das oficinas o madeiramento do telhado é aparente, as paredes divisórias internas são em alvenaria e os acessos são pelo pátio interno (portas e portões). O revestimento externo é em reboco pintado, com uma base horizontal imitando revestimento em pedra irregular. A rusticação é o tratamento empregado na alvenaria externa. No edifício administrativo as divisórias internas são em madeira e o acesso ao exterior é feito em dois locais: pela esquina da Avenida Duque com a Rua Joubert de Carvalho – acesso à área de vendas, e na Rua Joubert de Carvalho (no meio da quadra) o acesso ao setor de contabilidade. As esquadrias localizam-se na fachada e na área interna, criando uma articulação do bloco com o pátio interno, já que as aberturas externas são altas.¹⁰³

O impulso inicial que levantou a discussão sobre a preservação do edifício sede da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná foi dado através de veiculação pela imprensa de informação segundo a qual o edifício seria demolido para a construção de um *shopping center* em seu lugar.

¹⁰² Relatório da COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MARINGÁ, op. cit., p. 7.

¹⁰³ Relatório da COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MARINGÁ, op. cit., p. 7.

A área havia sido recentemente adquirida pela empresa Santa Alice Loteadora, com sede em Arapongas. É de se observar que, por sua localização, a propriedade tinha grande valor do ponto de vista dos incorporadores de imóveis. A área está situada no coração do chamado Eixo Monumental, em um espaço estratégico, (re)valorizado pelo fato de ter sido incorporado à área constitutiva do chamado Novo Centro. Acrescenta-se a isso o fato de que a Avenida Joubert de Carvalho havia passado por um processo de deterioração, sendo tal propriedade vista como uma excelente oportunidade de negócios e empreendimentos.

O prédio, até então, estava abandonado. Sua área externa servia como estacionamento e os interiores das salas estavam sendo utilizados como depósitos, conforme atestou a reportagem do jornal *O Diário do Norte do Paraná*. A notícia de que os novos proprietários tencionavam demolir o prédio foi divulgada no dia 28 de setembro de 2003.¹⁰⁴

A reportagem publicada pelo jornal chamou a atenção das autoridades e da comunidade, que passou a debater o futuro do prédio. Nesse período, a Secretaria Municipal de Cultura se viu impelida a promover uma reunião para discutir o assunto. O encontro realizou-se no dia 14 de outubro de 2003, no auditório Joubert de Carvalho, da Biblioteca Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Netto. O debate foi coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura, na pessoa do então Secretário da Cultura Eduardo Montagnari.

A imprensa divulgou também que estavam presentes nessa reunião representantes da Secretaria de Cultura, da Universidade Estadual de Maringá, do Conselho Municipal de Cultura, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Turismo, do Ministério Público, artistas, arquitetos, engenheiros e pioneiros.¹⁰⁵

Conforme revelou Aline M. Silveira¹⁰⁶, professora do Departamento de Arquitetura da UEM, presente na referida reunião, a assembléia contava com muitos participantes. Entre estes estavam professores da Universidade Estadual de Maringá (UEM) dedicados aos estudos da história, da agricultura e

¹⁰⁴ O Diário do Norte do Paraná, Maringá, 28 de setembro de 2003, p. C-4.

¹⁰⁵ O Diário On-line. Notícia veiculada em 15/10/2003. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br/noticia>>. Acesso em: nov. 2006.

¹⁰⁶ Entrevista com a Professora Aline Montagna da Silveira, do Departamento de Arquitetura da UEM, realizada no dia 22/11/2006, no Campus da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

dos bens culturais, funcionários da prefeitura, bem como o representante do Ministério Público, Dr. Manoel Ilcir Heckert. Essa foi a primeira reunião a tratar da questão de patrimônio num âmbito mais abrangente na cidade de Maringá.

As propostas e discussões foram registradas em Ata. É útil salientar que a arquiteta Karin Meneguethi, professora do Departamento de Engenharia da UEM, “aventou a possibilidade de preservação de um portal da Cia. Melhoramentos ou da criação de um Memorial, no qual se promoveria a visualização da história da cidade de Maringá”¹⁰⁷. Para tanto, argumentou que “o patrimônio histórico é constituído por tudo que vincula o ser humano ao seu passado”¹⁰⁸. Cabe lembrar que, efetivamente, os bens culturais - no plano coletivo ou individual, no público ou no privado - não devem ser pensados apenas como objetos do passado histórica e oficialmente reconhecidos.¹⁰⁹ Na mesma linha de argumentação, a professora Sandra Pelegrini, do Departamento de História da UEM:

...afirmou a necessidade de se reconhecer o valor histórico-cultural do prédio e de se pensar na possibilidade de incentivar o turismo cultural na cidade de Maringá, ainda restrito à mostra da Catedral, da Mesquita e outros edifícios da região.¹¹⁰

A historiadora também destacou que Maringá, “concebida como uma cidade moderna” e supostamente reconhecida como cidade ecologicamente correta, repleta de áreas verdes e flores (aspecto que implicava a valorização do paisagismo citadino), deveria investir na proteção de seu patrimônio histórico-cultural, por este estar diretamente articulado ao respeito às identidades daqueles que nela se instalaram. Desse modo se garantiria a preservação de uma dada memória para as gerações futuras.

Na mesma reunião, o professor Lúcio Tadeu Mota, docente do departamento de História da UEM, salientou “a importância da Cia. Melhoramentos na organização e loteamento da cidade de Maringá e região”¹¹¹ e propôs a criação do “Museu da Cultura Material dos Pioneiros”, que se

¹⁰⁷ Ata da Reunião organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, realizada no dia 14 de Outubro de 2003, na Sala Joubert de Carvalho, Auditório da Biblioteca Pública Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Esses apontamentos podem ser apreendidos nas pesquisas de vários pesquisadores que estudam o tema, tais como: Gilmar Arruda (2005), R. Abreu (2003), Reginaldo Gonçalves (1996), Funari e Pelegrini (2006), entre outros.

¹¹⁰ Ata da Reunião organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, op. cit.

¹¹¹ Ibid.

instalaria no prédio em questão. Argumentou que o patrimônio vinha “sendo defendido na América Latina como o resultado da dialética entre o homem e o meio onde habita, entre a comunidade e seu território”. Ressaltou que “os bens culturais de uma sociedade não são constituídos apenas pelos artefatos do passado”, oficialmente reconhecidos, “mas por todos os referenciais relativos à identidade desse passado”, e reiterou a idéia de que a cidade se constitui de um “espaço que retém” processos de “acumulação de valores históricos e de práticas vividas por seus moradores”. O professor frisou que, para não se perder a identidade dos moradores, era necessário assegurar “as marcas das experiências vividas”¹¹².

Assim, as argumentações dos referidos professores destacavam que se tornava imperioso preservar os vestígios das trajetórias de sujeitos e atores sociais, cujas práticas remetiam aos mais diversos campos. Esse propósito, conforme Mota, não raras vezes, aparecia nos discursos das autoridades em oposição ao ideal de progresso e modernidade que as cidades almejam na contemporaneidade e implicavam na aniquilação das marcas do passado, tomadas como algo arcaico e sem valor.

Como resultado dessa primeira reunião, foi constituída, mediante proposta do Promotor de Justiça Dr. Manoel Ilcir Heckert, uma comissão para a confecção de um laudo técnico do prédio (com fotos), com histórico e justificativas (realizado por historiadores, arquitetos e urbanistas), a fim de instrumentalizar o poder público a declarar que o prédio da Companhia Melhoramentos representava um bem cultural de grande valor para a comunidade, viabilizando dessa forma o seu tombamento. A comissão foi constituída das seguintes pessoas: Ana Estela Codato Silva, do Conselho Municipal de Cultura, escolhida como presidente; Aristides Tamborianski, do Conselho Municipal de Turismo; Maria Silvia Geromini, do Núcleo Regional de Educação; Antenor Sanches, da Associação dos Pioneiros; João Laércio Lopes Leal, da Prefeitura do Município de Maringá; Aline M. Silveira e Karin Meneguethi, do Departamento de Engenharia Civil da UEM; Sandra Pelegrini, Silvia Zanirato, Hudson Siqueira Amaro e Isabel Cristina Rodrigues, do Departamento de História da UEM. Por sugestão do promotor, na mesma

¹¹² Ata da Reunião organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, op. cit.

reunião foi também decidido organizar um abaixo-assinado a ser encaminhado às autoridades constituídas, especialmente ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores, bem como ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, solicitando que fosse promovido o estudo e, posteriormente, oficializado o tombamento do prédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Aline M. Silveira revelou que imediatamente após o término da reunião foi encaminhado ao prefeito um pedido para que não se liberasse o alvará de demolição do edifício:

... o representante do ministério público se pronunciou naquela reunião. Nós conversamos ainda durante a reunião e ele nos orientou que enviássemos dois documentos para o prefeito. Um deles era que pedíssemos que a prefeitura não liberasse o alvará de demolição enquanto isso estivesse em discussão, que não saísse o alvará de demolição, [...] documentos que nós fizemos à mão mesmo e que percorreram as pessoas que estavam na reunião, que assinaram esses documentos; e no que terminou a reunião acabamos indo a prefeitura e entregando isso em mãos para o prefeito.¹¹³

No dia 15 de outubro de 2003 foi encaminhado um abaixo-assinado com 350 assinaturas provenientes de estudantes, professores e demais pessoas da comunidade, destinado ao prefeito e autoridades constituídas, com a seguinte solicitação:

Os professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, preocupados com a eminência da destruição de importante marco cultural da cidade, manifestam-se pela preservação do edifício-sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, [...], tendo em vista que o referido prédio faz parte do patrimônio histórico e cultural da cidade. Neste sentido, encaminhamos ao Ministério Público, bem como a todas as autoridades constituídas, especialmente ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores, que promovam o estudo e o tombamento do referido imóvel.¹¹⁴

¹¹³ Entrevista com a professora Aline Montagna da Silveira, do Departamento de Arquitetura da UEM, realizada no dia 22/11/2006, no *Campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

¹¹⁴ Abaixo-assinado protocolado pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, de Reparação de Dano Resultante Crime, de Defesa dos Direitos dos Idosos, Deficientes e das Fundações. Datado do dia 15 de Outubro de 2003.

Essa mobilização da comunidade em geral, da Universidade e da mídia, em prol da preservação do patrimônio histórico e cultural, desencadeou uma seqüência de acontecimentos que culminariam com o tombamento do edifício. Em outubro de 2003, os alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo da UEM, coordenados pela arquiteta Aline M. Silveira, realizaram um detalhado levantamento fotográfico de toda a área onde estava erguido o edifício sede da Cia. Melhoramentos, com fotos aéreas, áreas externa e internas do edifício, registrando com a máquina fotográfica todos os detalhes arquitetônicos da edificação. Esse levantamento fotográfico foi também anexado ao processo, juntamente com os demais documentos relacionados ao assunto.

No dia 06 de novembro de 2003 o Ministério Público, na pessoa do Promotor de Justiça Dr. Manoel Ilcir Heckert, encaminhou ao então prefeito da cidade de Maringá senhor João Ivo Calefi, bem como às Secretarias da Prefeitura, o ofício de n.º 631/2003-j, em que constava uma recomendação administrativa em relação ao prédio que fora sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O teor do ofício consistia de considerações sobre a importância do valor histórico do referido edifício para a cidade de Maringá. Fazia também referência aos planos dos proprietários de demolir o edifício para implantar outra construção no local e à mobilização da comunidade em oposição a tais intenções.

O documento fazia as seguintes recomendações ao prefeito e às secretarias municipais:

1- Que se abstenham de expelir autorizações de demolição do prédio de propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, localizado na avenida Duque de Caxias, entre as avenidas Joubert Carvalho e Tamandaré, Centro, consistente nas datas de terras números 2 a 13, da quadra n.º 03, matriculado sob n.º 11.819 no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Maringá, sem que haja estudo prévio junto à comunidade, através do Conselho Municipal e do Conselho Municipal de Cultura. 2- Que sejam elaborados, com a brevidade possível, estudos administrativos no sentido de ser viabilizado o tombamento do prédio acima descrito, em face de constituir parcela significativa do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município de Maringá e da região.¹¹⁵

¹¹⁵ Ofício de n.º 631/2003-j. Promotoria de Justiça de Proteção do Meio Ambiente, de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas Portadoras de Deficiência, de Reparação de Dano Resultante de Crime e das Fundações e do Patrimônio público da comarca de Maringá.

A comissão formada na primeira reunião foi posteriormente substituída por uma comissão oficial, devidamente instituída pelo Chefe do Executivo Municipal, sob a presidência do Secretário de Cultura e Turismo, conforme regulamentação municipal, lei nº 2.297/87, artigos. 1º e 2º. A ela cabia formular um laudo técnico que justificasse o tombamento do edifício. A mesma reuniu-se várias vezes durante os anos de 2003 e 2004, ora no auditório da Biblioteca Pública Municipal, ora na Associação dos Arquitetos e Engenheiros, e também no Auditório do Sinteemar¹¹⁶, a fim de discutir assuntos referentes a questões jurídicas pertinentes ao processo de tombamento. Como resultado, essa nova comissão produziu um relatório de estudos estabelecendo as diretrizes básicas que nortearam as regras do tombamento do edifício, e tratou também da questão da preservação de outras edificações de relevante valor histórico para a cidade, lançando as bases para o documento que viria requerer o tombamento do Hotel Bandeirantes, localizado na avenida Tiradentes, nas imediações da Catedral Nossa Senhora da Glória.

Segundo Reginaldo Benedito Dias, professor do Departamento de História da UEM, que quando se iniciou o debate sobre o tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) era Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal, a intensa mobilização popular reivindicando medidas de preservação daquele edifício demonstrou que o governo municipal estava defasado em termos de formulação de uma política de preservação do patrimônio histórico. Mesmo assim, segundo ele, a administração da Prefeitura encarou com naturalidade as solicitações da população quanto ao tombamento do prédio, procurando conduzir de forma pacífica todos os desdobramentos do processo. Ainda segundo ele,

O PT, partido que comandava a prefeitura, tem identidade com a participação da população no processo de tomada de decisões da administração pública. Esse era um eixo de condução do governo, representado, por exemplo, em programas como o Orçamento Participativo e pelo fortalecimento e criação de

¹¹⁶ Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá.

conselhos gestores em várias áreas (saúde, educação, assistência social, cultura, meio ambiente etc).¹¹⁷

Conforme relatou o entrevistado, a administração municipal procurou “estimular um diálogo público em torno do assunto, ou seja, uma solução de equilíbrio, que conjugasse o objetivo de preservar o patrimônio histórico com os demais interesses já colocados”¹¹⁸. Sob essa ótica, nota-se que as autoridades municipais petistas buscavam uma solução harmônica entre as partes envolvidas, evitando exercer qualquer tipo de pressão sobre a comissão instituída para estudar o caso.

Não obstante, todo o processo de tombamento foi mais tenso do que referem as falas dos entrevistados. Ele “dividiu as opiniões” e gerou “inúmeras celeumas”, como salienta Sandra C. A. Pelegrini em sua pesquisa de pós-doutoramento, concluída em outubro de 2007¹¹⁹:

Parte das elites ou os segmentos vinculados às atividades imobiliárias e ao setor de turismo demonstravam certo descontentamento e esboçavam nos jornais locais o entendimento de que preservar um “edifício velho” na área da cidade denominada “Novo Centro” representava um “absurdo” ou “atraso” e “comprometia a imagem moderna e progressista da cidade.”¹²⁰

A divergência de opiniões, segundo Pelegrini, também emergiu nos debates efetuados nas emissoras de rádio e televisão locais, principalmente a partir de outubro de 2003 - quando a questão adquiriu maior repercussão na imprensa:

Os embates entre aqueles que defendiam a salvaguarda do Edifício da CMNP e aqueles que desejavam o “tombamento” literal do referido prédio (ou seja, sua demolição) não deixa dúvidas sobre o quanto o tema causou alarido e a manifestação

¹¹⁷ Entrevista realizada com o Professor Reginaldo Benedito Dias, professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), mediante envio de questionário por e-mail, o qual foi respondido também por meio digital, em Abril de 2008.

¹¹⁸ Entrevista realizada com o Professor Reginaldo Benedito Dias, conforme já citado acima.

¹¹⁹ O Relatório da pesquisa pertinente às atividades do pós-doutorado de Pelegrini, realizado na UNICAMP (sob a tutela do Prof. Pedro Paulo A. Funari) ainda não foi publicado, mas intitula-se *Arqueologia de uma cidade: O Patrimônio cultural de Maringá, memória e fruição(1947-1999)*, 148 páginas.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 110-111.

de posturas dissonantes na cidade. À essa época, as declarações de Eduardo Montagnari, então responsável pela Secretaria da Cultura do Município para o telejornal Paraná-TV”, após a reunião realizada no auditório Joubert de Carvalho, da Biblioteca Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Netto (14/10/2003) geraram intensa polêmica.¹²¹

Tal controvérsia ocorreu porque ele afirmou:

não entender muito bem da questão do Patrimônio Histórico, e ainda, citou versos da música “Sampa.” (de Caetano Veloso), escrita em homenagem a cidade de São Paulo (Brasil) na qual o compositor assinalou em versos: /Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas/da força da grana que ergue e destrói coisas belas/da feia fumaça que sobe apagando as estrelas/eu vejo surgir teus poetas de campos e espaços/tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva.¹²²

Para Pelegrini, talvez, essa manifestação do então secretário municipal da Cultura tenha evidenciado que o assunto debatido era algo novo para ele e para a maior parte dos habitantes da cidade. Mas, por outro lado, parece evidenciar que o secretário supracitado reconhecia que a dinâmica da economia capitalista tende a produzir a especulação imobiliária e, em nome do progresso, acaba corroborando para a alteração da paisagem urbana.

Sob a ótica de Pelegrini, “as entrevistas e debates realizados nas emissoras de rádio de Maringá também evidenciam que não havia unanimidade em relação a defesa da salvaguarda do edifício-sede da Cia. Melhoramentos”. Sobre isso, a historiadora comenta que num dos programas realizados pela Radio CBN-Maringá

[...] professores do departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, historiadores, representantes dos chamados “Pioneiros” da cidade e vereadores da Câmara Municipal demonstraram pontos de vistas totalmente díspares. Enquanto os primeiros defendiam o valor arquitetônico e o significado histórico do edifício para a preservação das memórias do processo de re(ocupação) do Norte Novo do Paraná e para a fundação de Maringá, os segundos alegavam que os cofres

¹²¹ Esse telejornal é, normalmente, transmitido no horário do almoço e ao entardecer, pela Rede Globo e RTC – TV Cultura de Maringá.

¹²² PELEGRINI, Sandra C. A. *Arqueologia de uma cidade: O Patrimônio cultural de Maringá, memória e fruição (1947-1999)*.

públicos não tinham condições de arcar com os custos da restauração e tombamento de tal prédio (local considerado ponto de prostituição, indigno da imagem positiva da cidade)¹²³.

Em síntese, o que se quer demonstrar, como bem o lembra Pelegrini, é que:

[...] além do confronto dos interesses da empresa Santa Alice Loteadora S/C LTDA, proprietária do prédio e toda a área do seu entorno, as circunstâncias que envolveram o processo de tombamento da antiga sede da CMNP foi tumultuado e as ações da Comissão foram repletas de percalços.¹²⁴

Diante de tamanha conturbação e com o objetivo de salvaguardar a integridade do edifício em processo de tombamento, de modo que nada fosse modificado ou mesmo demolido enquanto não se concluíssem os estudos, em 17 de setembro de 2004 foi expedida Ação Civil Pública contra a Santa Alice Loteadora S/C LTDA, proprietária do imóvel, determinando que a empresa se abstinhasse de executar qualquer alteração, reforma ou demolição, ainda que parcial, no referido imóvel, sob pena de ter que pagar multa ao Fundo Estadual de Reparação com valor afixado em cinco milhões de reais¹²⁵.

Embora o edifício sede da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná estivesse em processo de tombamento pelo Patrimônio Histórico, bem como sob Ação Judicial com o mesmo objetivo desde outubro de 2003, a morosidade burocrática e a lentidão do processo de tombamento permitiram que as instalações do prédio ficassem sujeitas a tornar-se moradia de mendigos e a sofrer vandalismo indiscriminado, com risco de depredação e roubo nas instalações. Foi o que ocorreu no dia 16 de outubro de 2004, quando ladrões pularam o portão do imóvel, arrombaram duas portas - a da entrada do salão do escritório e a da saída - e destelharam grande área da construção para clarear o ambiente, o que lhes possibilitou furtar toda a fiação do local. Tal invasão e roubo foram registrados em boletim de ocorrência policial¹²⁶.

¹²³ PELEGRINI, Sandra C. A., op. cit., p. 112-113.

¹²⁴ Idid., p. 113.

¹²⁵ Auto n° 617/04 da 3ª Vara Cível da Comarca de Maringá – PR.

¹²⁶ Boletim de Ocorrência n° 00900/2004013355. Do 09. SDP/ Delegacia de Maringá.

A fotografia seguinte (foto 16) registra o total abandono em que ficou o edifício no período entre a abertura do processo e o efetivo tombamento do imóvel. Nota-se que seu interior estava totalmente destruído. A luz perpassava o vidro da porta de ferro de entrada, devido ao destelhamento ocorrido na construção. O mobiliário do edifício, o balcão utilizado para a venda dos lotes e demais objetos e documentos foram removidos do local, sendo alvo de furto ou mero vandalismo.

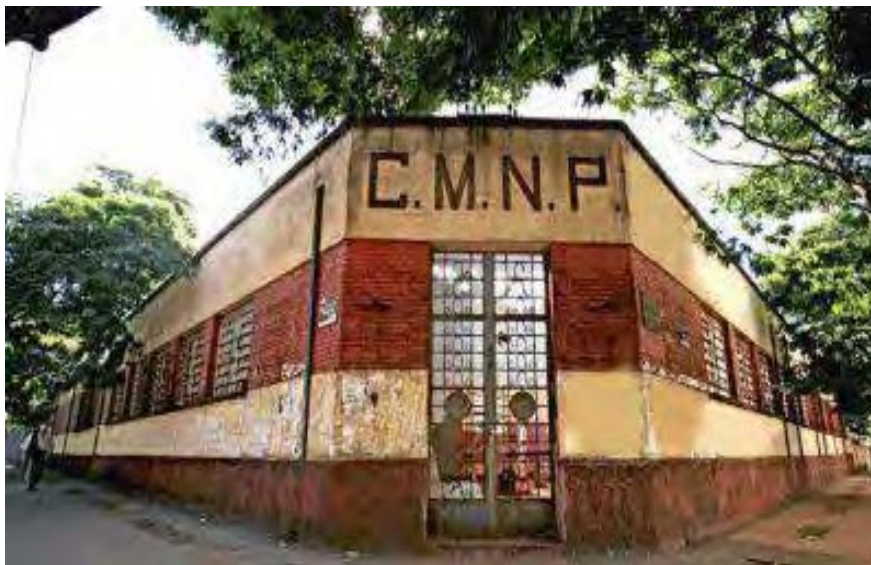


Foto 16: Edifício Sede da CMNP, após ser alvo de roubo e vandalismo.
Fonte: O Diário Norte do Paraná. Dispon. em site: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em ago. 2007.

Após o incidente de roubo da fiação, a Promotoria de Justiça, em resposta a solicitação da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá feita depois de visitar o local e as dependências do prédio juntamente com os proprietários do imóvel, concedeu a estes autorização para tomar as providências que se faziam necessárias, como recolocação de telhas nos vários espaços que haviam sido abertos na cobertura do prédio, e de lacre das portas externas do edifício para evitar o acesso de pessoas não autorizadas. Essas medidas, inclusive a limpeza do pátio, deveriam ser tomadas sem comprometer a estrutura existente, sendo autorizada a retirada de árvores, desde que não fossem espécies nativas, além da limpeza das dependências do prédio¹²⁷.

¹²⁷ Ofício n° 601/2004 – PROGE enviado ao Senhor Promotor de Justiça solicitando providencias urgentes no sentido de manutenção do Edifício..

A Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do município, que concluiu o laudo técnico sobre a importância histórica e arquitetônica do edifício para a cidade de Maringá foi formada pelos arquitetos André Almeida Neves, Aline M. da Silveira e Luciane Maimone, pelo sociólogo Eduardo Montagnari (Secretário de Cultura), pela engenheira Inako Kubota, pela advogada Vanda Cardoso e pelos historiadores Sílvia Zanirato e João Laércio Lopes Leal. Após três meses de intenso estudo e análise do caso, a comissão decidiu tomba apenas o prédio da administração da companhia, edifício principal, com formato em “E”, localizado na esquina da Avenida Duque de Caxias e Rua Joubert de Carvalho, entendendo que esse bloco, local onde estavam os balcões de venda dos lotes, possuía um significado maior como memória a ser preservada.

A Comissão concluiu os seus trabalhos apresentando o histórico do edifício, bem como as diretrizes do que deveria ser preservado no ato do tombamento, conforme noticiado na imprensa:

Por conta do tombamento, o edifício deve recuperar e manter como originais o formato em E, os materiais de revestimento originais das fachadas (externas e internas) e das coberturas (telhas de barro francesas), a porta de entrada do acesso principal, na esquina da avenida Duque de Caxias e rua Joubert de Carvalho, o ritmo de cheios e vazios das fachadas externas e as placas indicativas dos setores/atividades da CMNP.¹²⁸

No Livro-Tombo das Obras Históricas de Maringá, da Gerência de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura consta o tombamento do edifício, sob a inscrição de número 001 (um), processo n.º 77816/2004, sendo descritas as características do prédio tombado com as seguintes palavras:

Trata-se de exemplar único construído no final dos anos 40 para abrigar a sede da referida Companhia, a qual foi responsável pela colonização da região Norte do Paraná. Nesse prédio a CMNP estabeleceu escritório central em Maringá, por cerca de 51 anos (1949-2000). Nesse edifício denominado bloco administrativo – formato E – funcionava o setor de administração das fazendas, setor de contabilidade, setor de vendas, setor de topografia, arquivos, salas da gerência, copa e cozinha, sanitários e telefonia. Em seu interior, por várias décadas, foram entabulados

128 Maringá.news.com.br. Data de Publicação: 22.11.2004. Acessado em janeiro de 2005.

os negócios da venda dos imóveis de Maringá e de toda a região e formalmente lavrados os compromissos de compra e vendam, além de serem confeccionados os mapas topográficos dos lotes de terras, enfim, esse era o centro vivo de toda a atividade de CMNP na região. O edifício possui 1.142,25 m² de área construída, paredes em alvenaria de tijolos, coberturas de barro tipo francesa, platibandas externas, esquadrias metálicas e piso em ladrilho [...].¹²⁹

É importante salientar que no processo de tombamento do edifício, ainda que com a divergência parcial de um dos integrantes da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município, o lote pôde ser subdividido, ficando tombada uma área de 2.001,84m², correspondente ao local onde se encontrava o edifício sede da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, com formato em E, permitindo-se ao então proprietário do bem, a empresa Santa Alice Loteadora S/C Ltda., o uso ou comercialização dos restantes 4.203,16m² da área, não arrolados no processo de tombamento.¹³⁰

A comissão utilizou como base jurídica para o tombamento definitivo do edifício sede da CMNP as seguintes normativas legais:

Constituição Federal, artigo 216°:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.¹³¹

Constituição do Estado do Paraná, Art. 207:

¹²⁹ Livro Tombo das Obras Históricas de Maringá, da Gerência de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura. Inscrição número 001 (um), processo n° 77816/2004, de 22 de novembro de 2004.

¹³⁰ Conforme Alvará de Subdivisão n° 363/2004. Expedido pela Prefeitura do Município de Maringá. Gerência de Uso do Solo.

¹³¹ Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>> Acesso em: Jul. 2007.

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito: XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação.¹³²

Lei Orgânica do Município de Maringá, art. 163,V:

Art. 163. Os bens materiais e imateriais referentes às características culturais, no Município, constituem patrimônio comum a ser preservado, nos quais se incluem: V - os conjuntos urbanos de valor histórico, paisagístico, artístico ou mesmo científico.¹³³

Lei Municipal nº 2.297/87, arts. 1º e 2º:

Art. 1º. Fica instituído o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, que constituir-se-á em divisão da Secretaria de Cultura e Turismo. Parágrafo único – O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal responsabilizar-se-á pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no município, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história de Maringá, quer por seu excepcional valor arquitetônico, etnográfico, bibliográfico, ecológico e artístico. Art. 2º. Os bens móveis e imóveis que se enquadrarem no exposto do artigo anterior estarão sujeitos a tombamento, após criteriosa análise por parte de Comissão Especial, devidamente instituída pelo Chefe do Executivo Municipal, sob a presidência do Secretário de Cultura e Turismo.¹³⁴

Concomitantemente a todo o processo que culminou no tombamento do edifício sede da CMNP, conduzido em conformidade com todas as exigências legais, outro acontecimento também chamou a atenção da mídia e da comunidade maringaense no que diz respeito ao edifício em questão e sua preservação como patrimônio histórico. Trata-se de uma denúncia que acabou por transformar-se num processo de justiça contra alguns vereadores, os quais foram acusados pelo Ministério Público de terem aceitado propina da Santa

¹³² Constituição do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/>>. Acesso em: jul. 2007.

¹³³ Lei Orgânica do Município de Maringá. Disponível em: <<http://www.cmm.pr.gov.br>>. Acesso em: jul. 2007.

¹³⁴ Relatório da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá. Parecer nº 001/2004 – CEPFHAC. Processo nº 77816/2004. p. 04.

Alice Loteadora S/C LTDA, proprietária do imóvel, para votarem a favor do que na época foi erroneamente chamado de lei de “destombamento” do edifício, pois na verdade este não estava regularmente tombado, embora houvesse uma decisão votada pela Câmara Municipal de Vereadores¹³⁵, amparada na Lei Municipal n.º 2.297/87, artigos 1º e 2º, tomando medidas que visavam à preservação do imóvel em questão.

Dois vereadores foram acusados pelo Ministério Público de corrupção passiva, sendo denunciados por receberem o valor de R\$ 150 mil reais para trabalharem na Câmara de Vereadores pela revogação do projeto de lei que contemplava a proteção do imóvel¹³⁶, pois ao ser revogada a lei, haveria a possibilidade de demolição do edifício, o que era o interesse inicial dos proprietários do imóvel.

Após ocorrer oficialmente o tombamento do edifício sede da CMNP, o passo seguinte foi o processo de restauração da construção recém-tombada. Dadas as diretrizes descritas no Livro-Tombo das Obras Históricas de Maringá, folhas 1, 2 e 3, a proprietária do imóvel, a Santa Alice Loteadora, iniciou o processo de restauração, submetendo qualquer alteração não prevista em resolução à apreciação da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá, para aprovação, conforme propusera o Parecer n.º 001/2004 da mesma Comissão.¹³⁷

¹³⁵ Trata-se aqui do Projeto de Lei n. 5471 de autoria dos vereadores Paulo Mantovani e Walter Guerlles, de setembro de 2001. O Projeto de Lei contemplava o assim entendido “tombamento” do prédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, cabendo à Municipalidade sua fiel conservação. Era também prevista no documento a possibilidade de celebrar-se convênio ou contrato com a CMNP para a instalação e manutenção do museu histórico municipal, ou seções deste, nas dependências do edifício.

¹³⁶ O projeto de lei que revogou o anterior era de autoria dos vereadores João Alves Corrêa e Mário Hossakawa, sendo este o de número 6252, de julho de 2003. Conforme noticiou o Jornal O Diário de Maringá em dezembro de 2003, foram acusados de receber propina para revogar o Projeto de Lei n.º 5471 o então Presidente da Câmara João Alves Corrêa, o seu assessor, Josemar Aparecido de Lima, bem como o vereador Divanir Moreno Tozati, os quais passaram desde então a responder na justiça pela acusação. O mesmo jornal, em edições posteriores (julho de 2006 e março de 2008), informou que após vários reveses no caso, a absolvição dos réus, pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Maringá em julho de 2006, acabou por ser anulada em setembro de 2007. Após recurso do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), em março de 2008 os acusados acabaram por ser condenados pelo TJ-PR a cumprirem um ano de reclusão pelo crime cometido, sentença que os acusados recorreram posteriormente.

¹³⁷ Parecer n.º 001/2004 – CEPFHAC . Processo nº 77816/2004. Tombamento da Antiga Sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP.

O edifício, depois de recuperado (embora seja pertinente questionar se houve uma reforma do imóvel e não exatamente uma restauração, pois o prédio com formato em E conserva suas características apenas externamente, e ainda assim com modificações), foi locado pelos proprietários para a Prefeitura Municipal, a fim de abrigar a Secretaria de Educação do município (SEDU). Essa solução não atendeu às reivindicações da primeira comissão instalada, tampouco da parte da população interessada em que essa área fosse transformada num espaço cultural ou num lugar de referencial das memórias da ocupação e da urbanização de Maringá, do processo vivenciado pela população que se instalou nesta região.

Na seqüência apresentam-se algumas fotos tiradas por integrantes da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico após o tombamento, quando a proprietária do imóvel (Loteadora Santa Alice) obteve autorização para realizar as reformas no Edifício.

As próximas fotografias (foto 17-A e 17-B), tiradas de um ângulo que permite uma vista panorâmica de toda a propriedade, mostram claramente as reformas sendo realizadas na área do prédio. Na primeira foto (foto 17-A) é possível notar que as telhas do edifício já haviam sido trocadas e que as reformas estavam a pleno vapor. Tanto na parte inferior da primeira foto como na segunda foto (foto 17-B) nota-se que os terrenos já haviam sido desmembrados e devidamente murados, ficando apenas a propriedade tombada, o edifício em formato E, antiga sede administrativa da CMNP. As construções componentes do antigo complexo da propriedade que não foram tombadas, sofreram demolição para dar lugar a novas construções.



Foto 17-A



Foto 17-B

Fotos 17-A e 17-B: Fotografias aéreas da área onde se encontra o edifício que foi sede da CMNP.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura da Cidade de Maringá.

As fotos seguintes (foto 18-A e 18-B), tiradas também durante a reforma, mostram o interior do Edifício sendo modificado: O forro e os pisos removidos, as janelas originais de modelo basculante, retiradas, podendo-se observar que os espaços das mesmas foram alterados para que novos modelos fossem colocados.



Foto 18-A



Foto 18-B

Fotos 18-A e 18-B: Fotografias da reforma do ambiente interno do Edifício Sede da CMNP.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura da Cidade de Maringá.

Na seqüência (fotos 19-A e 19-B), observa-se o processo de reforma em plena atividade. Novas telhas foram colocadas nos beirais do telhado. Nota-se um volume considerável de areia e pedra depositadas no pátio do edifício para serem utilizadas no processo de reparo. É possível também perceber que alguns espaços das portas do edifício foram fechados com tijolos e novos espaços para janelas foram abertos a fim de conferir ao ambiente uma nova

estética e condições de utilização. Com isso a estrutura original do edifício veio a sofrer alterações ainda mais significativas.



Foto 19-A



Foto 19-B

Fotos 19-A e 19-B: Fotografias da reforma do edifício sede da CMNP.
Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura da Cidade de Maringá.

As duas fotografias seguintes (fotos 20-A e 20-B) mostram a fachada do edifício antes e após as obras de reforma. Depois da reforma o prédio foi

alugado pela Prefeitura Municipal para abrigar a Secretaria de Educação do município.

Nota-se pelas fotos que a parte externa do edifício, ao ser este reformado, sofreu alterações em algumas de suas características originais, sendo isso evidenciado pelo tipo das janelas que foram colocadas, diferente do tipo original..



Foto 20-A



Foto 20-B

Fotos 20-A e 20-B: Fotografias da fachada do Edifício Sede da CMNP, tiradas antes e após a reforma.

Fonte: Foto 20-A - Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003. Foto 20-B - TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

O lado do edifício voltado para o pátio interno (fotos 21-A e 21-B) também sofreu modificações semelhantes às observadas na fachada da frente, além de serem retiradas algumas coberturas utilizadas para dar sombra aos veículos.

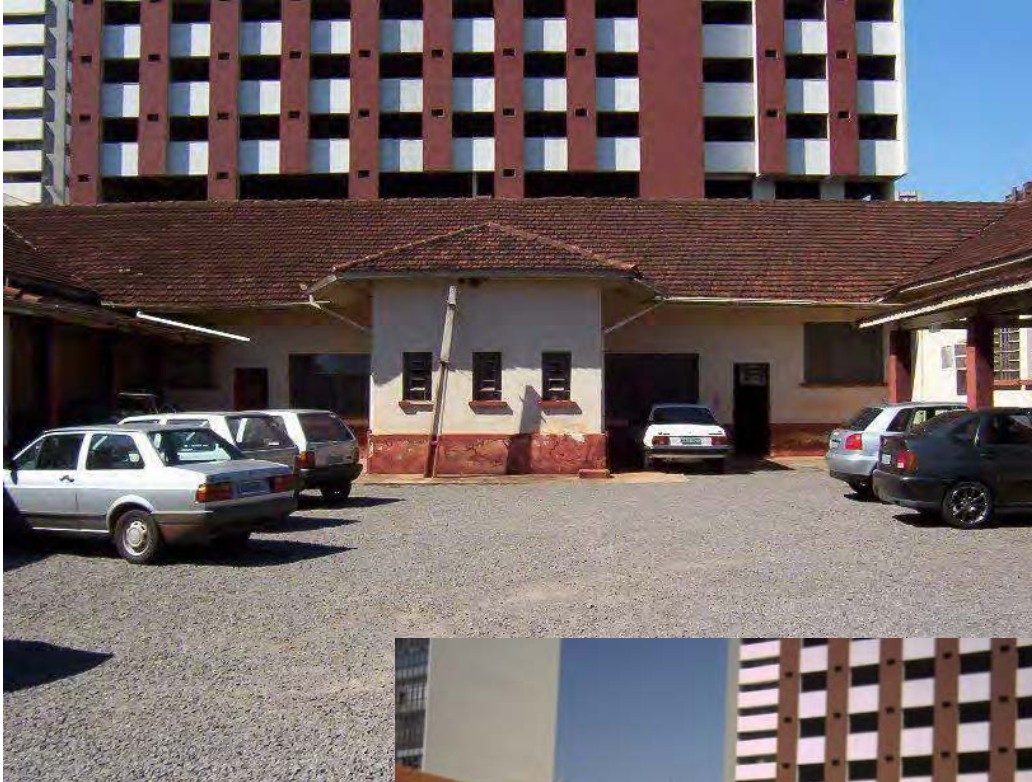


Foto 21-A



Foto 21-B

Fotos 21-A e 21-B: Fotografias comparativas do pátio interno do edifício sede da CMNP, mostrando o “antes” e o “depois” da reforma.

Fonte: Foto 21-A - Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003. Foto 21-B - TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

Interiormente o prédio sofreu uma modificação completa (Fotos 22-A e 22-B), pois foram trocados os pisos, também foram colocados revestimentos no

teto e divisórias para acomodar os setores da Secretaria de Educação Municipal que ali se instalou. Os antigos móveis, visíveis na foto anterior ao tombamento, como balcão, mesas, cadeiras, já não se encontram no ambiente. Tudo foi modificado, perdendo-se assim as características originais internas da construção. O ambiente outrora projetado para ser o local de vendas dos lotes da Companhia, onde inúmeras negociações foram realizadas, já não é reconhecível em suas características iniciais, não podendo mais ser recuperado, mas apenas lembrado nas poucas fotos que restaram.



Foto 22-A



Foto 22-B

Fotos 22-A e 22-B: Fotografias comparativas do ambiente interno do edifício sede da CMNP, mostrando o “antes” e o “depois” da reforma.

Fonte: Foto 22-A - Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003. Foto 22-B - TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

As fotografias abaixo (fotos 23-A e 23-B) mostram as modificações introduzidas nas janelas do prédio. Percebe-se que as janelas originais, de características simples, modelo basculante, foram substituídas por modelos totalmente diferentes, com esquadrias de alumínio e vidros compactos, em nada combinando com o estilo de construção simples em que fora originalmente construído o edifício:



Foto 23-A



Foto 23-B

Fotos 23-A e 23-B: Fotografias comparativas das janelas externas, voltadas para a avenida, do edifício sede CMNP, mostrando o “antes” e o “depois” da reforma.

Fonte: Foto 23-A - Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003. Foto 23-B - TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

Conquanto tenha sofrido tantas modificações na sua estrutura original, fato lamentável do ponto de vista da preservação do Patrimônio Histórico, o tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná deve ser visto como de fundamental importância para o município, pois se constitui como o marco inicial do efetivo traçamento de uma política de preservação do Patrimônio Cultural para a cidade de Maringá.

Após esse primeiro tombamento outras medidas têm sido tomadas no sentido de traçar planos e metas para a preservação de outras edificações de relevante importância para que a cidade de Maringá não perca suas memórias. Evidentemente, essas medidas ainda estão longe do tratamento ideal que merecem os bens culturais na cidade, mas indicam os primeiros passos nesse sentido.

Na seqüência verificar-se-á o desdobramento das ações de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural ocorridas na cidade de Maringá após o tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

2.2 A consolidação de uma política de preservação do patrimônio histórico em Maringá

O tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ocorrido no dia 22 de novembro de 2004, desencadeou a realização de medidas concretas no sentido de consolidar uma política de preservação do patrimônio histórico no município. Entre as providências tomadas pela Secretaria Municipal de Cultura do Município estão a de formalizar os quatro livros-tombos necessários para o arrolamento dos bens a serem tombados¹³⁸,

¹³⁸ “A expressão Tombamento e Livro de Tombo provém do Direito Português, onde a palavra tomar tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, a torre albarã, do castelo de São Jorge, em Lisboa (Portugal). Ali se guardavam, para além dos referidos tombos de registro e demarcação de bens e direitos, os documentos da Fazenda, os capítulos das Cortes, os livros de chancelaria, os registros de instituição de morgados e capelas, os testamentos, os forais, as sentenças do juiz dos feitos da Coroa, as bulas papais, os tratados internacionais, a correspondência régia e muitos outros documentos oficiais da história do país, e muitos referentes à História do Brasil.” (Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: nov. 2007). Tombamento, no sentido moderno, é um instrumento administrativo adotado com o objetivo de proteger determinados bens ou sítios considerados importantes para o patrimônio cultural ou natural. Essa medida

que são: O Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em que são inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; o Livro do Tombo Histórico, em que se inscrevem as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; o Livro do Tombo das Belas-Artes, destinado à inscrição das coisas de arte erudita; e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas, onde são inscritas as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas. Destes quatro livros-tombos que estão na Secretaria Municipal de Cultura do Município de Maringá, apenas o Livro Tombo das Obras Históricas possui o registro de bens tombados até o momento.

Na ocasião de registro do edifício sede da CMNP no Livro-Tombo das Obras Históricas de Maringá, foram também inscritas as capelas Santa Cruz e São Bonifácio, as quais foram tombadas por decreto-lei do Poder Executivo municipal, não existindo, em relação a elas, um processo de tombamento como no caso do edifício sede da CMNP, pelo fato de terem sido tombadas com a aquiescência dos respectivos proprietários.

As duas capelas foram construídas de madeira, matéria-prima comum no Norte e Noroeste do Paraná pela abundância de mata nativa ali presente naquela época. A madeira retirada dessa mata foi largamente utilizada na construção civil, caracterizando assim a paisagem urbana e rural por uma arquitetura que testemunha o período de ocupação inicial das terras da região.

A Capela Santa Cruz foi a primeira igreja construída no perímetro urbano de Maringá, sendo inaugurada em 1947 e erguida a partir de um empenho coletivo da população do Maringá Velho. Quanto a suas características arquitetônicas, a construção pode ser assim descrita:

A capela Santa Cruz possui uma conformação retangular, com altar, sacristia e campanário localizados no corpo principal da edificação. O acesso ocorre a partir de um alpendre [...]. A edificação possui elementos de sustentação vertical (seis na fachada principal e seis nas laterais) e revestimento com tábuas assentadas horizontalmente, como na capela São Bonifácio. O campanário localiza-se nos fundos da edificação, contrapondo-se ao coro que se localiza junto à entrada. Além do acesso principal,

administrativa pode ocorrer tanto em âmbito municipal como estadual, ou mesmo nacional. Um bem tombado, embora continue pertencendo a seus proprietários originais, não pode ser descaracterizado, tampouco destruído, garantindo-se assim a sua total preservação.

a construção possui dois acessos laterais (nave). Todas as esquadrias da capela possuem vergas retas.¹³⁹

Por sua vez, a Capela São Bonifácio possui uma arquitetura tipicamente alemã, sendo a primeira capela erguida na zona rural de Maringá, no ano de 1940, pelo padre Emílio Scherer, um alemão que adquiriu o primeiro lote da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá. A Capela está localizada na Estrada Vale Azul, no lote 1-A, e fazia parte de um complexo rural, denominado Fazenda São Bonifácio. Além dela, existiam no local a casa do padre e a casa dos empregados.¹⁴⁰ Constituída de paredes duplas de madeira, foi a primeira edificação da região a ser enquadrada pela lei municipal n.º 2.297/87, artigos 1º e 2º (lei já citada anteriormente). Até 1947, todos os casamentos e batizados eram realizados naquele local.

Segundo o arquiteto Oigres Leice Cordeiro de Macedo, professor de arquitetura da Universidade Estadual de Maringá, trata-se de uma construção única no Norte e Noroeste do Paraná. "Ela foi construída pelo próprio padre Scherer, que usou ferramentas, técnicas e um modo de construção que ele trouxe da Alemanha. É mais sofisticada do que as construídas posteriormente na região" [...] A São Bonifácio tem uma parede dupla, feita com tábuas colocadas no sentido vertical, na parte interna, e horizontal, no exterior. "Isso dava mais conforto e isolamento acústico e térmico. É uma construção superior às construções feitas depois, com paredes simples."¹⁴¹

As duas capelas citadas acima guardam em sua materialidade uma riqueza de significados de imensurável valor como patrimônio histórico para Maringá, sendo objeto de grande atenção dos habitantes do município.

O outro prédio tombado pelo Patrimônio Histórico após o tombamento do edifício sede da CMNP foi o Hotel Bandeirantes, o qual veio a ser registrado em instância estadual, com a inscrição de n.º 156 II, processo nº 02/2004.

¹³⁹ SILVEIRA, Aline Montagna. et al. Capela São Bonifácio e Capela Santa Cruz: a arquitetura religiosa em madeira em Maringá nas décadas de 1930-40. Disponível em: <http://www.dau.uem.br/professores/macedo/capela_bonifacio_santacruz.html>. Acesso em: ago. 2007.

¹⁴⁰ SILVEIRA, et al., op. cit., 2007.

¹⁴¹ A primeira Igreja. IN: O Diário Norte do Paraná. Notícia veiculada em 26.07.07. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: jul. 2007.

O referido hotel permanece em razoável estado de conservação, sendo preservado externamente em suas características arquitetônicas, embora internamente tenha sofrido alterações em relação às suas características originais. O prédio foi inscrito no Livro Tombo Histórico do Estado do Paraná no dia 30 de maio de 2005. O histórico do edifício encontra-se no *site* da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná (SEEC), e é descrito com as seguintes palavras:

O empreendimento para a construção de 6 mil metros quadrados foi lançado em 1947. Com características do modernismo, sua construção ocorreu entre os anos de 1956 e 1957, pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Apresenta detalhes de acabamentos requintados, ao gosto modernista da década de 50, mantendo não só o conjunto arquitetônico como o mobiliário ainda original, das áreas sociais, onde os ambientes foram minuciosamente projetados pelo arquiteto José Augusto Bellucci, em modelos representados e planejados para seus respectivos fins. Foi ainda um símbolo para a região e parte integrante de sua história.¹⁴²

O Hotel Bandeirantes localiza-se na Praça Renato Celidônio n.º 190, e é de propriedade particular.

Com os tombamentos das duas capelas e do Hotel Bandeirantes, ocorridos após o tombamento do edifício sede da CMNP, uma acalorada discussão emergiu em torno de outras possíveis edificações que suscitassem atenção quanto a seu valor histórico. A título de exemplo podem ser mencionadas duas outras construções que tiveram destinos diferentes no que diz respeito a sua preservação.

A primeira a ser citada é a Máquina de Café Santo Antônio, construída em 1949 e demolida em 2005, sob a alegação de que a madeira com a qual tinha sido construída estava em precário estado de conservação, não cabendo a possibilidade de uma restauração. Segundo a imprensa, o desmonte necessitou de cuidados extras, pois poderia desabar em cima dos trabalhadores¹⁴³. Ela teria sido a última cafeeira feita de madeira que ainda existia na cidade, tendo funcionado até o ano de 1997. No período áureo do

¹⁴² Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Informações do *site* da Relação dos Bens Tombados por Município. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

¹⁴³ Cidade perde cafeeira. In: O Diário Norte do Paraná. Edição de 10.06. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em jul. 2007.

café, as décadas de 1950 e 1960, chegou a ter 80 funcionários. Com a queda dos preços, o ataque de doenças e as geadas ocorridas na região, o declínio da produção foi se acentuando no decorrer do tempo. A forte geada ocorrida no ano de 1975 fez com que os cafezais da região não mais se recuperassem, do que decorreu o abandono do plantio do café e sua substituição por outras culturas.

Em entrevista com a Secretária de Cultura de Maringá, Flor Duarte¹⁴⁴, esta referiu que o imóvel havia passado por avaliação da Comissão de Patrimônio Histórico para se examinar a possibilidade de tombamento, mas não apresentava mais condições de reforma. No entanto, a tulha da máquina fora desmontada e guardada pela Prefeitura Municipal e medidas de conservação da madeira, através de um processo de “descupinização”, foram tomadas para protegê-la até que se tivesse definição de um novo local para reconstruí-la.

A outra edificação cujo tombamento foi objeto de discussão é o edifício da Estação Rodoviária Américo Dias Ferraz (a antiga rodoviária), construído em 1963 com traços arquitetônicos modernistas. O prédio foi interditado pela Justiça no início de 2007 a pedido da prefeitura municipal, sob a alegação de que corria risco de desabamento por causa de comprometimento estrutural ocasionado pela falta de conservação. A Secretaria de Estado da Cultura determinou a abertura de processo de tombamento histórico do edifício da Estação Rodoviária em atendimento à Promotoria do Meio Ambiente de Maringá¹⁴⁵. Em maio de 2007 a Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico de Maringá, órgão responsável pelas decisões sobre o assunto, acabou por tomar decisão contrária ao tombamento do edifício.

Embora a antiga rodoviária atualmente esteja interditada e a administração municipal já tenha preparado edital de licitação para receber propostas de empreendimentos privados que queiram indicar outra utilização para a área onde se encontra o edifício, muito se tem questionado sobre a real condição de comprometimento estrutural do prédio. Argumenta-se que um investimento na recuperação das estruturas do edifício seria suficiente para

¹⁴⁴ Entrevista realizada com a Secretária de Cultura Flor Duarte, em setembro/2007.

¹⁴⁵ Estado abre processo para tomar rodoviária velha. IN: O Diário Norte do Paraná. Edição de 19.04.07. Disponível em: <<http://www.odiarioromaringa.com.br>>. Acesso em: ago. 2007.

evitar a necessidade de demolição afim de que ele voltasse a ser utilizado, quiçá, até mesmo como espaço de promoção cultural.

No que diz respeito à preservação do Patrimônio Histórico, em Maringá, de uma forma geral, segundo informações obtidas junto à secretária de Cultura¹⁴⁶, a Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico tem aventado a possibilidade de que outras edificações, que representam a história de formação da cidade, possam ser reconhecidas como patrimônio histórico e venham a ser tombadas pelo município. Além das edificações, existe a preocupação com outras formas de manifestação cultural presentes na cidade que, por seu valor, possam ser reconhecidas como parte da memória da coletividade, justificando-se assim sua preservação. O que de fato se pode perceber é um amadurecimento da consciência coletiva no que diz respeito à preservação e valorização das tradições culturais do povo maringaense, ingrediente necessário para que a cidade de Maringá mantenha viva sua história e a história de seu povo.

¹⁴⁶ Entrevista realizada com a Secretária de Cultura Flor Duarte, em Setembro/2007.

3. Considerações finais

Embora muito ainda se tenha a discutir sobre o Patrimônio Histórico e Cultural, tanto no que diz respeito à cidade de Maringá como ao que tem sido realizado nas esferas estadual e nacional, o que se percebe é um gradativo aumento de esforços conjuntos, tanto de órgãos públicos como de organizações privadas, em prol de medidas concretas de salvaguarda do patrimônio cultural em sua diversidade.

No que se refere propriamente à cidade de Maringá, quanto ao edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a ação da comunidade muito contribuiu para impedir que prevalecessem interesses particulares voltados a questões meramente econômicas, o que fatalmente culminaria com a demolição do prédio. De fato, não se tratava de mera demolição de um prédio antigo e teoricamente sem utilidade prática, para em seu lugar construir outra edificação, mais moderna e adaptada às exigências do mercado. Tratava-se sim, da demolição de uma edificação que possuía em si um valor inestimável para a memória coletiva da população maringaense. Nesse ponto, prevaleceu a vontade do coletivo sobre o particular. Os atuais proprietários do edifício curvaram-se diante da comunidade, que, através de seu representante legal, o poder público, os impediu de demolir uma edificação considerada parte integrante das raízes históricas da cidade.

Essa iniciativa preservacionista mostrou-se benéfica, visto que toda a polêmica envolvendo o processo de tombamento do edifício, incitada principalmente pela comunidade intelectual, que mobilizou-se na busca de promover a preservação do bem, com grande repercussão nos meios de comunicação, veio a produzir um efeito pedagógico na população, de modo a polemizar a questão da preservação do patrimônio histórico no âmbito municipal. Com isso, a sociedade civil organizou-se efetivamente, tomando medidas concretas para impedir que a influência do poder econômico privado, aqui representado pela empresa Santa Alice Loteadora, viesse a prevalecer sobre a vontade da comunidade, em seu senso de valores quanto à preservação do patrimônio cultural.

Maringá, como já foi afirmado, tem sido considerada uma cidade moderna, que supostamente oferece boa qualidade de vida a seus moradores.

Em virtude disso, os investimentos imobiliários, sempre ascendentes, tendem a “modernizar” as áreas ocupadas por construções mais antigas, substituindo-as por edificações consideradas mais adaptadas às novas exigências do mercado. Caso não houvesse uma enérgica interferência dos órgãos públicos responsáveis no salvaguarda do patrimônio cultural, rapidamente seriam destruídos edifícios de relevância histórica para a cidade, a exemplo do que aconteceu com a antiga estação ferroviária, fato lamentado pelo ex-prefeito João Ivo Caleffi na cerimônia realizada para oficializar o tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), em novembro de 2004¹⁴⁷.

Muito pode ser ainda realizado no sentido de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural na cidade de Maringá. O tombamento do edifício sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), das duas capelas (Santa Cruz e São Bonifácio) e do Hotel Bandeirantes, assinalam o início de uma longa jornada em prol da preservação de bens culturais e da conscientização da população quanto a essa questão.

¹⁴⁷ Prédio da Cia Melhoramentos é tombado, In: O Diário Norte do Paraná. Notícia veiculada em 23.11.04. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: nov. 2007.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. org. *Memória e patrimônio; ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro:DP&A, 2003.

ALVES. Paulo. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. IN: DI CREDDO, Maria C. Sampaio. *Fontes históricas: abordagens e métodos*. UNESP: Assis, 1996.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

ARRUDA, Gilmar. *História, historiadores, regiões e fronteiras. História Debates e Tendências Revista do Programa de Pós Graduação Em História*, Passo Fundo-RS, 2002.

ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. IN: ARRUDA, Gilmar. (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. 1 ed. Londrina: Eduel, 2005.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papyrus, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças paulistanas*. USP. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 1, nº 1. São Paulo: IEA, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, DIFEL, 1989.

CARBONARI, Maria Rosa. De quien es ese espacio?:La construccion de la frontera sur. IN: Revista de Investigacion Histórica y Sociológica. *Procesos conflictos y visiones*. Argentina: Universidad Nacional de Rio Cuarto,1998.

_____. Mitos fundantes: Las fronteras sin límites y el modelo civilizador IN: CIMADEVILLA, Gustavo; CARNIGLIA, Edgardo. *Comunicacion, roralidad y desarrollo*. Mito, paradigmas y dispositivos del cambio. Buenos Aires: Ediciones INTA,2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD. Ana Maria. História e imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. IN: CARDOSO Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.) *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). *Maringá e o norte do Paraná*. Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.
- DINIZ, Tânia Marcondes. *Considerações sobre o patrimônio cultural e os instrumentos legais para sua preservação*. ANALECTA, v. 5 no 1. Guarapuava: UNICENTRO, 2004. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v5n1/considera%E7%F5es.pdf>>. Acesso em: set. 2007.
- DOESWIJK, Andreas L. *Algunas reflexiones sobre la construcción y el uso de las fuentes orales en historia*. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 123-139, 2001.
- FENELON, Déa. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1997.
- FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. *A "mística do pioneirismo", antídoto contra o socialismo: bento munhoz da rocha neto, a reforma agrária e o norte do paraná dos anos 50 e 60*. Revista de História Regional. Vol. 2. - nº 1, 1997. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v2n1/rollo.htm>>. Acesso em: set. 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN. 1996.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- LÊ GOFF, J. Documento/monumento. IN: *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- LUZ, France, *O Fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá. Maringá: a Prefeitura, 1997.
- LUPORINI, Teresa Jussara. *Lugares da memória no estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural*. Dissertação de

Doutorado. Campinas: Biblioteca Digital da Unicamp, 1997. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000120860>>. Acesso em: set. 2007.

MACHADO, Alisson Bertão. *Políticas e Patrimônio Histórico: O processo de tombamento do setor histórico da Lapa como estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

MARTINS, José de Souza. *Fonteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem I: Possibilidades teórico-metodológicas para o uso da fotografia como recurso didático, uma experiência acadêmica*. Primeiros Escritos. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/labhoi/modules/rmp/uploads/Aug06hmmmpWNwy_pe1-2.pdf>. Acesso: Set. 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *O Ofício do Historiador*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.23, nº 45, 2003.

O'BRIEN, Patrícia, In HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PELEGRINI, Sandra C. A. A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade. In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Sílvia. H. *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: EDUEM, 2005.

_____. *Arqueologia de uma cidade: O Patrimônio cultural de Maringá, memória e fruição (1947-1999)*, 148 páginas.

_____. *Cultura e Natureza: Os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, no. 51, p. 115-140, 2006.

_____. *O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas*. *Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 1, 2007 (CEDAP-Unesp).

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A; TEIXEIRA, Joubert Paulo. Os conceitos de imagem e realismo fotográfico na pesquisa histórica. Disponível em: <[http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores &id=38](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=38)>. Acesso em out. 2007.

PESAVENTO, S. *O imaginaria da cidade*. Visões do urbano. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço*. Uberlândia: ArtCultura, v.4, n.4, 2002.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELI, Alessandro. O momento da vida: funções do tempo na história oral. IN: FENELON, Dea (Org.) *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

REGO, R. L .*O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade jardim*. Acta Scientiarum, Maringá, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é pratica. IN: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL. *A Construção da cidade de Brasília*. Brasília, 1998.

REGO, R. L; MENEGUETTI, Karin Schwabe; ANGELIS NETO, Generoso de; JABUR, Rodrigo Sartori ; RISSI, Queila . *Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Acta Scientiarum, Maringá, v. 26, n. 2, p. 141-150, 2004.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

STADNIKY, Hilda P. *Migrações para a América: a presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá*. Disponível em: <<http://www.unizar.es/eueez/cahe/stadniky.pdf>>. Acesso em: nov. 2007.

Tomazi, Nelson Dacio. *“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias*. Dissertação de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1997.

Wolf, Eric R. *Europa Y La Gente Sin História*, México: Fondo de Cultura Econômica. 1987.

ZANIRATO, Silvia. Lembranças fotográficas: Memória e história na cidade contemporânea. In: PELEGRINI, Sandra, e ZANIRATO, Silvia. *Narrativas da Pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005.

Fontes

Fontes textuais

Casa do Coronel Lacerda. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.

Coordenadoria do Patrimônio Cultural: Patrimônio Cultural no Paraná. Uma conceituação: Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Informações do Site da Relação dos Bens Tombados por Município. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Fortaleza N. S. dos Prazeres. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/moduleonteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.

Histórico da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Igreja de Santo Antônio - Matriz da Lapa. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.

Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso - Matriz. Disp. em site: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em nov. 2007.

Ilha do Mel Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>>. Acesso em: nov. 2007.

SILVEIRA, Aline Montagna. et al. Capela São Bonifácio e Capela Santa Cruz: a arquitetura religiosa em madeira em Maringá nas décadas de 1930-40. Disponível em: <http://www.dau.uem.br/professores/macedo/capela_bonifacio_santacruz.html>. Acesso em: ago. 2007.

Matérias Jornalísticas

A primeira Igreja. In: O Diário Norte do Paraná. Edição de 26.07.07. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: Jul. 2007.

A igreja do Maringá Velho. IN: O Diário Norte do Paraná. Edição de 28.07.07. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: ago. 2007.
Cidade perde cafeeira. IN: O Diário Norte do Paraná. Edição de 10.06. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em jul. 2007.

Estado abre processo para tombar rodoviária velha. IN: O Diário Norte do Paraná. Edição de 19.04.07. Disponível em: <http://www.odiariomaringa.com.br>. Acesso em: ago. 2007.

John Alves e mais 4 são absolvidos; MP vai recorrer, IN: O Diário Norte do Paraná. Notícia veiculada em 20.07.06. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: set. 2008.

Maringá.news.com.br. Data de Publicação: 22.11.2004. Acessado em janeiro de 2005.

O Diário On-line. Notícia veiculada em 15/10/2003. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br/noticia>>. Acesso em: nov. 2006.

Prédios da cidade na mira do tombamento. IN: O Diário Norte do Paraná. Edição de 19.10.05. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Promotoria investiga decisão sobre a rodoviária IN: O Diário Norte do Paraná. Edição de 20.06.07. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Prédio da Cia Melhoramentos é tombado, IN: O Diário Norte do Paraná. Notícia veiculada em 23.11.04. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: nov. 2007.

TJ condena presidente da Câmara de Maringá por corrupção ativa e passiva, IN: O Diário Norte do Paraná. Notícia veiculada em 29.03.08. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em: set. 2008.

Revistas

Revista *A Pioneira*, nº 2. Julho - Agosto de 1948.

_____, nº 8. Maio - Junho de 1951.

_____, nº 9. Outubro de 1951.

_____, nº10. Dezembro de 1951.

_____, nº 13. Dezembro de 1952.

Documentos Municipais, Estaduais e Federais

Abaixo-assinado protocolado pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, de Reparação de Dano Resultante Crime, de Defesa dos Direitos dos Idosos, Deficientes e das Fundações. Datado do dia 15 de Outubro de 2003.

Alvará de Subdivisão nº 363/2004. Expedido pela Prefeitura do Município de Maringá. Gerência de Uso do Solo.

Ata da Reunião organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, realizada no dia 14 de Outubro de 2003, na Sala Joubert de Carvalho, Auditório da Biblioteca Pública Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.

Certidão de Tombamento de Imóvel para Registro Imobiliário. Expedido pela Prefeitura do Município de Maringá. Novembro 2004.

Constituição Federal de 1934: Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: mai. 2007.

Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Constituição do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/>>. Acesso em: jul. 2007.

Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Artigo 1º. Disponível em: <<http://www.antt.gov.br>>. Acesso em: mai. 2007.

Livro 2- Matrícula e Registro Geral , de 05.11.79. Folhas n.01, Matrícula nº 11.819. do Registro de Imóveis – 1º Ofício de Maringá.

Livro Tombo das Obras Históricas de Maringá, da Gerência de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura. Inscrição número 001 (um), processo nº 77816/2004, de 22 de novembro de 2004.

Livro Tombo Histórico do Estado do Paraná. Inscrição Tombo 01-II, Processo Número 222-01/62. Data da Inscrição: 04 de novembro de 1.962. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

Livro do Tombo de Guaratuba. Auto de 27-04-1771.

Lei Orgânica do Município de Maringá. Disponível em: <<http://www.cmm.pr.gov.br>>. Acesso em: jul. 2007.

Parecer nº 001/2004 – Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá CEPHAC. Processo nº 77816/2004. Tombamento da Antiga Sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP.

Plano Diretor de Maringá. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/plano/secaoi_tituloiii.php>. Acesso em: ago. 2007.

Prédio da Companhia Melhoramentos será tombado à tarde. Maringá.news. Notícia veiculada em 22/11/2004. Disponível em: <Maringa.news.com.br>. Acesso em: jan. 2005.

Relatório da COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MARINGÁ. *O conjunto de edifícios da CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá – PR: estudos e diretrizes de preservação.* Maringá-PR: 2004.

Documentos do Judiciário

Auto nº 617/04 da 3ª Vara Cível da Comarca de Maringá – PR.

Boletim de Ocorrência nº 00900/2004013355. Do 09. SDP/ Delegacia de Maringá.

Ofício nº 601/2004 – PROGE enviado ao Senhor Promotor de Justiça solicitando providencias urgentes no sentido de manutenção do Edifício.

Ofício de nº 631/2003-j. Promotoria de Justiça de Proteção do Meio Ambiente, de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas Portadoras de Deficiência, de Reparação de Dano Resultante de Crime e das Fundações e do Patrimônio público da comarca de Maringá.

Projeto de Lei n. 5471 de autoria dos vereadores Paulo Mantovani e Walter Guerlles, de setembro de 2001.

Entrevistas

Entrevista com a Professora Arquiteta Aline Montagna da Silveira, do Departamento de Arquitetura da UEM, realizada em Novembro/2006, no Campus da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tempo da entrevista: 52 minutos.

Entrevista com o historiador João Laércio Lopes Leal, realizada na Secretaria de Cultura de Maringá, em Setembro/2007. Tempo da entrevista: 23 minutos.

Entrevista com a Secretária de Cultura Flor Duarte, realizada na Secretaria de Cultura de Maringá, em Setembro/2007. Tempo da entrevista: 36 minutos.

Entrevista realizada com o Professor Reginaldo Benedito Dias, professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), mediante envio de questionário por e-mail, o qual foi respondido também por meio digital, em Abril de 2008.

Fontes Imagéticas

Mapas

Planta da cidade de Maringá - 1945 (Anteprojeto).

Planta do Conjunto de Edifícios da CMNP. Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira. U.E.M. Outubro /2003.

Fotografias

Fortaleza da Ilha do Mel. Disponível em: <<http://www.ilhadomelonline.com.br/fortaleza.htm>> . Acesso em: nov. 2007.

Foto 07: Matriz de Guaratuba. Disponível em: <<http://www.guaratuba.pr.gov.br>>. Acesso em: nov. 2007.

Casa do Coronel Lacerda, na Lapa. Disponível em: <<http://www.caminhosdoparana.com.br>>. Acesso em nov. 2007.

Igreja Matriz de Santo Antônio da Lapa. Disponível em: <<http://www.caminhosdoparana.com.br>>. Acesso em nov. 2007.

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas, em Paranaguá. Disponível em: <www.patrimoniocultural.pr.gov.br> . Acesso em: nov. 2007.

Ilha do Mel. <<http://www.pr.gov.br>>. Acesso em: nov. 2007.

Vista dos escritórios da CMNP. Sala de venda dos lotes. Revista A Pioneira, nº 9 Contra-capá. Data: outubro de 1951.

Fotos da primeira edificação dos escritórios da CMNP em Maringá. Arquivo fotográfico do Museu da Bacia do Paraná- UEM. Data 1948.

Fotografia aérea do Conjunto de Edifícios da CMNP. Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003.

Edifício Sede da CMNP. O Diário Norte do Paraná. Disponível em: <<http://www.odiariomaringa.com.br>>. Acesso em ago. 2007.

Fotografias aéreas da área onde se encontra o Edifício Sede da CMNP. Arquivo da Secretaria de Cultura da Cidade de Maringá.

Fotografias da reforma do ambiente interno do Edifício Sede da CMNP. Arquivo da Secretaria de Cultura da Cidade de Maringá

Fotografias da reforma do Edifício Sede da CMNP. Arquivo da Secretaria de Cultura da Cidade de Maringá.

Fotografia da fachada do Edifício Sede da CMNP. Antes da reforma. Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003.

Fotografia da fachada do Edifício Sede da CMNP. Após a reforma. TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

Fotografia do pátio interno do Edifício Sede da CMNP. Antes da reforma. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003.

Fotografia do pátio interno do Edifício Sede da CMNP. Após a reforma. TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

Fotografia do ambiente interno do Edifício Sede da CMNP. Antes da reforma. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003.

Fotografia do ambiente interno do Edifício Sede da CMNP. Após a reforma. TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

Fotografia das janelas externas do Edifício Sede da CMNP. Antes da reforma. Levantamento fotográfico. Alunos do 4º ano de Arquitetura e Urbanismo e Prof. Arq. Aline Montagna da Silveira/U.E.M. Outubro /2003.

Fotografia das janelas externas do Edifício Sede da CMNP. Após a reforma. TOMAZ, Paulo Cesar. Arquivo pessoal. Novembro de 2007.

Fontes Memorialistas

HILÁRIO, José. *Maringá Jubileu de Ouro*. TecMídia: Maringá-Pr. 1997.

Lei Municipal nº 2.297/87



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.297/87

Institui o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º - Fica instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, que constituir-se-á em divisão da Secretaria de Cultura e Turismo.

Parágrafo Único - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal responsabilizar-se-á pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Município, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história de Maringá, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, ecológico e artístico.

Art. 2º - Os bens móveis e imóveis que se enquadrarem no exposto do artigo anterior estarão sujeitos a tombamento, após criteriosa análise por parte de Comissão Especial, devidamente instituída pelo Chefe do Executivo Municipal, sob a presidência do Secretário de Cultura e Turismo.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos bens de direito público federal, estadual e aos que se enquadrarem na disposição seguinte:

- I - propriedade de representação diplomática ou consular;
- II - adornos de veículos pertencentes a empresas estrangeiras;
- III - os descritos no artigo 82 da Lei de Introdução ao Código Civil;
- IV - os pertencentes a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- V - os bens que integram exposições comemorativas, comerciais e/ou culturais;
- VI - os importados que se destinam à ornamentação de estabelecimentos de qualquer natureza.

Art. 3º - A aferição dos bens tombados, após laudo fornecido pela Comissão prevista pelo artigo 2º desta Lei, será definida em um dos livros sob os seguintes títulos:

- I - Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.297/88

2.

- II - Tombo Histórico;
- III - Tombo de Belas Artes;
- IV - Tombo de Artes Aplicadas.

Parágrafo Único - Os bens tombados integrarão o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, após devidamente inscritos nos livros previstos por este artigo.

Art. 4º - Compete, ainda, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal proceder levantamento, arrolamento e avaliação dos bens móveis e imóveis públicos, com a fixação de elementos necessários à perfeita indicação de cada unidade, após prévio parecer e análise de Comissão Especial devidamente composta pelo Chefe do Executivo Municipal, sob a presidência do Chefe da Divisão de Patrimônio.

Art. 5º - O Chefe do Executivo Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, baixará Decreto disciplinando a classificação, codificação e registro dos bens móveis e imóveis públicos que integrarão o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

Art. 6º - O tombamento de bens de direito privado proceder-se-á de forma voluntária ou compulsória.

Parágrafo Único - O tomo previsto por este artigo será provisório ou definitivo, total ou parcial, de acordo com o processo estabelecido pela Comissão Especial prevista no artigo 2º desta Lei.

Parágrafo Segundo - O tombamento previsto por este artigo far-se-á obedecendo às normas previstas no Regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

Art. 7º - Os bens tombados e devidamente inscritos serão inalienáveis, podendo, em tretanto, ser transferidos para o Estado ou à União mediante Lei Municipal.

Art. 8º - Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados, reparados ou restaurados sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, sob pena de multa, devidamente estipulada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 9º - A Secretaria de Cultura e Turismo será constituída de:

- 1.9.1. - Gabinete do Secretário;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.297/88

3.

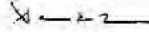
1.9.2. - Divisão de Cultura e Turismo;

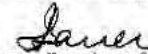
1.9.3. - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

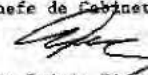
Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário e, expressamente, o parágrafo único, do artigo 12, da Lei nº 1.348, de 18 de dezembro de 1.979.

PAÇO MUNICIPAL "SILVIO MAGALHÃES BARROS", aos 23 de março de 1988.


Said Felício Ferreira
Prefeito Municipal


Joaquim Henrique Lauer
Chefe de Gabinete


Luiz Reimoldo Bixeno
Secretário de Administração


Marlin Cordeiro Pupin
Secretária de Cultura e Turismo

Projeto de Lei n. 5471



LEI Nº. 5.471/2001

Autores: Vereadores Paulo Mantovani e Walter Guerles.

Autoriza o tombamento do prédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná situado na quadra 03 da Zona 01 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a efetuar o tombamento do prédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná situado nas datas nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da quadra nº. 03 da Zona 01.

Art. 2º. A edificação será mantida na forma prevista pela Lei nº. 2297/67, cabendo à Municipalidade sua fiel conservação.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênio ou contrato com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, para a instalação e manutenção do museu histórico municipal, ou seções deste, nas dependências do prédio tombado.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. As disposições em contrário ficam revogadas.

Paço Municipal, aos 02 de setembro de 2001.

José Cláudio Pereira Neto
Prefeito Municipal

Reginaldo Benedito Dias
Chefe de Gabinete

Projeto de Lei nº 6252



A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, nos termos dos §§ 4.º e 8.º do artigo 32 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte:

LEI N. 6252.

Autores: Vereadores João Alves Corrêa e Mário Hossokawa.

Revoga a Lei n. 5471/2001.

Art. 1.º Fica revogada, em seu inteiro teor, a Lei n. 5471, de 2 de setembro de 2001.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 15 de julho de 2003.

João Alves Corrêa
PRESIDENTE

Prof.ª Edith Dias de Carvalho
1.ª SECRETÁRIA

Certidão de Tombamento de Imóvel para Registro Imobiliário



data 29/11/2004
da 7
Noelia de Souza R. Rrigues
Escrivente
Portaria n.º 4750

CERTIDÃO DE TOMBAMENTO DE IMÓVEL PARA REGISTRO IMOBILIÁRIO

O **MUNICÍPIO DE MARINGÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob n.º 76.282.656/0001-06, com sede na Av. XV de Novembro, 701, Maringá-PR, neste ato representado pela Diretora de Cultura, Sr.ª Marta Maria Grossi, **CERTIFICA**, para fim de ser levado a efeito a competente averbação no Registro Público de Imóveis, em obediência ao art. 10 (dez), da Lei Estadual n.º 1.211, de 16 de Setembro de 1953 e do art. 13 (treze), do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de Novembro de 1937 - que no Livro Tombo de Bens Históricos da Gerência de Patrimônio Histórico, desta Secretaria, consta às fls. 001-003 o seguinte tombamento: **INSCRIÇÃO N.º: 001. PROCESSO N.º: 77816/2004. DESIGNAÇÃO:** Escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **NATUREZA:** Arquitetura Civil; **CARÁTER DA INSCRIÇÃO:** Voluntário. **MUNICÍPIO:** Maringá - Estado do Paraná. **LOCALIDADE:** Zona 01. **LOGRADOURO:** Avenida Duque de Caxias, 648 - esquina com a Rua Joubert de Carvalho. **PROPRIETÁRIA:** Santa Alice Loteadora K/C Ltda. **ENDEREÇO DA PROPRIETÁRIA:** Rua Guaratinga, 965 - Parque Industrial II - Arapongas - PR. **CARACTERÍSTICAS:** Trata-se de exemplar único construído no final dos anos 40 para abrigar a sede da referida Companhia, a qual foi responsável pela colonização da região Norte do Paraná. Nesse prédio a CMNP estabeleceu escritório central em Maringá, por cerca de 51 anos (1949-2000). Nesse edifício denominado bloco administrativo - Formato em E - funcionava o setor de administração das fazendas, setor de contabilidade, setor de vendas, setor de topografia, arquivos, salas da gerência, copa e cozinha, sanitários e telefonia. Em seu interior, por várias décadas, foram entabulados os negócios da venda dos imóveis de Maringá e de toda a região e formalmente lavrados os compromissos de compra e venda, além de serem confeccionados os mapas topográficos dos lotes de terras, enfim, esse era o centro vivo de toda a atividade da CMNP na região. O edifício possui 1.142,25m² de área construída, paredes em alvenaria de tijolos, cobertura em telha de barro francesa, platibandas externas, esquadrias metálicas e piso em ladrilho. As divisórias internas são em madeira e o acesso ao prédio é feito em dois locais: pela esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho - acesso à área de vendas através de uma porta de ferro e vidro localizada na parede chanfrada, e na Rua Joubert de Carvalho (no meio da quadra) o acesso ao setor de contabilidade. As esquadrias localizam-se na fachada e na área interna, criando uma articulação do bloco com o pátio interno, já que as aberturas externas são altas. O revestimento externo é feito com reboco pintado, tendo um embasamento que imita pedrisco. Na altura das janelas possui uma moldura em tijolo à vista, que cria uma barra horizontal no edifício.

OBSERVAÇÕES: Preserva-se o bem com as seguintes especificações:

1. Recuo de três metros perpendicular à Rua Joubert de Carvalho, na lateral leste do terreno, ou seja, na testada para essa rua avanço de 03,00m (três metros) a contar da parede externa da edificação preservada, totalizando 43,90m (quarenta e três vírgula noventa metros) a partir do encontro de logradouros;
2. Recuo de dez metros perpendicular à Avenida Duque de Caxias, na lateral oeste do terreno, ou seja, na testada para essa avenida avanço de 10m (dez metros) a contar da face externa da parede da edificação

preservada, totalizando 45,60m (quarenta e cinco vírgula sessenta metros) a partir do encontro de logradouros;

4. O lote preservado fica com as dimensões de 45,60m x 43,90m, com área de 2001,84 m² (dois mil e um vírgula oitenta e quatro metros quadrados), que corresponde a 32,26% (trinta e dois vírgula vinte e seis por cento) do lote original;

Determina-se a manutenção:

- a) Da volumetria original do edifício (formato em E);
- b) Dos materiais de revestimento originais das fachadas (externas e internas) e das coberturas (telhas de barro francesa), devidamente recuperados;
- c) Da porta de entrada de acesso principal, localizada na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho, que deverá ser restaurada e mantida em seu local de origem;
- d) Do ritmo de cheios e vazios das fachadas externas;
- e) Das placas indicativas dos setores/atividades da CMNP, em local diverso do original (Seção de Topografia, Setor de Transportes, Almoxarifado etc.).

Tombamento aprovado em 16 de novembro de 2004 com base no Parecer 001/2004 da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá (CEPHAC) - Protocolo n° 77816/2004, INSCRITO em 22 de Novembro de 2004. ASSINATURA: Kyoko Nishida Akshane - CARGO: Gerente de Patrimônio Histórico e Eduardo Montagnari - CARGO: Secretário de Cultura. A referida propriedade está inscrita no Livro 2, sob a ordem 11.819, no Cartório de Registro de Imóveis - 1° Ofício da Comarca de Maringá - PR.

O lote tombado, conforme acima descrito, fica com as dimensões de 45,60m x 43,90m, com área total de 2001,84 m² (dois mil e um vírgula oitenta e quatro metros quadrados), que corresponde a 32,26% (trinta e dois vírgula vinte e seis por cento) do lote original, e se localiza na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho - Alvará n° 363/2004 (Data 2A13 (REM). Somente com relação a essa área deve ser averbado o tombamento na matrícula específica, o restante do lote - Data 2A13-A - fica liberado podendo inclusive ser objeto de subdivisão. Assim, lavramos aos vinte e nove dias do mês de Novembro de dois mil e quatro, a presente certidão em quatro vias.


Marta Manza Grossi
Diretora de Cultura

Parecer nº 001/2004 – Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá (CEPPHAC)



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

Parecer nº 001/2004 - CEPPHAC
Destinatários:- SECRETARIA DE CULTURA
Processo nº 77816/2004
Relatores: Aline Montagna da Silveira, Inako Kubota e Yanda de Oliveira Cardoso.

TOMBAMENTO DA ANTIGA SEDE DA
COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - CMNP

ORIGEM DO PROCESSO

O presente processo de tombamento foi aberto a partir de um abaixo assinado entregue à Administração Municipal contendo aproximadamente 350 assinaturas, solicitando estudo para o tombamento do prédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), situado na Av. Duque de Caxias, nº 648, Zona 01, Quadra 3, Datas 02 a 13, nesta cidade, Matrícula 11.8199, do 1º Ofício do Registro de Imóveis, atualmente de propriedade da empresa Santa Alice Loteadora S/C Ltda, que adquiriu o imóvel da CMNP.

O Ministério Público do Estado do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente também se manifestou recomendando ao Município de Maringá, Ofícios nº 590/2003 e 631/2003-J, que fossem elaborados estudos administrativos no sentido de ser viabilizado o tombamento do referido prédio, por constituir parcela significativa do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município e da região.

PARECER

Conforme estudo realizado por essa Comissão o prédio da antiga sede da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná possui valor histórico/cultural e arquitetônico.

Trata-se de exemplar único construído no final dos anos 40 para abrigar a sede da referida Companhia, a qual foi responsável pela colonização da região Norte do Paraná.

1 B



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

Maringá foi uma das cidades que teve seu planejamento inicial pensado e executado pela CMNP, podendo-se destacar também as cidades de Londrina, Rolândia, Cambé, Araçongas, Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguarari, Cianorte e Umuarama.

Ocorre que a mencionada Companhia estabeleceu seu escritório central em Maringá, no prédio objeto dessa análise, por cerca de 51 anos (1949-2000).

Essa obra é formada por um conjunto de 05 edifícios, articulados em torno de um pátio central. Nesse conjunto estão as edificações destinadas às garagens, boxes de lavagem de veículos, a área de apoio com sanitários e salas (funcionários ou vigilância) e o edifício das oficinas - Setor de Transportes, onde concentrava-se as atividades voltadas à manutenção da empresa.

No quinto edifício, o principal, denominado bloco administrativo - formato em E - localizado na esquina da Av. Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho, funcionava o setor de administração das fazendas, setor de contabilidade, setor de vendas, setor de topografia, arquivos, salas da gerência, copa e cozinhas, sanitários e telefonia.

Assim, as instalações da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná dividiam-se em 02 grandes setores: o Setor de Transportes e o Setor Administrativo.

Foi no interior do Setor Administrativo que, por várias décadas, foram entabulados os negócios da venda dos imóveis de Maringá e de toda a região e formalmente lavrados os compromissos de compra e venda, além de serem confeccionados os mapas topográficos dos lotes de terras, enfim, o local é um marco da história de Maringá e região, merecendo ser preservado.

Ademais, nos balcões da CMNP o projeto urbanístico de Jorge Macedo Vieira foi implementado com o rigor e a competência da companhia colonizadora. Essa preocupação aparece no discurso de Cássio Vidigal, Diretor da CMNP, durante a posse do primeiro prefeito da cidade.

"Sei porque, senhores, aproveitamos a oportunidade magnífica e acariciamos a ideia de criar uma cidade tecnicamente planejada, reproduzindo o exemplo da formosa Belo Horizonte. Talvez, para alguns fizessemos obra de visionários. Mas, à medida que a ideia crescia e se tornava mais elegante, e proporcão que os planos e trabalhos se sucediam, no campo, no escritório e em nossos cérebros, nós sabíamos perfeitamente o que queríamos e que faríamos de Maringá, pela sua privilegiada situação geográfica, uma cidade de futuro brilhante, a futura capital do Norte do Paraná" (Pioneira, 13, 1952, p.18).

Desses escritórios também partiram os profissionais que demarcaram o loteamento urbano. A qualidade dos serviços da CMNP pode ser visualizada na precisão dos trabalhos desses topógrafos.

2 JS



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

Evidentemente que com a instalação da CMNP e com o início do desenvolvimento de Maringá e região, discussões e novas idéias foram propagadas em meio aos pioneiros que aqui se instalaram e aos tantos outros que logo chegaram, o que contribuiu para a constituição de um jeito especial de ser do povo do Norte Paranaense. Certamente um fator cultural que não pode ser desprezado.

Do ponto de vista arquitetônico, o prédio da CMNP, edificado no final dos anos 40 apresenta construções simples e sem requinte de acabamento. As edificações foram propostas utilizando os materiais encontrados na região, principalmente a madeira, empregada na estrutura do telhado, nos forros e nas divisórias internas. A madeira configurou-se como a matéria-prima encontrada com mais facilidade na região, devido ao desmatamento (avanço e ocupação de novas terras) e, conseqüentemente, ao grande número de serrarias que se instalaram na cidade. Essas características demonstram o tipo de edificação comum na região, à época da colonização. Esse testemunho, de uma forma de edificar numa região onde era difícil o acesso e a obtenção de materiais industrializados, é um dos aspectos que define a importância arquitetônica do bem.

Portanto, o bem possui valor histórico/cultural e arquitetônico, devendo receber por parte do Município a proteção prevista nos seguintes diplomas legais:

Constituição Federal, art. 216, V e § 1º.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (grifo nosso)

3



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

XV: Constituição do Estado do Paraná, art. 208 (207), § 1º,

§ 1º. - Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação.

Lei Orgânica do Município de Maringá, art. 163, V:

Art. 163. Os bens materiais e imateriais referentes às características culturais, no Município, constituem patrimônio comum a ser preservado, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos de valor histórico, paisagístico, artístico ou mesmo científico.

Lei Municipal n° 2.297/87, arts. 1º e 2º:

Art. 1º. Fica instituído o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, que constituir-se-á em divisão da Secretaria de Cultura e Turismo.

Parágrafo Único - O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal responsabilizar-se-á pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Município, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história de Maringá, quer por seu excepcional valor arquitetônico, etnográfico, bibliográfico, ecológico e artístico.

Art. 2º. Os bens móveis e imóveis que se enquadrarem no exposto do artigo anterior estarão sujeitos a tombamento, após criteriosa análise por parte da Comissão Especial, devidamente instituída pelo Chefe do Executivo Municipal, sob a presidência do Secretário de Cultura e Turismo. (grifo nosso)

Ante o exposto, entendemos que o prédio da administração da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, edifício principal, formato

4



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

em E, localizado na esquina da Av. Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho deve ser tombado pelo Município de Maringá.

A preservação somente desse bloco tem como justificativa o fato deste ter sido o centro vivo de toda a atividade da CMNP na região. Esse era o local ao qual as pessoas se dirigiam quando vinham comprar seus lotes de terra e onde tiveram contato com o planejamento inicial da cidade.

Esse edifício certamente representa a história do início da ocupação da cidade e registrará em nossas memórias, tanto por sua simplicidade como por suas dimensões, a forma de pensar e construir característicos de Maringá no final dos anos 40.

O edifício, em formato de E, possui 1.142,25m² de área construída, paredes em alvenaria de tijolos, cobertura em telha de barro francesa, platibandas externas, esquadrias metálicas e piso em ladrilho. As divisórias internas são em madeira e o acesso ao prédio é feito em dois locais: pela esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho - acesso à área de vendas, e na Rua Joubert de Carvalho (no meio da quadra) o acesso ao setor de contabilidade. As esquadrias localizam-se na fachada e na área interna, criando uma articulação do bloco com o pátio interno, já que as aberturas externas são altas. O revestimento externo é feito com reboco pintado, tendo um embasamento que imita pedrisco. Na altura das janelas possui uma moldura em tijolo à vista, que cria uma barra horizontal no edifício. Elementos verticais de escoamento pluvial aparecem nas fachadas.

O acesso principal, em destaque no conjunto, ocorre pela esquina da Avenida Duque com a Rua Joubert de Carvalho, através de uma porta de ferro e vidro localizada na parede chanfrada, que nos conduzia ao balcão de vendas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

O restante do terreno fica liberado vindo a receber as restrições pertinentes à legislação urbana, porém necessária prévia manifestação desta Comissão.

Para a preservação do bem e garantia de sua visibilidade são necessários os seguintes medidas:

1. Recuo de três metros perpendicular à Rua Joubert de Carvalho, na lateral leste do terreno, ou seja, na testada para essa Rua avanço de 03,00m (três metros) a contar da parede externa da edificação preservada.



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

totalizando 43,90m (quarenta e três vírgula noventa metros) a partir do encontro de logradouros;

2. Recuo de dez metros perpendicular à Avenida Duque de Caxias, na lateral oeste do terreno, ou seja, na testada para essa Av. avanço de 10m (dez metros) e contar da face externa da parede da edificação preservada, totalizando 45,60m (quarenta e cinco vírgula sessenta metros) a partir do encontro de logradouros;

3. O lote preservado fica com as dimensões de 45,60m x 43,90m, com área de 2001,84 m² (dois mil e um vírgula oitenta e quatro metros quadrados), que corresponde a 32,26% (trinta e dois vírgula vinte e seis por cento) do lote original;

4. Garantindo-se o referido recuo na lateral da Av. Duque de Caxias torna-se desnecessário estabelecer limitações de gabarito às edificações vizinhas. Portanto, os lotes contíguos ao bem preservado ficam isentos de limitações, exceto as já definidas pela legislação municipal para a zona em que se encontra;

5. Deverá ser prevista uma área permeável de 200,18m² (duzentos vírgula dezoito metros quadrados), no mínimo, livre de edificação, da projeção desta, não podendo ainda receber nenhum tipo de revestimento impermeável, sendo que 50% desta deverá ser contínua.

6. Não será permitida a construção de subsolos no terreno preservado.

No edifício tombado ficam estabelecidas as restrições elencadas a seguir:

1. Manutenção da volumetria original do edifício (formato de E). Destaca-se que somente o volume principal deverá ser mantido, permitindo-se a remoção dos anexos conforme apresentado na planta anexa;
2. Manutenção dos materiais de revestimento originais das fachadas (externas e internas) e das coberturas (telhas de barro francesa), devidamente recuperados;



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

1. Manutenção da porta de entrada do acesso principal, localizada na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho, que deverá ser restaurada e mantida em seu local de origem;
4. Manutenção do ritmo de cheios e vazios das fachadas externas. Essa diretriz estabelece que as esquadrias podem ser substituídas, mas as dimensões, a forma e a localização dos vãos devem permanecer as originais;
5. Manutenção das placas indicativas dos setores/atividades da CMNP, em local diverso do original (Secção de Topografia, Setor de Transportes, Almoarifado etc.);

Permite-se a substituição ou remoção dos elementos citados abaixo, conforme especificado em planta anexa do referido bloco:

- a) Remoção das divisórias internas de madeira, permitindo uma nova configuração ao ambiente interno;
- b) Remoção e substituição dos forros internos de madeira;
- c) Substituição do piso existente no local;
- d) Substituição de esquadrias internas (pátio central), que não possuem restrições quanto ao ritmo de cheios e vazios;
- e) Substituição dos elementos de escoamento pluvial da fachada externa.

Os desenhos anexos, definem o lote preservado e complementam as especificações listadas anteriormente, indicando os elementos que podem ser substituídos ou removidos e os que são preservados.

A proprietária do imóvel deverá, antes de realizar a demolição, restauração, subdivisão ou parcelamento do imóvel, efetuar levantamento arquitetônico completo (planta, implantação, cortes, fachadas, planta da cobertura e memorial descritivo) de todas as construções existentes no lote, fornecendo cópias, impressa e digital, à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, Planejamento e Habitação do Município.

Doravante todas os projetos de intervenção e modificações de uso do bem tombado devem, necessariamente, ser submetidos, a qualquer tempo, à apreciação desta Comissão Especial que deverá se manifestar sobre a proposta apresentada.

7



Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural do Município de Maringá

É o parecer que submetemos à apreciação dos demais membros da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá (CEPPHAC)

Maringá, 10 de Novembro de 2004.

Aline Montagna de Siqueira
Aline Montagna - 2ª Secretária (Arquiteta)

Inako Kubota
Inako Kubota - Membro (Engenheira Civil)

Vanda de O. Cardoso
Vanda de Oliveira Cardoso - Membro (advogada)

De acordo:

Eduardo Bernardo Montagnari
Eduardo Bernardo Montagnari - Presidente (sociólogo)

João Laércio Lopes Leal
João Laércio Lopes Leal - Vice-Presidente (historiador)

Silvia Helena Zanirato
Silvia Helena Zanirato - membro (historiadora)

Divergiu parcialmente *Luciana Leonel Maimone* - 1ª Secretária (arquiteta), que se manifestou nos seguintes termos: "concordo com a importância do bem, a deliberação a favor do tombamento e diretrizes de preservação; com exceção dos seguintes critérios: a) área construída preservada, sendo contra a permissão de demolição do edifício contíguo ao edifício principal com fachada para a Av. Duque de Caxias; b) área total do lote, sendo contra a permissão para a subdivisão do lote e a favor da manutenção da integridade do lote como importante para a preservação da ambiência histórica inerente ao bem."

Ausente, justificadamente, André Augusto de Almeida Alves - membro (arquiteto)

Livro Tombo das Obras Históricas de Maringá. Inscrição número 001

INSCRIÇÃO Nº: 001 (um) PROCESSO Nº: 77816/2004
DESIGNAÇÃO: Escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)

NATUREZA: Arquitetura Civil
CARÁTER DA INSCRIÇÃO: Voluntário
MUNICÍPIO: Maringá - Estado do Paraná
LOCALIDADE: Zona 01
LOGRADOURO: Avenida Duque de Caxias 648 esquina c/ Rua Joubert de Carvalho
PROPRIETÁRIO: Santa Alice Loteadora S/C Ltda.



ENDEREÇO: (Proprietário) - Rua Guaratinga, nº 965 - Parque Industrial II - Arapongas - PR - CEP. 86703-010.

CARACTERÍSTICAS: Trata-se de exemplar única construída no final dos anos 40 para abrigar a sede da referida Companhia, a qual foi responsável pela colonização da região Norte do Paraná. Nesse prédio a CMNP estabeleceu escritório central em Maringá, por cerca de 51 anos (1949-2000). Nesse edifício denominada bloco administrativo - formato de E - funcionava o setor de administração das fazendas, setor de contabilidade, setor de vendas, setor de topografia, arquivos, salas de gerência, copa e cozinha, sanitários e telefonia. Em seu interior por várias décadas, foram entabulados os negócios da venda dos imóveis de Maringá e de toda a região e formalmente lavrados os compromissos de compra e venda, além de serem confeccionados os mapas topográficos dos lotes de terras, enfim, esse era o centro vivo de toda a atividade da CMNP na região. O edifício possui 1.142,28 m² de área construída, paredes em alvenaria de tijolos, cobertura em telha de barro tipo francesa, platibandas externas, esquadrias metálicas e piso em ladrilho. As divisórias internas são em madeira e o acesso ao prédio é feito em dois locais: pela esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho - acesso à área de vendas através de uma porta de ferro e vidro localizada na parede chanfrada, e na Rua Joubert de Carvalho (no meio da quadra) o acesso ao setor de contabilidade. As esquadrias localizam-se na fachada e na área interna, criando uma articulação do bloco com a pátio interno, já que as aberturas externas são altas. O revestimento externo é feito com reboco pintado tendo um embaçamento que imita pedra. Na altura das janelas possui uma moldura em tijolo à vista, que cria uma barra horizon-

- continua na F. 02

INSCRITO EM 22 de novembro de 2004

Assinatura:

Cargo: Gerente de Patrimônio Histórico - Secretária de Cultura.

000001

INSCRIÇÃO Nº: continuação de 1124 - 001

PROCESSO Nº: 17816/2004

DESIGNAÇÃO: Escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CCMNP



NATUREZA: Arquitetura Civil

CARATER DA INSCRIÇÃO: Voluntário

MUNICÍPIO: Maringá - Estado do Paraná

LOCALIDADE: Sona 01

LOGRADOURO: Avenida Duque de Caxias, 648 esquina c/ Rua Joubert de Carvalho

PROPRIETÁRIO: Santa Alice Loteadora s/c Ltda.

ENDEREÇO: (Proprietária) - Rua Guaratinga, n.º 965 - Parque Industrial II
Arapongas - PR - CEP: 86703-210

CARACTERÍSTICAS: tal no edifício. OBSERVAÇÕES: Preserva-se o bem com as seguintes especificações:

1. Recuo de três metros perpendicular à Rua Joubert de Carvalho, na lateral leste do terreno, ou seja, na testada para essa rua avanço de 03,00m (três metros) a contar da parede externa da edificação preservada, totalizando 42,90m (quarenta e três vírgula noventa metros) a partir do encontro de logradouros.

2. Recuo de dez metros perpendicular à Avenida Duque de Caxias, na lateral oeste do terreno, ou seja, na testada para essa avenida avanço de 10,00m (dez metros) a contar da face externa da parede da edificação preservada, totalizando 45,60m (quarenta e cinco vírgula sessenta metros) a partir do encontro de logradouros.

3. O lote preservado fica com as dimensões de 45,60m x 42,90m, com área de 2.002,84m² (dois mil e um vírgula oitenta e quatro metros quadrados), que corresponde a 32,24% (trinta e dois vírgula vinte e seis por cento) do lote original.

Determina-se a manutenção:

a) Daidumetria original do edifício (formato de E);

b) Dos materiais de revestimento originais das fachadas (externas e internas) e das coberturas (telhas de barro francesa), devidamente recuperados;

c) Da porta de entrada de acesso principal, localizada na esquina da Avenida Duque de Caxias com a Rua Joubert de Carvalho, que deverá ser restaurada e mantida em seu local de origem;

- Continua na Folha 03

INSCRITO EM 22 de novembro de 2004

Assinatura: [assinatura]

Cargo: Gerente de Patrimônio Histórico - Secretária de Cultura

002

DESIGNAÇÃO: Escritório da Companhia Melhoramentos Ltda. - (CMNP)



NATUREZA: Arquitetura Civil

CARÁTER DA INSCRIÇÃO: Voluntário

MUNICÍPIO: Maringá - Estado do Paraná

LOCALIDADE: Zona 01

LOGRADOURO: Avenida Duque de Caxias, 648 - Esquina c/ a Rua Joubert de Paiva

PROPRIETÁRIO: Santa Xúce loteadora s/c Ltda

ENDEREÇO: Proprietária - Rua Guaratingá, nº 965 - Parque Industrial II
Ampangás - PR - CEP: 86709-010.

CARACTERÍSTICAS: d) Do ritmo de cheios e vazios das fachadas externas;

e) Das placas indicativas dos setores/atividades da CMNP, em local diverso do original (Seção de Topografia, Setor de Transportes, Almoxarifado, etc...)

Tombamento aprovado em 16 de novembro de 2004 com base no Parecer 001/2004 da Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá (CEPHAC) - Protocolo nº 77816/2004.

INSCRITO EM 22 de novembro de 2004

Assinatura:

Cargo: Gerente de Patrimônio Histórico - Secretaria de Cultura.

6063

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

T655c Tomaz, Paulo Cesar
Cidade, memória e patrimônio: a experiência de
tombamento do Edifício Sede da CMNP - Companhia
Melhoramentos Norte do Paraná (set.2003 - nov. 2004) /
Paulo Cesar Tomaz. -- Maringá : [s.n.], 2008.
131 f. : il. color.

Orientadora : Prof. Dr. Sandra de Cássia Araújo
Pelegriani.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-graduação em História, linha
de pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais,
2008.

1. Patrimônio cultural - Maringá, PR. 2. Patrimônio
cultural - CMNP - Maringá, PR. 3. Patrimônio histórico
- Cultural - CMNP - Maringá, PR. 4. Patrimônio
cultural - Preservação - Maringá, PR. 5. Patrimônio
cultural - Memória - Maringá, PR. I. II. Universidade
Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em
História. Título.

CDD 21.ed.363.69